



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EVANDRO RITT

**A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU – PR:
UM PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA FRONTEIRA:
1880 – 1920**

LONDRINA
2011

EVANDRO RITT

**A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU – PR:
UM PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA FRONTEIRA:
1880 – 1920**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós –
Graduação em História Social da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial para
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda

LONDRINA
2011

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R613c Ritt, Evandro.

A colônia militar de Foz do Iguaçu – PR : um projeto de consolidação de uma
fronteira : 1880 - 1920 / Evandro Ritt. – Londrina, 2011.
133 f. : il.

Orientador: Gilmar Arruda.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História
Social, 2011.

Inclui bibliografia.

1. História social – Teses. 2. Fronteiras – Aspectos sociais – Teses. 3. Paraná,
Oeste – Ocupação militar – Teses 4. Brasil – Problemas de fronteira – Teses. 5. Brasil
– Organização militar – Teses. I. Arruda, Gilmar. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História
Social. III. Título.

CDU 930.1

EVANDRO RITT

A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU – PR
UM PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA FRONTEIRA: 1880 – 1920

Dissertação apresentada ao Curso de Pós –
Graduação em História Social da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial para
obtenção do título de mestre

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilmar Arruda (Orientador)
UEL – Londrina - Paraná

Prof. Dr. Robson Laverdi
UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon - Paraná

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
UEL – Londrina - Paraná

Londrina, 03 novembro de 2011.

Dedico esse trabalho a Mario, Cibele, Pedro Henrique, Karina, Daniel, Erica e especialmente à Helena.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é decorrente de uma larga jornada, iniciada nos tempos de graduação. Espero que a memória não me falhe para que eu possa ser justo com todos e todas que participaram direta ou indiretamente na elaboração deste trabalho.

Tenho que agradecer ao grupo dos “excluídos” da graduação, equipe esta que realizava todos os trabalhos de grupo juntos, mesmo com os inúmeros conflitos, pois ninguém mais queria realizar trabalhos em grupo conosco. Grandes idéias e amigos se constituíram nesse grupo.

Meus companheiros Wagner e Carmelito pela força, obras, documentos e amizade. Aos meus professores da graduação, especialmente, a Solange Portz, a meu orientador e amigo Samuel Klauck, a minha aluna Kethellen Kawane pela ajuda nos recursos tecnológicos. Ao colega de profissão que muito me ajudou com documentos e obras referentes à pesquisa, mesmo não me conhecendo bem, o Professor Doutor Antônio Marcos Miskyw, e, indiretamente, Liliane da Costa Freitag pelo seu acervo de documentos sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, fornecidos a mim por intermédio de Miskyw.

A todos os professores do Programa de Pós Graduação em História Social da UEL – Universidade Estadual de Londrina, especialmente a Francisco César Alves Ferraz, Paulo Alves, Marco Antonio Neves Soares e meu orientador Gilmar Arruda, que ministraram disciplinas das quais cursei e foram fundamentais para essa pesquisa.

Entre no Mestrado solteiro e sem filhos, trabalhando como professor contratado (PSS), e ao término do curso, na defesa da dissertação, encontro-me casado e com três filhos, aos quais tenho muito a agradecer, pois são eles, meus filhos, a força e o incentivo para trabalhar e concluir a dissertação. Também passei no concurso da SEED - Secretaria de Educação do Estado do Paraná - como professor QPM (Quadro Próprio do Magistério). Por tudo isso, meus agradecimentos à minha família: Mario, Pedro Henrique, Karina, Daniel e a Cibele pelos exemplos de vida.

À minha mãe, pois sem ela não haveria trabalho algum. Não só pela concepção da vida, mas também pelo apoio material, espiritual e pela paciência, ajudando em todos os momentos, sempre serena e complacente.

RITT, Evandro. **A colônia militar de Foz do Iguaçu – Pr: um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 – 1920.** 133 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

RESUMO

Nesta dissertação analisamos as relações sociais advindas da problemática da fronteira, da região Oeste do Paraná, especialmente a participação dos militares do Exército Brasileiro através da Colônia Militar localizada na foz do rio Iguaçu, no período de 1880 a 1920. As principais fontes analisadas foram obras consideradas como relatos de viagens produzidas por pessoas que trabalharam ou visitaram a Colônia Militar nesse período. O objetivo principal foi verificar as ações e as estratégias dos militares no processo de ocupação e colonização dessa região. Investigou-se, também, as transformações e os conflitos provenientes da presença dos militares com as populações que ali viviam antes de sua fundação. Dessa forma, buscou-se analisar a presença dos militares e da Colônia na formação de uma identidade nacional na região. Notou-se que os governos, federal e estadual, realizaram suas investidas para colonizar a região, no entanto foram os militares, por meio da Colônia Militar, que iniciaram esse processo, mas com o desenvolvimento de suas atividades os militares acabaram tornando-se representantes dos comerciantes de erva mate e de madeira na região da Colônia Militar ao invés de representantes do poder do Estado brasileiro na região.

Palavras – chaves: Colônia militar. Fronteira. Colonização.

RITT, Evandro. **The militar colony from Foz do Iguassu – Pr: a project of the consolidation of a border: 1880 – 1920.** 133 f. Term paper (Master Degree Studies in Social History) – State University of Londrina. Londrina, 2011.

ABSTRACT

In this term paper we have analyzed the social relations brought from the border problems, in western Paraná, especially the ones concerning the participation of Brazilian Army soldiers through the Military Colony located at the mouth of Iguassú river, from 1880 to 1920. The main analyzed sources were collected works once considered trip reports, which have been produced by people who worked or visited the Military Colony during that period. The main goal was to verify the soldiers' actions and strategies in the process of occupying and colonizing the region. We have also set up in investigating the transformations and conflicts originating from the soldiers' presence among populations which had lived in the venue before its foundation. This way, it has been intended to analyze the soldiers and the Colony's presence in establishing a national identity to the region. It was verified that country and state government have tried to colonize the area; however it was the soldiers acting on behalf of the Military Colony who initiated this process. The development of their activities caused these soldiers to become the representatives of yerba mate and wood traders in the Military Colony region, instead of representatives of the Brazilian state power in the site.

Key-words: Military colony. Border. Colonization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O GOVERNO CENTRAL E O PROVÍNCIAL E A REGIÃO OESTE PARANAENSE	21
1.1 OS MILITARES E A COLÔNIA MILITAR.....	21
1.2 A FUNÇÃO DE UMA COLÔNIA MILITAR E O TRABALHO DOS MILITARES	32
2 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ	40
2.1 A AÇÃO DO GOVERNO PARANAENSE: A RELAÇÃO ENTRE ESTADO BRASILEIRO E PARANAENSE NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO PARANÁ: O TRATAMENTO PARANAENSE.....	40
2.2 A AÇÃO DO GOVERNO CENTRAL: O TRATAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO À OCUPAÇÃO DAS TERRAS PARANAENSES	57
3 A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU	75
3.1 O PAPEL DA COLÔNIA: DA DEFESA DO TERRITÓRIO À CENTRAL DE ‘OBRAGES’	75
3.2 EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: MADEIRA, ERVA MATE.....	91
3.3 DA COLÔNIA MILITAR À CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU: DAS OBRAGES À VOCAÇÃO TURÍSTICA DA CIDADE	115
CONCLUSÃO	124
REFERENCIAS	127

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar o processo da criação e constituição da Colônia Militar localizada na cidade de Foz do Iguaçu no período de 1880 a 1920. A análise sobre a Colônia Militar corresponde a uma pesquisa mais detalhada sobre a região do Oeste paranaense, especialmente sobre sua construção como um espaço social e político, tanto por parte de militares brasileiros quanto dos proprietários de terras que exploravam a região, bem como da população que residia nas imediações. Nesse contexto, entendemos que a problemática remete a uma situação de fronteira, na qual ocorre a disputa territorial entre Brasil e Argentina pela demarcação dos limites fronteiriços dessas nações, no final do século XIX, envolvendo as tensões da linha cultural entre dois grupos diferentes que forjam diferenças entre si na tentativa de que uma cultura predomine sobre a outra.

O Estado brasileiro, com grande influência do Exército, mais particularmente no final do período Imperial e com mais intensidade nos primeiros anos da República, incentivou a reocupação desse espaço, ou seja, esse espaço já estava ocupado pelas populações caboclas e indígenas que propositalmente foram esquecidas nesse processo.¹ Os militares entendiam que essas Colônias seriam a forma de garantir a integridade do território e a garantia de nacionalizar a região, tanto no modelo social, quanto no político. Assim, por meio de sua administração, a Colônia seria a responsável por trazer brasileiros a essa localidade. Dessa forma, durante o século XIX, várias Colônias foram fundadas pelo território nacional brasileiro,² em regiões consideradas pelo Exército brasileiro como estratégicas.

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi fundada após alguns anos da fundação das colônias de Chapecó e Chopim, atualmente, no Estado de Santa Catarina. O objetivo da colônia do Paraná foi o mesmo das duas primeiras: conter uma possível tentativa da Argentina de ampliar suas linhas fronteiriças em território que o governo imperial tinha como brasileiro.

As primeiras análises realizadas pelos militares informaram que a Colônia Militar, nessa região, deveria ser fundada nas proximidades dos Saltos de Guaira (Sete Quedas). Entretanto, com o fim da Guerra contra o Paraguai, esse país passou a não

¹ Confira a discussão sobre re ocupação em: MOTA, Lúcio Tadeu. História do Paraná: ocupação humana e relações inter-culturais. Maringá: Eduem, 2005. Os idealizadores dessa noção de reocupação pensavam nessa região como sendo um imenso espaço vazio, ou uma grande área de sertão que poderia e deveria ser colonizada.

² Na década de 1880 já existiam a Colônia Militar de Chopim, a de Chapecó, ambas em Santa Catarina, a de Santa Thereza e Jatahy no Paraná, a de Itapura em São Paulo, a do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, a de São Lorenzo no Mato Grosso e a Colônia Militar Pedro II que se encontra no atual Estado do Amapá.

representar mais um perigo às linhas fronteiriças brasileiras. Dessa forma, o plano foi deixado de lado e deslocado para a região da foz do rio Iguaçu, onde imaginavam ser a fronteira natural com a Argentina. No entanto, a experiência em tribunais internacionais pelas terras da região, nas quais foram fundadas as colônias de Chapecó e Chopim, levou os militares a repensarem a localização da futura colônia militar, sem, contudo deixar de considerar o vizinho Paraguai nas estratégias dos militares, pois a futura colônia estaria em uma localização que vigiaria tanto a Argentina quanto o Paraguai.

Definida a localização da fundação da colônia, na foz do rio Iguaçu foram dadas as ordens para o então Capitão Bellarmindo Augusto de Mendonça Lobo, em 1888, realizar o planejamento da fundação da mesma. No final do século XIX, a região Oeste paranaense não tinha praticamente nenhuma importância econômica, tanto para a província do Paraná quanto para o Estado brasileiro. No período por nós estudado 1880 a 1920 a região era explorada por argentinos com a extração, especialmente, da erva mate e a madeira, que eram vendidas no mercado platino.

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu teve o início de suas atividades em 1889. Os militares deixaram sua administração em 1910, quando esta foi elevada à condição de Vila, tornando-se distrito de Guarapuava. Em 14 de março de 1914, foi criado o município de Vila Iguaçu, sendo que a denominação Foz do Iguaçu foi dada em 1918. Na medida em que os militares foram deixando suas atividades administrativas, o governo civil que se instalou no início do século XX foi pouco a pouco desarticulando as funções militares, permitindo dessa forma que uma elite ligada ao comércio da erva mate e da madeira também se instalasse na região, exigindo assim uma nova forma de comando político.

Na década de 1880, uma das grandes preocupações do governo imperial era delimitar os seus territórios, vastas regiões interpretadas como sendo de “sertão”. Esse processo teve como objetivo a busca pela união de todos em volta de um único projeto político que seria, na prática, um exercício de poder sobre o espaço a ser delimitado, incorporando o sentimento de nação às populações residentes nas regiões de fronteira. Nesse contexto, entendemos que as primeiras determinações governamentais feitas ainda no período imperial, objetivando ocupar tais regiões, demonstravam o desejo de inseri-las nos parâmetros do Estado Nacional Brasileiro.

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi fundada em 1889, mas as primeiras ações do governo, com intuito de ocupar a região, ocorreram nas primeiras décadas de 1870, momento em que o regime imperial procurava, após a Guerra do Paraguai, manter uma

presença mais constante e efetiva nessas terras. Contudo a ocupação real dessa região se deu com a fundação da Colônia Militar.

Nosso estudo pretende analisar o contexto histórico do pós-guerra do governo imperial brasileiro, sob o aspecto da ocupação desses territórios e da fundação da Colônia Militar, analisando como foi sua administração na região até 1910.

Entretanto, para confirmar se as ações dos militares surtiram efeito, pretendemos pesquisar até 1920, assim poderemos analisar sobre as primeiras ações políticas no então município de Foz do Iguaçu e identificar se as propostas realizadas pelos militares e pelo governo brasileiro foram concretizadas em suas ações. Ou seja, se as práticas que os militares realizaram na região da fronteira foram executadas, realmente, na intenção de nacionalizá-la.

Para analisar a constituição da Colônia, alguns conceitos são fundamentais nesta pesquisa. Em primeiro lugar, a idéia de Estado Nação e seu processo de constituição ao longo do século XIX.

O Estado ergue-se sobre a premissa da delimitação exata das fronteiras e da busca da imposição de uma ordem jurídica homogênea. Essas ações tiveram como finalidade incorporar o sentimento de nação às populações que, segundo o Estado, estavam à margem do processo civilizatório. Entretanto, ao impor suas práticas, desconsiderava as práticas sociais, políticas e culturais da população local. Serão utilizadas as representações simbólicas que compõem o Estado, como a bandeira, as leis, entre outras, pois dessa maneira são incorporados os conceitos de povo e de nação ao território, procurando estabelecer as suas ideologias sobre essa população considerada marginalizada.³

Dessa forma há uma tentativa de se criar um conjunto de fatores naturais depositários de um sentimento comum, no qual as pessoas se vejam inseridas no processo e reconheça também o seu imaginário nesses fatores, como a natureza, a terra, que nesse sentido se tornaria comum a todos os indivíduos.⁴

Assim, a proposta deste trabalho é analisar os diferentes acontecimentos que contribuíram para esse processo histórico da fundação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu, priorizando o papel dos militares e de suas ações referentes à ocupação e nacionalização da região e, a partir daí, procurar desvelar a política adotada pelo Estado, pelas

³ MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912). São Paulo: Edunesp/Moderna, 1997. p. 07.

⁴ Idem. p. 11.

autoridades centrais e regionais, no período imperial e início da república, e suas concepções referentes à ocupação do território em questão.

Outro conceito fundamental para a nossa pesquisa é o de fronteira. Nesse aspecto cabe discutir sobre a construção da fronteira no seu sentido formativo de região e de Estado-nação. Cabe ressaltar o caráter particular de cada fronteira, na perspectiva de construção de uma teoria sobre as ações governamentais, tanto regionais quanto nacionais.

Entre outros autores que discutem a noção de fronteira, Tau Golin, argumenta a partir da eliminação de abordagens de construção sobre fronteira, na perspectiva das análises historiográficas que abordam o lusitanismo. No conceito do autor, tal expressão corresponde à busca pela formação de um estado excludente sobre um país heterogêneo e sobre as abordagens platinas, que têm como características a construção de uma fronteira dualista. Golin afirma que:

Os parâmetros dos movimentos histórico-sociais tiveram na fronteira o espaço político concreto e, antes de transparecer como o divisor de dois mundos, expressou-se como irradiador de significações humanas e sociais de relações e acontecimentos cujas conseqüências dinamizadoras envolveram milhares de indivíduos na flexibilidade de sua linha.⁵

Apoiamo-nos, nesta pesquisa, principalmente, na reflexão realizada por Tau Golin. Segundo esse autor, a fronteira deve ser entendida como fenômeno histórico, de realização social e de criação simbólica, produzindo no seu processo a sua força de coesão regional e suas hierarquias sociais. Nela encontram-se ambíguas, tensas e em suas alteridades, a região e a nação.

Assim, pretende-se investigar quais as relações entre o Estado-Nação, representado pelos militares, e a população da fronteira, ou seja, as tensões e conflitos entre o projeto dos militares (estado nação) para o território, a nacionalidade, o comportamento do “brasileiro” e a cultura, práticas e cotidiano da população que, diante da Colônia Militar, foram perdendo suas práticas sociais, políticas e culturais.

Além disso, pretendemos pesquisar as práticas, projetos e imaginários dos dirigentes e da população da região a partir da Colônia Militar, que nesta abordagem pode contribuir para a construção de conhecimentos da História desses grupos, demonstrando que seu desenvolvimento não se deu de forma tranqüila e homogênea, mas foi o resultado de conflitos e de resistências tanto dos militares quanto das populações dessa região.

⁵ GOLIN, Tau. A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 15.

O conceito de colonização será utilizado concomitante ao conceito de fronteira formado por José de Souza Martins, o qual afirma que a fronteira se caracteriza pelo estágio da história em que as relações sociais e políticas de uma determinada região estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas. Esse processo resulta ser uma história de ocupação e colonização, onde muitas vezes o resultado é o conflito entre os grupos que vivem nessa região e o colonizador, entre os índios de um lado e civilizados de outro. Dessa relação surge o conflito no encontro com o outro e o desencontro das temporalidades dos grupos.

Nesse sentido trataremos a colonização do Oeste paranaense pelos militares, por meio da Colônia Militar, pela definição do conceito de fronteira, como destaca José de Souza Martins:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.⁶

Haja vista que a fronteira, como em toda colonização, é o lugar onde ocorrem conflitos, desencontros, violência e, em casos mais graves, o assassinato, como é o caso dos militares e das populações que viviam na região da Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Nossas principais fontes serão os Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, os Relatórios produzidos pelos Ministros da Guerra e os relatos produzidos pelos viajantes que trabalharam ou visitaram a Colônia Militar e a região no período estudado.

Os relatórios produzidos no período forneciam informações sobre as atividades pelas quais os presidentes e ministros eram responsáveis. No caso do Presidente do Paraná, relatava acerca do que ocorria na casa imperial, nas eleições provinciais, as leis que eram sancionadas, a estrutura material e humana da polícia, do judiciário. Versavam também acerca da escravidão no período imperial, da igreja, dos hospitais, das vacinas, da caridade, da educação primária e secundária, das obras públicas, das estradas, das prisões, dos cemitérios, dos serviços públicos, da navegação, entre outros assuntos.

Nos relatórios dos ministros da guerra, os assuntos relacionados eram sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça, do alistamento militar, das inspeções militares, das

⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo; Hucite, 1997. p. 13.

várias Escolas Militares, das obras militares, dos arsenais de guerra, dos laboratórios e fábricas de pólvora e munição, as tomadas de contas, as leis aprovadas relacionadas ao Exército, entre outros assuntos. Contudo, o mais importante, no caso do ministro da guerra, eram os relatos sobre as condições das estradas do interior do Brasil, que eram de responsabilidade dos militares, assim como das várias colônias militares espalhadas pelas fronteiras brasileiras, fornecendo números, dados e estatísticas acerca dessas colônias. Nos relatórios provinciais, os dados importantes para esta pesquisa foram os incentivos e estratégias que os políticos faziam a fim de ocupar e colonizar as terras das regiões do Paraná.

Para a compreensão do nosso objeto de pesquisa, é fundamental a análise de estudos realizados anteriormente, os quais deram suporte para várias das questões por nós abordadas. A primeira obra a ser debatida é a de Ruy Cristovan Wachowicz, “Obrageros, Mensus e Colonos. História do oeste paranaense”.⁷

A primeira edição da pesquisa de Wachowicz é de 1982, na qual não consta o quarto capítulo: Origens da População, acrescentado na segunda edição, sendo esta última analisada pela nossa pesquisa. Dessa forma, a segunda edição conta com quatro capítulos, nos quais o autor analisa o processo de colonização da região, desde o período colonial até a década de 1950, observando as vertentes do desenvolvimento social e econômico, sendo o sistema exploratório da madeira e da erva-mate o principal meio produtor da economia local e responsável pelo desenvolvimento social. Mas o sistema que vai caracterizar essa região, segundo Wachowicz é:

Mas, logo no início da fase de levantamento e arrolamento das fontes, foi encontrado o elemento histórico unificador dessa região em estudo. Trata-se de um sistema de exploração e predação das riquezas naturais, que foi implantado na região, desde as últimas décadas do século passado, até, aproximadamente, a década de 50 do século atual. É o sistema das obrages.⁸

O sistema de obrages⁹, segundo Wachowicz, predominou na região nas mesmas características até a década de 1940. A partir desse período surge uma nova forma de promover a colonização da região, em pequenas propriedades, que investindo em uma frente pioneira reconstruiria a história desse espaço.

⁷ WACHOWICZ, Ruy Cristovan. Obrageros, Mensus e Colonos. Op. Cit.

⁸ Idem. p. 11.

⁹ **Obrages**: grandes extensões de terras fornecidas através de concessões dadas pelo governo do Estado, principalmente para a exploração de erva-mate, eram empreendimentos de exploração de propriedades do Oeste e Sudoeste do Paraná antes da colonização moderna do Paraná. Cf: WACHOWICZ, Ruy Cristovan. Obrageros, Mensus e Colonos. Op. Cit.

As obrages, segundo Wachovicz, empregavam praticamente todos os moradores dessas terras. O dono da obrage era o grande latifundiário, que retirava das matas da região os produtos como a erva-mate e a madeira, e era também o responsável pela contratação da mão-de-obra para realizar o trabalho de extração desses produtos das matas, os quais eram comercializados na capital Argentina, Buenos Aires.

Pelo fato de as obrages necessitarem de muita mão-de-obra para extrair a erva-mate e a madeira, os obrageros utilizaram-se da vasta mão-de-obra que, para Wachovicz, eram:

[...] o guarani moderno, que escapou dos paulistas e dos colonos paraguaios, caía novamente nas mãos ávidas de grandes e fáceis lucros dos obrageros. Eram, portanto, grupos ainda indígenas, que conservavam muitas de suas tradições, mas que não viviam em regime tribal. O conflito entre índios e civilizados deu lugar a um *modus vivendi* que permitiu as populações indígenas sobreviver e conservar vários aspectos de sua cultura tradicional. Eram populações produtoras e consumidoras, integradas, portanto, na economia regional, embora com status muito baixo.¹⁰

Os “guaranis modernos”, ou seja, os indígenas aldeados pelos jesuítas, posteriormente viveriam entre os colonos paraguaios, aceitando a condição de assalariados nessas terras e a denominação de *mensús*¹¹. As atividades de exploração, por meio das obrages, correspondiam à única oportunidade de se encontrar um trabalho remunerado na região.

Sobre a função da Colônia Militar de Foz do Iguaçu na região, Wachovicz chega à seguinte conclusão: “A presença da colônia militar e de sua respectiva população agrícola, visava alterar os costumes exploratórios de predação, utilizado no mate e na madeira. Entretanto, foi o contrário que ocorreu [...]”,¹² ou seja, o autor analisa a presença dos militares na região como uma alternativa para mudar a estrutura organizada pelas obrages. No entanto esse sistema de exploração das terras e de pessoas continuava sem que os militares pudessem interferir, pois toda a economia local dependia do comércio da erva mate e madeira e do trabalho dos *mensús* e, segundo Wachovicz, analisando o autor Candido Ferreira de Abreu, os oficiais militares destacados para servirem como autoridades na Colônia Militar

¹⁰ WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Obrageros, Mensus e Colonos*. Op. Cit. p. 47.

¹¹ **Mensús:** era nome atribuído ao indivíduo que se propunha a trabalhar braçalmente numa obrage. É equivalente a peão. Recebia por mês, ou pelo menos sua conta corrente era movimentada mensalmente. Vem do espanhol: mensual, isto é; mensalista.

¹² WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Obrageros, Mensus e Colonos*. Op. Cit. p. 25.

encaravam a empreitada como um castigo, pois em sua maioria esses oficiais tinham algum delito, especialmente político, cometido contra o governo brasileiro na época.¹³

O segundo trabalho analisado é de Sergio Lopes, “O Território do Iguaçu no Contexto da ‘Marcha para o Oeste’”.¹⁴ A edição da obra é de 2005 e contém quatro capítulos, sendo que, originalmente, é um trabalho apresentado para a obtenção do título de Mestre pela Universidade Federal Fluminense. A publicação de sua obra foi pela EDUNIOESTE, Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, local onde trabalha o autor. Seu objeto é o Território Federal do Iguaçu e o que ele pretende com essa pesquisa é

[...] analisar o contexto nacional em que se processou a criação, a existência e a extinção desse Território. Daí tentar analisá-lo no contexto de nacionalização de fronteiras e da campanha da Marcha para o Oeste que o governo Vargas punha em ação naquele período. [...] identificar quais foram às razões preponderantes que concorreram para a criação do Território Federal do Iguaçu, analisar suas principais características e os principais resultados de sua criação, bem como analisar os fatores que o levaram à extinção.¹⁵

Lopes analisa a formação do Território do Iguaçu nos anos do governo Vargas e o processo de ocupação das terras do Oeste brasileiro, por meio da ideologia promovida por esse governo, intitulada de Marcha para o Oeste. Em seu segundo capítulo, “Antecedentes históricos da região do Iguaçu”, o autor reconstitui o processo no qual se criou o Território:

[...] apresenta-se uma retrospectiva das disputas pela delimitação territorial da região do Brasil que mais tarde se tornaria parte do Território Federal do Iguaçu. [...] analisa-se a questão da delimitação da fronteira internacional com a Argentina, a Questão de Palmas. [...] discute-se o problema da indefinição dos limites internos entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, a Questão do Contestado.¹⁶

Um conflito analisado por Lopes teve a denominação de “Questão de Palmas”. Segundo o autor, as terras que correspondem, atualmente, ao Oeste de Santa Catarina e ao Oeste do Paraná, foram requeridas pelos argentinos, pela conformidade de quem realmente ocupa a terra, vive nela e a desenvolve social e produtivamente. No entanto o governo imperial brasileiro tinha como objetivo expandir os limites fronteiriços, sendo que os

¹³ Idem. p. 25.

¹⁴ LOPES, Sergio. O território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).

¹⁵ Idem. p. 17 – 18.

¹⁶ Idem. p. 73.

políticos brasileiros, internamente, haviam debatido e aprovado, no congresso nacional, a instalação de duas Colônias Militares na região, a de Chapecó e Chopim, atualmente oeste de Santa Catarina, a fim de instituir nessas terras uma organização do Estado brasileiro para que assim fosse caracterizado como pertencentes ao território do Brasil.¹⁷

Em comum acordo com a Argentina, a criação das Colônias Militares foi adiada pelo Brasil, sendo postas de lado as disputas por essas terras. Mas os planos expansionistas argentinos não foram colocados de lado e a Argentina fundou na região uma Província (um governo estadual) para assumir a posse da mesma. Como resposta, em 1880 as Colônias Militares de Chapecó e Chopim foram inauguradas pelo governo brasileiro, tendo como função proteger e colonizar a região Oeste de Santa Catarina.¹⁸

Concordamos com a explicação dada por Lopes para a criação das colônias militares de Chapecó e Chopim: “Certamente a iniciativa brasileira deu-se em função da temeridade de que a Argentina acabasse por ocupar definitivamente aquela área”.¹⁹ Instalar-se nas terras e criar uma instituição que representasse um marco de divisão das fronteiras entre os países, a presença de brasileiros e/ou do Estado nacional era necessário para se demarcar os limites do território brasileiro. Acreditamos que foram também os motivos da instalação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, propósito que conflitava com os interesses dos argentinos.

Dando continuidade às obras analisadas, temos, agora, a de Liliane da Costa Freitag, “Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954)”²⁰. Seu livro é de 2001, publicado pela EDUNIOESTE, sua pesquisa “[...] analisa o processo de ocupação do espaço que compreende, hoje, o município de Palotina, situado no extremo-oeste paranaense, através da articulação entre instâncias de ordem político-ideológica, econômico-empresarial e religiosa.”²¹

No capítulo intitulado: “O extremo Oeste paranaense integrando-se ao Brasil”, a autora trata “[...] da integração histórica da fronteira internacional do extremo-oeste do Paraná no contexto nacional [...]. Caracterizamos o perfil étnico, econômico e cultural dos personagens da fronteira extremo-oeste do Paraná”.²²

¹⁷ Idem. p. 74.

¹⁸ Idem. p. 75.

¹⁹ Idem. p. 76.

²⁰ FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo oeste paranaense (1937 – 1954)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. 140 p.

²¹ Idem. p. 17.

²² Idem. p. 45.

Sobre a fundação da colônia militar, a autora aborda sua sistemática sobre o assunto, afirmando que “[...] Recuamos ao final do século passado, em uma perspectiva histórica, discorrendo sobre a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, que teve como objetivo primordial, na época, ocupar e nacionalizar a fronteira sobre a qual nos referimos. [...] Iniciarmos pela fundação da Colônia não é uma escolha aleatória, pois é nesse momento que ocorre o primeiro contato oficial brasileiro com grandes unidades produtivas estrangeiras e seu sistema peculiar de trabalho e produção, sediada em território legitimamente brasileiro.”²³

O objetivo da autora em pesquisar a região de Foz do Iguaçu se diferencia do estudo de Wachowicz, que no entender de Freitag “[...] descreve múltiplas peculiaridades que se inseriam no interior do espaço da obra [...]”, já o estudo de Freitag atém-se [...] na descrição, identificação e na caracterização da estrutura de múltiplas relações existentes no interior dessas empresas [...]”.²⁴

Apesar de haver certa bibliografia que tem por objeto a região ou a forma de trabalho baseado no sistema de obras, a autora destaca que “[...] não se verifica, no entanto, uma preocupação mais apurada em nível de análise histórica, com relação às implicações causadas pelo predomínio obragero no extremo-oeste paranaense”.²⁵ A autora ainda reforça que “[...] desenvolvemos algumas reflexões acerca do domínio econômico e cultural obragero na região, pois entendemos que essa estrutura peculiar contribuiu para o delineamento cultural, econômico e étnico da região”.²⁶

Sobre a Colônia Militar, ela comenta que:

Os objetivos da instalação da Colônia Militar não ficaram restritos à defesa e à nacionalização do território. Também fora eleita como prioridade a transformação desse espaço em um centro de atividades agrícolas e pastoris, posto que a porção de terras banhada pelo rio Paraná, em território brasileiro, se encontrava povoada de modo extremamente rarefeito, se comparado com as demais regiões do país.²⁷

Ainda sobre o objetivo da colônia na região, Freitag entende que:

²³ Idem. p. 45.

²⁴ Idem. p. 46.

²⁵ Idem. p. 46.

²⁶ Idem. p. 46.

²⁷ Idem. p. 49.

[...] essa estratégia (de fundar a Colônia Militar) não nacionalizou a fronteira e, como seus objetivos não foram atingidos, o Ministério da Guerra, em 1912, extingue a Colônia, entregando sua administração ao Estado do Paraná. Entretanto, não podemos considerar esse projeto um fracasso, pois apesar de não ter se tornado um centro brasileiro de produção e colonização, a Colônia Militar foi responsável pela abertura de uma via de comunicação entre Foz do Iguaçu e o núcleo de Guarapuava, o que proporcionou o acesso dessa região ao Estado do Paraná.²⁸

Outra obra analisada é a de Antonio Marcos Roseira, com o título de “Foz do Iguaçu cidade sul americana”,²⁹ de 2006, a qual tem por objetivo investigar os elementos que caracterizam Foz do Iguaçu na Tríplice Fronteira e suas relações em um espaço maior, com a integração territorial sul americana, e, numa área menor, com os países vizinhos do Cone Sul. Seu recorte temporal inicia-se com a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu até os dias mais recentes do início do novo milênio. Sua perspectiva de análise são as ações políticas para a formação da região oeste do Paraná.

Em seu primeiro capítulo, e o mais importante para nosso estudo, “Ocupação, povoamento e geopolítica no oeste paranaense”, o autor analisa os aspectos históricos do desenvolvimento econômico e social do Oeste paranaense e de Foz do Iguaçu. Assim, ele discute como essa região, a partir da fundação da Colônia Militar, vai se tornando um espaço controlado pelo Estado, sendo ali representado pelos militares. Roseira defende que:

As condições do Oeste Paranaense na década de 20 revelavam que após os trabalhos da Comissão Estratégica e a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, o Estado do Paraná havia apenas consolidado a posse legal da área. Assim a fundação da Colônia Militar do Iguassú não passava até aquele momento de um ato militar de controle territorial.³⁰

Roseira procura relatar o processo pelo qual o governo brasileiro promoveu a ocupação desse território,

[...] num primeiro momento, por estratégias brasileiras para manter a ameaçada posse de todo o oeste paranaense, que por meio de um caráter militar, visavam reforçar o controle da região, fortalecendo seus limites territoriais. Apesar de insucessos, as investidas brasileiras na fronteira transpareciam o seu valor geopolítico.³¹

²⁸ Idem. p.52.

²⁹ ROSEIRA, Antonio Marcos. Foz do Iguaçu cidade Sul – Americana. (dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação em Geografia Humana; USP, São Paulo: 2006.

³⁰ Idem. p. 51.

³¹ Idem. p. 34.

Nessa passagem, o autor afirma que a presença dos militares na região teria o simples caráter de manter para o Estado brasileiro a posse dessas terras. Ele se reporta ao relato de um dos viajantes que passaram pela região e menciona suas impressões sobre a mesma. Esse viajante foi o poeta e escritor paranaense Silveira Netto, que fez várias palestras dissertando sobre as belezas das Cataratas do Iguaçu, em Foz, e das Sete Quedas, em Guaira.

Roseira estabelece como prioridade geopolítica da Colônia Militar, o controle da corrente de fluxos, segundo ele prioridade numa situação de controle da fronteira. “Nesse cenário havia algumas necessidades urgentes: comandar os fluxos na fronteira, criar vias de transporte que viabilizassem a integração física da região ao restante do Paraná e, por último, estabelecer uma prática econômica voltada aos interesses nacionais”³²

O trabalho mais recente sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu é a Tese de doutoramento de Antônio Marcos Myskiw³³ defendida em 2009. Myskiw analisa a Colônia Militar por meio da análise das problemáticas da História Agrária, onde busca ressaltar os mecanismos de acesso a terra na fronteira, assim como a política levada a cabo pelos militares para atrair colonos para a Colônia Militar, analisa também a vida dos colonos e suas estratégias de sobrevivência na fronteira e suas queixas.³⁴

Nesse contexto Myskiw defende que na fronteira:

[...] os erros e desmandos dos diretores da Colônia Militar contribuíram ainda mais para o acirramento dos conflitos agrários na medida em que deixaram de realizar a demarcação dos terrenos concedidos aos colonos e de não expedir os documentos provisórios e definitivos das terras aos colonos; que o clientelismo e as práticas coronelísticas levadas a cabo por comerciantes e empresários tornaram a problemática agrária ainda mais aguda, pondo em xeque o projeto colonizatório proposto pelos militares em 1888.³⁵

A especial preocupação do autor é de verificar como os lotes de terras da Colônia Militar de Foz do Iguaçu ficaram organizados após a saída dos militares da região, onde Myskiw verifica que apesar de os militares fornecerem os títulos de propriedades aos colonos a região ficou entregue aos mandos e desmandos de ações coronelísticas praticados por um dos maiores latifundiários da Região após a saída dos militares da administração da Colônia.

³² Idem. p. 40.

³³ MYSKIW, Antônio Marcos. A FRONTEIRA COMO DESTINO DE VIAGEM: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais, Curso de Pós-Graduação em História 2009. Niterói, RJ. 2009.

³⁴ Idem. p. 23.

³⁵ Idem. p. 17.

As obras analisadas não abordam especificamente a fundação ou a permanência dos militares na região da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, no entanto realizam uma abordagem histórica da colonização da região que tomam a Colônia Militar como a primeira iniciativa concreta do governo imperial e, posteriormente, republicano de ocupar essas terras.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo verificamos o contexto político nacional e da região Oeste paranaense, no sentido de identificar os motivos que levaram os militares a fundar Colônias Militares no final do século XIX. Nesse capítulo, “Os militares e a Colônia Militar”, verificamos a região Oeste paranaense à primeira tentativa do governo em ocupar esse espaço, também disputado pela Argentina. Aspectos sociais e econômicos da região também estão evidenciados, como a extração da erva mate e da madeira, fonte de trabalho e renda da população.

O segundo capítulo, “Ocupação das terras da Província do Paraná”, analisa especificamente a ocupação da região de fronteira entre o Brasil e a Argentina; as ações do governo imperial e do governo provincial na ocupação dessa região.

No terceiro capítulo, “A Colônia Militar de Foz do Iguaçu”, analisamos os documentos específicos relacionados à Colônia Militar, dos primeiros mandatários administrativos aos viajantes que passaram por essas terras e deixaram suas impressões, especificamente sobre a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e as estratégias utilizadas tanto pelo governo provincial como imperial para ocupar e colonizar essa região. Assim, analisamos a fundação da Colônia, em 1889, por meio dos viajantes que por ali passaram ou trabalharam, os quais relataram suas impressões e representações políticas, sociais e culturais sobre a região e, especialmente, da população que ali desenvolvia sua vida.

Nossa pesquisa terá como objeto a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e as ações dos militares para ocupar definitivamente esse espaço, a fim de torná-lo um território da nação brasileira, processo que não foi fácil e nem simples, pois muitos conflitos foram provocados pela ocupação, assim como a resistência promovida pela população que ali residia antes mesmo da fundação da Colônia Militar, aspecto pouco explorado pela bibliografia analisada. Portanto, entendemos que as fontes analisadas nos respaldam a analisar o cotidiano dessa fronteira, suas dificuldades e realizações, assim como desilusões tanto por parte dos militares, quanto da população que ali vivia e trabalhava.

1 O GOVERNO CENTRAL E O PROVINCIAL E A REGIÃO OESTE PARANAENSE

Possuindo recursos naturaes incalculáveis, inexplorados pela falta de dinheiro com que luctava, fazendo-se-a depender da Commissão Estratégica; é a colônia um dos pontos, senão o ponto de mais futuro commercial, que o Brazil possui em suas fronteiras com o Paraguay e Republica Argentina”.

“É este o panorama que se avista da costa brasileira, panorama *exclusivamente brasileiro*, porque, a não ser d’essa costa, e do ponto por nós descortinado n’aquela época, não ha outro de onde se possa avistar completo.

Muitos viajantes estrangeiros, têm ido ver esses saltos, mas pelo lado argentino é de uma grande distancia, de modo que nunca puderam ver os saltos maiores e mais bonitos.³⁶

1.1 OS MILITARES E A COLÔNIA MILITAR

No final do século XIX, o Brasil passava por uma transformação política. O país deixava de ter como sistema político o regime imperial e passava a se organizar por meio do sistema republicano. Entretanto, o governo imperial, e posteriormente o republicano, travaram no âmbito das negociações internacionais e a delimitação das fronteiras nacionais. Nesse momento histórico, o Barão do Rio Branco e sua equipe eram as figuras mais expressivas desses episódios.

Pode-se dizer que o novo governo republicano, pelo menos nos primeiros anos, deu continuidade ao projeto expansionista das fronteiras nacionais promovidas durante o governo imperial. Assim, o governo brasileiro e o Exército agiam no intuito de formar as fronteiras nacionais.

Neste capítulo analisaremos as estratégias utilizadas pelos governos brasileiros, tanto no período imperial quanto no regime republicano, para formar as fronteiras nacionais, os motivos que levaram os militares a fundar essas colônias em regiões inóspitas do Brasil, chamadas, no período, de sertão.³⁷

Uma das estratégias usadas pelo governo imperial com a finalidade de promover a ocupação territorial por membros representantes do Estado nacional nas terras fronteiriças foram as Colônias Militares. As Colônias Militares, fundadas desde a década de

³⁶ MURICY, José. A Foz do Iguassú. Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Foz do Iguassú em novembro de 1892. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1896. p. 21 – 41 (Grifo nosso).

³⁷ Concordamos com a definição dada ao termo sertão por Gilmar Arruda, que o considera uma representação na qual a partir de meados do século XIX uma nova realidade de “cultura urbana” vai pensar o espaço da esmagadora maioria do território brasileiro como “incivilizado e atrasado”, em oposição à cultura urbana “civilizada e progressista”. ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

1850, tinham como finalidade ocupar e garantir que as terras nas quais estavam inseridas compusessem o território nacional. A fundação das mesmas foi uma medida estratégica do governo brasileiro para que as nações vizinhas não reclamassem a posse das terras em questão e para impedir uma possível invasão, posto que se o país vizinho invadissem essas localidades, teria primeiro que atacar a colônia militar, podendo provocar uma guerra entre as nações. Contudo, o Brasil nesse período era visto pelas outras nações como uma grande potência militar, assim nenhum outro país gostaria de ter como finalidade promover uma guerra contra o Brasil.³⁸

As Colônias Militares representaram, naquela época, uma forma do governo brasileiro ocupar as regiões de fronteiras, onde poderia ocorrer algum tipo de conflito ou tentativas de outros países em reclamar a posse de terras. Dessa forma o Brasil evitou vários confrontos bélicos, mas não se livrou dos conflitos com outros países que também tinham interesse nesses territórios.

No caso específico da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, foi a medida encontrada pelo governo brasileiro para garantir que o estado ocupasse essa região e, posteriormente, promovesse a colonização, recebendo pessoas oriundas da imigração promovida pelo governo nacional sobre essas terras. Essa imigração foi realizada porque as pessoas que ali viviam não representavam o ideal de nação brasileira pretendido pelo governo. Outro motivo latente era o constante perigo dos argentinos tentarem expandir seu território por meio da ocupação dessas terras. Essas medidas se justificavam pelo fato que ocorreu com a região contestada pela Argentina³⁹, onde a criação das colônias militares de Chapecó e Chopim foi uma resposta do governo brasileiro em relação ao ato da “[...] Argentina ter criado, por decreto de 22 de dezembro de 1881, a Gobernacion de Misiones (com parte da área tomada do Paraguai), em cujo território incluía-se também aquela área de litígio, entre os rios Chapecó e Chopim”.⁴⁰

Os vários conflitos governamentais gerados devido à posse das terras paranaenses e catarinenses, obtidas por meio da fundação de colônias militares sobre delimitações fronteiriças, remetem à problemática da formação do Estado enquanto nação,

³⁸ A documentação analisada justifica as afirmações até aqui apresentadas e que serão analisadas posteriormente, mas essa mesma análise pode ser verificada nas seguintes obras: Cf. WACHOVICZ. Ruy Cristovan. *Obrageros, Mensus e Colonos*. Op. Cit. O autor também nos remete a posição estratégica das colônias, assim como sendo uma forma do Brasil enfrentar as invasões dos países vizinhos sobre terras que o governo entendia como sendo território brasileiro.

³⁹ Atualmente Oeste de Santa Catarina e Sudoeste paranaense.

⁴⁰ LOPES, Sergio. *O território do Iguaçu...* Op. Cit. p. 76 (grifo nosso).

pois as mesmas foram um dos instrumentos de tal formação, como destaca o autor Demétrio Magnoli:

O Estado contemporâneo ergueu-se sobre a delimitação precisa do território e a imposição de uma ordem jurídica homogênea. A nação ergueu-se sobre a consciência da unidade cultural e do destino de um povo, expressa nos símbolos da pátria e apoiada na distinção entre o natural e o estrangeiro. Apenas o Estado-nação associou definitivamente os conceitos de povo e nação ao território, estabelecendo os vínculos de natureza abstrata – ou seja: ideológicos – entre eles.⁴¹

Dessa forma, o Estado buscou, com a delimitação de sua fronteira, a formação do sentimento de nação. Assim, o fenômeno fronteira também não é natural ou um termo redutor de delimitação territorial, mas sim um conceito que une e separa, como destaca Gilmar Arruda:

Isso quer dizer que o fenômeno da fronteira é essencialmente social, isto é, resultado da ação de grupos sociais – poder-se-ia dizer populações – que separa seu território, reafirmando-o pela ampliação, pela defesa de fronteiras existentes, ou, ainda, e para o campo dos historiadores o mais importante, inventando os limites. Pode-se dizer, efetivamente, que todas as fronteiras, inclusive aquelas que ganham uma representação gráfica através de mapas, são o resultado de invenções históricas promovidas por grupos sociais em busca de identidades.⁴²

Nesse aspecto, no isolamento das colônias militares, coube aos militares tentar introduzir uma identidade social, política, cultural, entre outras, oriundas daquilo que eles entendiam como nacional. Por outro lado, tiveram que conviver com uma forma diferenciada de sociedade praticada pelas populações residentes na região, que mesmo antes da criação das colônias desenvolviam suas vidas e tinham toda uma estrutura social que, de certa forma, entrou em conflito com a que lhes estava sendo introduzida.

Os problemas relacionados às demarcações fronteiriças, a partir de 1850, cresciam no Brasil, como também crescia a necessidade de se nacionalizar essas regiões que ainda não estavam inseridas no contexto da nação.

No final do século XIX a região na qual foi implantada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu tornou-se palco de um dos últimos conflitos que o Brasil enfrentou devido à

⁴¹ MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912). São Paulo: Edunesp/Moderna, 1997. p. 15.

⁴² ARRUDA, Gilmar História, historiadores, regiões e fronteiras. História: debates e tendências. Passo Fundo: Editora/ UFP – Programa de Pós-Graduação em História. V. 3. N. 2 – dezembro/2002. PP. 49 – 63. p. 57.

demarcação dos limites fronteiriços. Uma das estratégias de ‘fixação’ das fronteiras foi, como dito anteriormente, a criação de colônias militares. A ação dos militares na Colônia representava, em suas práticas, o pensamento de formação do Estado brasileiro pela busca da homogeneização das ações concretas e simbólicas do governo sobre a população, ou seja, fazer presente nesse território o sentimento de nação.

Embora a problemática das fronteiras entre Brasil e os países vizinhos remonte ainda ao período colonial, foi no período imperial que se acentuou e se promoveu a maior parte da delimitação das linhas fronteiriças no Brasil, conforme expõe Demétrio Magnoli. Para esse autor, o Brasil iniciou seu processo de formação das delimitações territoriais por meio de vários tratados assinados durante o período.⁴³

Os tratados realizados entre a coroa portuguesa e espanhola, que mais tiveram influência para o espaço fronteiriço no qual se localiza nosso objeto de pesquisa foram: o Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750 e que visava demarcar as fronteiras coloniais portuguesas e espanholas pelo não cumprimento do Tratado de Tordesilhas. Por este tratado, Portugal ficaria com o Rio Grande do Sul, Mato Grosso e com a Amazônia e receberia dos espanhóis os Sete Povos das Missões, em troca da cessão da Colônia do Sacramento, no atual Uruguai; o Tratado de El Pardo, assinado em 12 de fevereiro de 1761, pretendia substituir o Tratado de Madri, por insistência dos portugueses em ocupar a Colônia do Sacramento e a resistência espanhola em entregar o território dos Sete Povos das Missões; o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1 de outubro de 1777, confirmava a posse da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões aos portugueses e definia região que pertenceria aos portugueses, estabelecendo os rios Pepiri Guaçu e o Santo Antônio, que comporiam a linha imaginária da fronteira, especialmente, do oeste paranaense e sudoeste catarinense. Essa linha imaginária seria um dos motivos para o litígio entre Brasil e Argentina no século XIX, que veremos mais adiante.⁴⁴

O governo brasileiro tinha como imaginário fronteiriço baseado, no que Magnoli denominou de “mito da ilha Brasil”, os limites territoriais que se inspiravam nos cursos dos rios Uruguai, Paraguai, Guaporé e Mamoré e pelo vale drenado pelos afluentes do Amazonas.⁴⁵

Para pôr em prática aquilo que os políticos brasileiros entendiam como ilha Brasil, especificado por Magnoli, houve muitos conflitos, especialmente com a Argentina e

⁴³ MAGNOLI, Demétrio. Uma ilha chamada Brasil. Revista Nossa História. Ano 3, nº 25. Editora Vera Cruz, São Paulo; 2005. p. 14 – 19.

⁴⁴ Idem. p 16.

⁴⁵ Cf. MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria... Op. Cit. p. 45 – 61.

com o Paraguai. Em relação ao último país, ocorreu a Guerra do Paraguai entre 1864 a 1870. Apesar da guerra não ter claramente objetivos de delimitação fronteiriça, acarretou discussões posteriores sobre o assunto. Já em relação à Argentina, o caso de Palmas é o mais conhecido, envolvendo questões relacionadas às delimitações⁴⁶, como veremos adiante.

Segundo Oliveira, o conflito fronteiriço entre Brasil e Paraguai remonta ao período colonial: “A tensão fronteiriça entre Brasil e Paraguai tem origem no processo de colonização européia na América e se deve, em grande medida, às diversas interpretações possibilitadas pela imprecisão dos tratados de limites estabelecidos e revistos ao longo da História.”⁴⁷

A guerra contra o país vizinho aparentemente deu termo à polêmica. Os conflitos relacionados à delimitação dos limites fronteiriços com o Paraguai estavam de certa forma, resolvidos, pois, depois da guerra contra esse país, um tratado delimitando as fronteiras territoriais foi assinado em 1882. Marcio Gimenes de Oliveira transcreve o texto que remete à delimitação das linhas fronteiriças:

Assim indica o artigo 1º do Tratado de 1872:

O território do Império do Brasil divide-se com a da República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começa as possessões brasileiras na foz do rio Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná;

Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda;

Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra do Amambahy;

Prossegue pelo mais alto desta Serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até sua foz na margem oriental do rio Paraguay;

Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para Sul e Oeste pertencem ao Paraguay.

A ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil.⁴⁸

Dos conflitos entre Brasil e Argentina por terras na região meridional das Américas, o mais acirrado talvez tenha sido o que foi denominado como a “Questão de Palmas”, no qual a atuação no campo das relações exteriores foi intensa, tendo resultado, entre outras medidas por parte do governo brasileiro, na fundação de duas Colônias Militares, a de Chopim e de Chapecó. A Colônia Militar de Foz do Iguaçu também foi fundada pela disputa territorial com a Argentina.

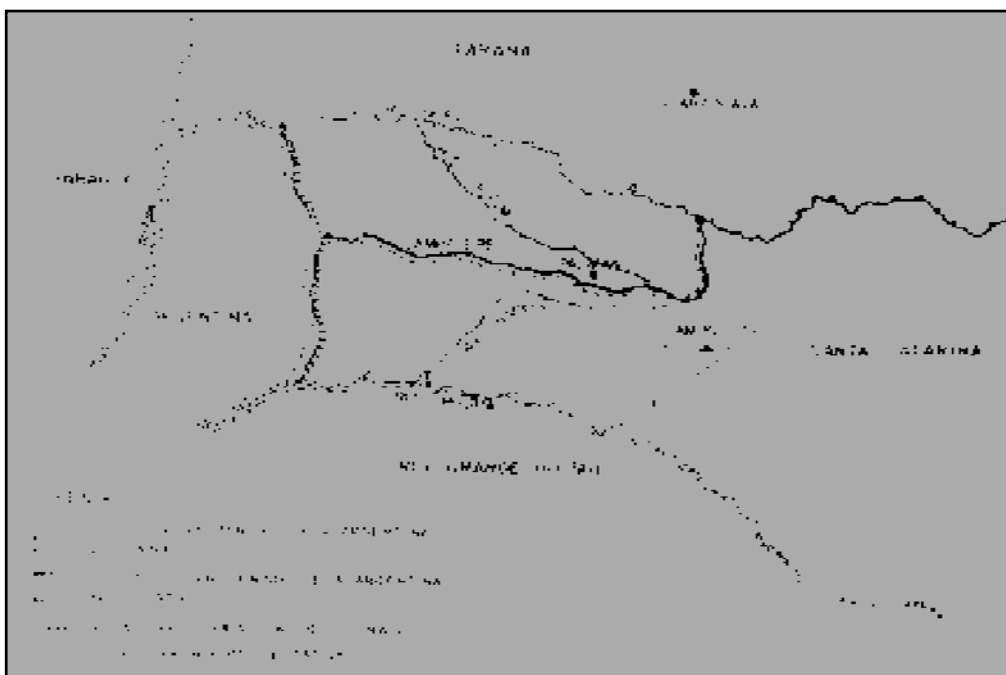
⁴⁶ MAGNOLI, Demétrio. Uma ilha chamada Brasil... Op. Cit. p. 17.

⁴⁷ OLIVEIRA, Marcio Gimenes de. A Fronteira Brasil e Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. (dissertação de mestrado) Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia, 2008. p. 27.

⁴⁸ Idem. p. 56.

O mapa a seguir destaca a região arbitrada a partir de 1882 entre Argentina e Brasil:

Mapa 1 - Questão de Palmas



Fonte: BOUTIN, Leônidas. Colônias Militares na Província do Paraná. Curitiba: Separata do Boletim XXXIII do IHGEP, Nov/1977. p. 49.

A Argentina questionava a localização dos rios que delimitavam a fronteira. Hélio Lobo assim destaca esse episódio:⁴⁹

⁴⁹ Muitas palavras escritas no período do Barão levavam acentos circunflexos e agudos, que não são mais utilizados nos dias atuais, resolvemos, para manter os leitores sem a preocupação de uma revisão ou dúvidas quanto ao modelo correto da escrita, tanto a do período do Barão, quanto a dos nossos dias, preferimos manter a escrita dele atualizada.

[...] Estavam os dois países concordes quanto às duas fronteiras do Iguazu e do Uruguai, mas discordavam quanto a determinação dos dois rios que, afluindo para aqueles em direções divergentes, deviam constituir definitivamente a fronteira internacional. Sustentava o Brasil que esses rios eram o Pepiri Guaçu e o Santo Antonio. Pretendia a Argentina desde 1881 que eram o Chapecó e o Chopim, e, desde 1888, o Jangada mais a leste. Não se tratava para nós apenas de salvaguardar um patrimônio que fora sempre brasileiro, mas também de prover a defesa do território nacional, pois, a prevalecer à pretensão argentina, as terras desta penetrariam como uma cunha no Paraná e Santa Catarina, dificultando-se as comunicações com o Rio Grande do Sul.⁵⁰

Podemos perceber que Lobo descreve a problemática da fronteira como sendo uma discussão particular: “[...] Não se tratava para nós apenas de salvaguardar um patrimônio que fora sempre brasileiro [...]”, seu livro foi elaborado utilizando-se de trechos de jornais e das memórias escritas pelo Barão do Rio Branco referentes ao litígio desenvolvido entre Brasil e Argentina pelas terras que atualmente estão inseridas no território brasileiro. Tais terras fazem parte do oeste e sudoeste paranaense e oeste catarinense. Tal conflito teve a denominação de a “Questão de Palmas” ou conflito das “Missões”.

A “Questão de Palmas” foi motivada pela criação, por parte do governo argentino, da Gobernación de Misiones, na região que era pretendida por esse país, onde atualmente se encontram o Oeste catarinense e Sudoeste paranaense. Também entendia-se que essas terras pertenciam ao território brasileiro. O Barão do Rio Branco assumiu o processo pelo fato de que faleceu o Barão Aguiar de Andrade, o primeiro incumbido de organizar a defesa sobre o litígio dessas terras. Rio Branco tinha vasta experiência sobre temas de relações exteriores, pois seu pai foi um dos responsáveis por vários outros tratados realizados durante o período imperial e também na República. Sua experiência foi utilizada para tal fim.

O responsável pela construção dos argumentos de defesa do Brasil foi Rio Branco e podemos destacar o cuidado e o trato que o Barão dava à missão imputada a ele. Cuidava de todos os detalhes: um exemplo é a escolha da equipe que ele exigiu para ajudá-lo no processo contra a Argentina, na qual o tradutor era um brasileiro que residia há muito nos Estados Unidos da América, profundo conhecedor da língua portuguesa e um ótimo tradutor para o inglês, pois residia há bastante tempo nesse país, onde trabalhava como professor. Deve-se lembrar que o árbitro no processo era o Presidente dos Estados Unidos da América, por isso o trabalho do Barão foi tão bem reconhecido pela antecipação dos possíveis fatos,

⁵⁰ LOBO, Hélio. Rio – Branco e o arbitramento com a Argentina: a questão do Território de Palmas, também chamada de Missões. Livraria José Olympio Editora; Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Octavio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro, 1952. p. 17 – 18.

contando com bons estrategistas políticos e com a possível tradução desses documentos para a língua inglesa.⁵¹

Um dos argumentos históricos realizados por Rio Branco foi o de que paulistas percorriam a região em pleno século XVII, com a finalidade de realizar comunicação entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, assim como a de capturar índios para serem comercializados como escravos na capital.⁵²

Outro argumento forte de Rio Branco, como destaca Lobo, foi que:

Na memória brasileira figuram os nomes de todos esses atlas e mapas⁵³, com suas edições. Só em 1889 se viu o governo argentino na contingência de declarar que não tinha mapas oficiais, acrescentando que, se alguns invocavam esse caráter, não eram reconhecidos em matérias internacionais. Isso se explicava por ter o Brasil, ainda em 1884, citado vários mapas como prova de que a Argentina, em publicações oficiais, reconhecia até 1881 como fronteira, a ocupada e defendida por nós.⁵⁴

Sérgio Lopes, ao analisar a criação do Território Nacional do Iguazu pelo governo Vargas, contextualiza a região antes da criação do território nacional. Para Sérgio Lopes, a origem dos conflitos entre Brasil e Argentina pelas terras dessa região seria desde os tempos da colonização portuguesa e espanhola que, por meio dos tratados sobre as delimitações fronteiriças, motivou várias contestações entre esses dois povos. Sobre os tratados de delimitações fronteiriças entre Brasil e Argentina, o primeiro de relevância a ser destacado é o de Madri, 1750, ainda no período colonial, que delimitava a fronteira entre os dois países os rios Pepiry – Guaçu e Santo Antônio. O segundo foi o Tratado de El Pardo, 1761. O terceiro, e o que mais se aproximou da atual delimitação, foi o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que “[...] ratificou como divisa entre o Brasil e a Argentina aqueles dois afluentes do Rio Uruguai e Rio Iguazu [...]”⁵⁵

Após a Guerra do Paraguai, mais especificamente em 1881, a Argentina viria apresentar uma nova interpretação do Tratado de Santo Ildefonso segundo os argumentos dos especialistas desse país, que afirmavam que a sua fronteira na região em questão iria até os rios onde se localiza os rios Chapecó e Chopim, declarando que estes eram

⁵¹ Idem. P. 21 – 22.

⁵² Idem. P. 80.

⁵³ Desde o período colonial tanto a coroa quanto o império produziram vários mapas e atlas referentes a introdução no interior por meio de expedições ou das bandeiras, sendo que no século XIX essas terras, pelo menos no imaginário das pessoas, eram conhecidas dos brasileiros.

⁵⁴ Idem. P. 80 – 81.

⁵⁵ LOPES, Sergio. O território do Iguazu no contexto da “Marcha para o Oeste”. Cascavel: edunioeste, 2002. (Coleção Thésis). p. 73.

os rios Pepiry-Guaçu e Santo Antônio, respectivamente, na tentativa de reviver os acordos do Tratado de Madri requerendo para si toda a região compreendida atualmente como o Sudoeste paranaense e Oeste de Santa Catarina.⁵⁶

O Brasil não só não concordou com a interpretação dos vizinhos argentinos, como iniciou um plano para melhorar a comunicação com a região, entre as estratégias estavam: construir uma linha férrea para interligar o Porto de Paranaguá com a navegação pelo rio Iguaçu, e inaugurar duas colônias militares, Chopim e Chapecó.⁵⁷ A prática era a de usar da força e demonstrar que a invasão não seria tolerável. Força, pelo fato de que muitas vezes essas colônias não tinham a real função de promover uma resistência bélica à invasão dos vizinhos, mas seria uma instituição que faria frente a uma possível invasão, visto que um ataque seria considerado uma atitude que provocaria a guerra entre esses países.

Os autores que dissertaram sobre a região Oeste paranaense, analisados anteriormente, e que fizeram referência à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, atribuem à sua criação o motivo de ser um espaço estratégico do ponto de vista da defesa do território. Assim, a reivindicação dos militares tinha como argumento o ponto estratégico da região, caso uma guerra ocorresse entre Brasil e Argentina ou contra o Paraguai.

Os militares sabiam que sozinhos não teriam êxito na ocupação, por isso pensaram em colonizar a região com indivíduos que pudessem reproduzir os modelos culturais e sociais brasileiros. Liliane da Costa Freitag destaca que os políticos da Província do Paraná também se preocupavam com o desenrolar das discussões sobre a região Oeste. As informações sobre a possibilidade de se explorar o comércio da erva mate e da madeira incitava o desejo dos políticos e dos empresários da Província do Paraná em desenvolver essa potencialidade social e econômica. Na pesquisa de Liliane da Costa Freitag, ela destaca:

Embora a região extremo-oeste do Paraná estivesse aparentemente fora da área de interesse imediato dos governantes paranaenses, nesse período, isto não significou que estivesse relegada ao esquecimento. Ao longo desse período muitos olhares visavam à preservação dessa área para o Estado. Essa região constituía-se em uma vasta extensão de terras recobertas de ervais e matas. Muito embora fosse apresentado, ainda no início do século XX, como um território vazio e inóspito, aparentemente sem civilização, muitos estrangeiros e migrantes lá se mantinham vivendo de seu trabalho e de sua produção em sua maioria no interior de grandes propriedades denominadas de *obrage*. Esse termo, retirado do castelhano, passou a designar extensas

⁵⁶ Idem. p. 75.

⁵⁷ Idem. p. 75.

unidades extrativistas de erva-mate e madeira instaladas em regiões de clima subtropical, na Argentina e no Paraguai.⁵⁸

Para as terras do Estado do Paraná dava-se a atribuição de serem imensos espaços ditos “vazios”, como destaca Freitag. O Paraná sofria com a não interiorização desses espaços econômicos explorados por outras nações. No caso da região de conflito, os obrageros argentinos conseguiam desde o período imperial concessões de terras para explorar as vastas vegetações nativas de erva mate e retirar madeira.

Freitag faz considerações referentes à Constituição brasileira, sobre a possível invasão estrangeira nas fronteiras do Estado, especialmente nas paranaenses, assim como a espoliação desses grupos aos cofres públicos, retirando a riqueza natural da região sem a permissão do Estado para esse fim.

A Constituição republicana de 1891, criou condições jurídicas para o surgimento das obrages no Paraná. Seu artigo 64 delegava aos estados o direito de legislar sobre extensões de terras em seus respectivos territórios. Em função disso, o Estado do Paraná, sem considerar a nacionalidade do comprador, vendeu e concedeu terras [...].⁵⁹

Nesse sentido, para a Província do Paraná ocupar a região, como pretendiam os políticos paranaenses, por meio da utilização dessas terras por colonos estrangeiros, também era um grande problema, principalmente pela forma eleita pelo governo republicano que possibilitou a venda ou a concessão dessas terras a estrangeiros.

A autora afirma que a região estava ocupada,

[...] praticamente toda a margem paranaense da foz do rio Iguaçu até o Salto de Sete Quedas estava repleta de portos argentinos clandestinos ou não, construídos e controlados pelas empresas particulares às margens do Uruguai e Paraná, escoando a erva-mate e a madeira para o mercado platino.⁶⁰

⁵⁸ FREITAG, Liliane da Costa. EXTREMO-OESTE PARANAENSE: história territorial, região, identidade e (re) ocupação. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, SP: 2007; p. 23 – 24.

⁵⁹ FREITAG, Liliane da Costa. Fronteiras perigosas... Op. Cit. p. 54.

⁶⁰ dem.p. 57.

Essa região era ocupada por empresas que, legalizadas junto ao governo da Província ou não, instalavam-se para retirar as riquezas dessas terras, diga-se erva mate e madeira.

Assim, a ocupação da região toma dois rumos: para o governo federal, a estratégia de ocupar a região foi por meio da fundação da colônia militar e para a Província do Paraná, a estratégia utilizada foi a colonização, utilizando-se de colonos oriundos da imigração.

Segundo Freitag o modelo eleito para ocupar a região,

[...] essa estratégia (de fundar a Colônia Militar) não nacionalizou a fronteira e, como seus objetivos não foram atingidos, o Ministério da Guerra, em 1912, extingue a Colônia, entregando sua administração ao Estado do Paraná. Entretanto, não podemos considerar esse projeto um fracasso, pois apesar de não ter se tornado um centro brasileiro de produção e colonização, a Colônia Militar foi responsável pela abertura de uma via de comunicação entre Foz do Iguaçu e o núcleo de Guarapuava, o que proporcionou o acesso dessa região ao Estado do Paraná.⁶¹

A colonização da Província do Paraná ocorreu do litoral para o interior. Dessa forma, a economia da província foi se desenvolvendo segundo as regras ou necessidades de produção do país, por isso a ocupação mais antiga ditava os produtos que precisavam ser produzidos. A grande extensão de matas na província fez com que a madeira se tornasse um dos principais produtos, e por isso também foi um dos motivos da ocupação do interior. Segundo Freitag:

O beneficiamento da madeira, por sua vez, outro produto rendoso para os cofres estaduais, embora não tão expressivo na época, possibilitou a instalação de indústrias extrativas no Paraná. Essas, pela associação entre economia madeireira e atividades de colonização atraíram grupos migrantes, inclusive àqueles de caráter flutuante, para áreas interioranas do Estado.⁶²

Percebemos que a interiorização da ocupação dos espaços ditos “vazios” se deu, necessariamente, pela cobrança dos impostos que o Estado poderia receber. A região Oeste também estava nos objetivos dos políticos paranaenses, pois poderia representar uma boa quantia a entrar para os cofres do Estado, devido à exploração das matas que existiam nessa região, exploração esta que já era promovida pelo governo paranaense em seu território, mais especificamente na região dos Campos Gerais.

⁶¹ Idem. p. 52.

⁶² FREITAG, Liliâne da Costa. EXTREMO-OESTE PARANAENSE... Op. Cit. p. 47

Na instituição do Exército também se fazia presente um plano para ocupar a região. As picadas (estradas) abertas e conservadas pelos militares foram uma forma de manter aquele espaço em contato com os centros urbanos, a fim de que pessoas fossem atraídas para trabalhar nas terras, especialmente na região de fronteira, que carecia do elemento nacional para ocupá-la.

1.2 A FUNÇÃO DE UMA COLÔNIA MILITAR E O TRABALHO DOS MILITARES

As Colônias Militares foram um recurso utilizado no Brasil desde o período colonial. Suas finalidades é que mudaram no decorrer do tempo e dos governos brasileiros. Temos, por exemplo, a Colônia Militar Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, instalada à margem do rio Iguatemi, um dos afluentes do rio Paraná, no Mato Grosso, fundada em 1769 pelo Sargento-Mor Teotônio José Juzarte. Sua finalidade foi a de repelir os castelhanos dessas terras, que presumia-se pertencentes ao território brasileiro. Em 1858, fundou-se a Colônia Militar do Jatahy, que teve por finalidade garantir o livre trânsito e a ligação entre as províncias de Mato Grosso e Paraná, para assim dar garantias às populações que ali residiam de não serem atacadas pelas tribos indígenas que promoviam ataques por não concordarem com sua permanência na região.

A utilização de colônias militares por parte do governo imperial brasileiro foi um recurso utilizado sempre que surgiam problemas relativos à segurança e à ocupação de determinado espaço, especialmente devido a invasões. As colônias militares fundadas com a administração do Exército brasileiro durante o século XIX acompanharam a mudança institucional e do pensamento social que essa instituição tinha sobre si, ou seja, essas colônias representaram o pensamento dos militares em relação à sua representatividade social e política e tiveram como finalidade formar a identidade do Exército como instituição do Estado brasileiro.⁶³

Dessa forma, pretendemos analisar, por meio das ações dos militares, como se formou o seu pensamento político, os motivos institucionais no período do final do governo imperial e início do governo republicano, que os levaram a instalar e administrar, em região de sertão, uma Colônia Militar. Não tencionamos neste trabalho detalhar todos os

⁶³ Sobre a formação do pensamento militar a partir do século XIX. Cf: MCCANN, Frank. Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Tradução: Laura Teixeira Motta. COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro; Record, 2000. SHULZ, John. Exército na política: origens da intervenção militar 1850 – 1894. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, – EDUSP – 1994.

aspectos sociais e políticos dos militares e de sua instituição na vida pública e/ou política do país, ou seja, realizar uma História do Exército ou dos militares.

Nossa ênfase se dará sobre as características sociais e políticas que levaram os militares a fundar a Colônia Militar na foz do rio Iguassú no ano de 1889 e como colaboraram com a delimitação fronteiriça da nação brasileira, em relação aos outros países vizinhos do Brasil. Pretendemos também pontuar os objetivos que nortearam os trabalhos dos militares na Colônia Militar e tentar compreender as leis de funcionamento que os mesmos fizeram vigorar tanto para os moradores como para os estrangeiros da Colônia Militar no decorrer de seu trabalho administrativo.

Frank McCann pesquisou sobre essa instituição de 1889, do início da República até 1937, momento crucial do governo Vargas e da promoção do Golpe do Estado Novo, acontecimento que teve a participação e a conivência do exército, nesse episódio. Segundo Frank McCann:

O Exército também administrava colônias militares no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Pará e Amazonas, que envolviam os oficiais em numerosas atividades relacionadas ao desenvolvimento da infra estrutura e davam ao Exército a percepção institucional das condições nas regiões de fronteira. Essas colônias, originadas na década de 1850, eram povoadas sobre tudo por imigrantes estrangeiros, particularmente nas províncias meridionais. Existiam para fortalecer as reivindicações a territórios fronteiriços disputados e povoar as áreas internas na fronteira.⁶⁴

Em 1882, como já mencionado, foram fundadas as Colônias Militares de Chapecó e Chopim, no atual sudoeste paranaense e oeste catarinense. A fundação dessas colônias estava ligada às varias intervenções que os militares faziam na sociedade, as pesquisas de McCann referentes a essas ações dos militares sobre a sociedade, especialmente, a de fronteira, comenta sobre a situação dos mesmos em regiões consideradas de sertão onde foram administrar Colônias Militares:

Os oficiais enviados para servir em unidades do interior encontravam condições e pessoas que poucos de seus colegas intelectuais civis nas cidades costeiras europeizadas tinham oportunidade de observar. Para a maioria destes últimos, o ‘interior’ começava com os limites da cidade e era atemorizante, selvagem e habitado por gente não civilizada [...]. Essas imagens do Brasil levariam, [...] à adoção de políticas que fariam do Exército brasileiro instrumento de controle social com uma suposta missão

⁶⁴ MCCANN, Frank. Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Tradução: Laura Teixeira Motta. p. 40.

civilizadora. O Exército também ampliara o alcance do Estado brasileiro em expansão até os rincões mais longínquos do território nacional.⁶⁵

Essas intervenções no interior do território brasileiro deram uma vasta experiência e conhecimentos aos militares em regiões de fronteira, assim como no trato burocrático administrativo, ao fundarem a Colônia Militar de Foz do Iguaçu os militares aprenderam com a Colônia Militar e essa por sua vez colaborou para criar uma consciência social e política que os militares utilizaram em suas intervenções políticas futuras.

Para entender os objetivos de uma colônia militar e como ela representou o pensamento do Exército, analisaremos as colônias próximas de Foz do Iguaçu, ou seja, a de Jatahy, de Chapecó e a de Chopim, no sentido de esclarecer esse pensamento.

A Colônia Militar do Jatahy foi criada pelo Decreto Imperial nº 751, de 2 de janeiro de 1851, período em que o Paraná ainda era a 5ª Comarca de São Paulo, porém sua instalação ocorreu no ano de 1858, em 10 de agosto. Leônidas Boutin analisa, principalmente, as colônias de Chapecó e Chopim e descreve a fundação da colônia de Jatahy:

As finalidades dessa colônia eram várias: - garantir as comunicações fluviais entre os Campos Gerais do Paraná e a Província de Mato Grosso; colaborar e garantir a colônia indígena de São Pedro de Alcântara; papel estratégico, pois, como posto militar avançado poderia prevenir e enfrentar possível ataque do Paraguai que se preparava para a guerra que se chamaria depois de Tríplice Aliança. [...] uma quarta finalidade: tornar-se um núcleo de desenvolvimento econômico e de povoamento de uma região já apontada pelos viajantes como de excelentes qualidades para a agricultura.⁶⁶

Boutin retrata que as colônias militares de Chapecó e de Chopim “[...] foram criadas e fundadas em função direta da questão de fronteiras havida entre o Império do Brasil e a Argentina: a questão denominada de Palmas” (ou Missões)⁶⁷. Sobre os objetivos do governo imperial referentes à fundação da colônia é possível observar suas intenções com “O artigo 2º dava as finalidades: a) defesa da fronteira. b) proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Chagú e Guarapuava contra a incursão dos índios”⁶⁸. A região era conhecida pelos nomes de Chagú ou Campos do Chagú, que se situava 20 léguas a ocidente de Guarapuava, onde havia um aldeamento indígena criado pelo Aviso imperial de 21 de outubro de 1858.

⁶⁵ MCCANN, Frank. Soldados da Pátria... Op. Cit. p. 41.

⁶⁶ BOUTIN, Leônidas. Colônias Militares na Província do Paraná. Curitiba: Separata do Boletim do IHGEP, Nov/1977. p. 19.

⁶⁷ Idem. p. 31.

⁶⁸ Idem. p. 31.

Como vimos, uma das finalidades dessa colônia era a de proteger as populações ali residentes contra o ataque de índios, para que o comércio fluísse. Uma das táticas utilizadas era a de aldeá-los, como no período dos Jesuítas, reservá-los em uma colônia com a finalidade de “civilizar” esses índios. A colônia militar situava-se onde atualmente é a cidade de Jataizinho, próxima à cidade de Londrina.⁶⁹

Ainda referente aos indígenas cabe citar o que Boutin escreveu sobre os mesmos:

Evidentemente entendia-se por catequese o trabalho de trazer os índios para a civilização brasileira. Mas esse trabalho só foi eficiente mais tarde, realizada pela frente pioneira das populações humildes que por força das circunstâncias misturou-se com os índios através do casamento e criando assim uma nova raça de pioneiros.⁷⁰

No entendimento de Boutin, o processo de civilização concretizou-se por meio da miscigenação entre as populações mais pobres da região com os indígenas, conhecidos atualmente como caboclos. Tais afirmações do autor não são problematizadas em nenhum momento de seu texto, sendo que a formação de uma sociedade que trabalhava e vivia no interior das matas simplesmente apareceram nos sertões fruto da miscigenação de duas populações, além de ressaltar o caráter estereotipado em relação aos pobres e populações indígenas, demonstra bastante determinismo em suas afirmações.

Segundo Boutin, o administrador da colônia informou ao governo de Curitiba que seu progresso não era maior porque a colônia não fora construída em conformidade com o Regulamento de 22 de dezembro de 1858, ou seja, que deveria ser exclusivamente composta por membros do Exército. Dizia ainda que de militar só tinham o nome e havia começado com mau pessoal: paisanos, em geral sem ânimo de nela fixarem sua residência, e contra os quais não se podia fazer efetivo o rigor e a disciplina militar, como aconteceria se militarmente tivesse sido construída.”⁷¹

Relativo ao progresso da região, Boutin é bastante otimista e assim relata o desenvolvimento do comércio:

⁶⁹ Sobre a política dos aldeamentos; Cf. MOTA, Lúcio Tadeu. o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E AS PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO ESTADO NACIONAL. IN: II Reunion de Antropologia del Mercosur: Fronteras culturales y Ciudadania - GT 27 “Etnicidades y Estados Nacionales”. Piriapolis (Uruguay), 11 a 14/11/1997. P. 149 – 175.

⁷⁰ BOUTIN, Leônidas. Colônias Militares na Província do Paraná. p. 25.

⁷¹ Idem. p. 26.

Aumentou a produção da aguardente, do feijão, do arroz e do milho, mas baixou a produção do açúcar e do polvilho. Ampliavam-se as roças, mas quase nada consta sobre a criação de animais. Há referências apenas que nos fez supor que a criação se limitava à de consumo doméstico, como porcos, galinhas e vacas leiteiras. Mas especialmente os cavalos e mulas usados nos trabalhos agrícolas, transportes e como montaria.⁷²

Boutin também descreve a Colônia Militar de Chapecó, fundada em 16 de novembro de 1859 pelo governo imperial. Para o autor, criavam-se duas colônias militares na Província do Paraná e ao mesmo tempo emitiam as “instruções” para a localização e finalidades das mesmas. Entretanto, as colônias militares não foram fundadas nesse período, na década de 1860, elas só foram postas novamente nas discussões para sua fundação em início de 1880, que segundo Boutin:

[...] em 14 de março de 1882 é que se instalou a colônia militar do Chapecó, isto porque a Argentina em 22 de dezembro de 1881 havia criado por decreto a Gobernación de Misiones em cujo território incluía-se aquela área em litígio, entre outros os rios Chapecó e Chopim.⁷³

O local escolhido pela comissão responsável pela fundação da colônia militar foi, no entendimento dos mesmos, um local estratégico de terras devolutas e férteis, além da abundância de madeira, principalmente pinho, imbuia, cedro, entre outras. Sob a orientação dos militares iniciou-se a derrubada dos pinheiros e a fabricação das vigas e tábuas para as primeiras construções. Logo se deu início a montagem de um engenho de serrar madeira, movido por água. A orientação técnica dessa montagem foi dada pelo tenente de 1ª classe, Antônio Geraldo de Sousa Aguiar. Os trabalhos de demarcação dos lotes também tiveram início, com a orientação do capitão Marciano Augusto Botelho de Magalhães.⁷⁴

A fundação de uma Colônia Militar trazia consigo a expectativa do governo imperial em colonizar essa região com pessoas dispostas a abrir e trabalhar nas terras, para o governo apesar de ser considerada uma vasta região de sertão constituíam-se em terras riquíssimas, pois, segundo termos utilizados no período, essas terras eram muito férteis. Boutin assim descreve a chegada dos primeiros migrantes:

⁷² Idem. p. 25.

⁷³ Idem. p. 31.

⁷⁴ Idem. p. 34.

No mesmo ano de fundação da colônia (1882) chegaram os primeiros colonos contratados (7). O referido Contrato estabelecia entre outras cláusulas, que os colonos e suas famílias tinham direito ao transporte até o Chapecó e alimentos até que obtivessem a primeira colheita.⁷⁵

E mais: recebiam uma foice, um martelo, uma enxada, um facão, uma pá e o pagamento de cinco mil-réis por mês. Esse contrato continha também um artigo em que se afirmava a total liberdade religiosa dos colonos. O Contrato dizia ainda que todo o colono receberia o direito a posse de um terreno de 50 alqueires, mas havia uma condição: o dever de prestar um dia de trabalho por mês em benefício da colônia. Outra condição era de que se não cumprissem os termos do Contrato teriam que indenizar o governo, isto é, devolver as importâncias gastas com transporte e soldo.⁷⁶

Boutin faz menção a um contrato que os colonos tinham com a administração militar para aquisição de terras na Colônia. Apesar de não especificar se o mesmo foi utilizado em todo o processo da administração militar acreditamos que fora utilizado em todas as Colônias Militares aqui citadas, inclusive na de Foz do Iguaçu, pois nesse período o Brasil estava regido sob a lei de terras de 1850 que estabelecia: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outros títulos que não sejam o de compra.”⁷⁷

No caso das Colônias Militares, nas quais as terras em que elas estavam inseridas eram devolutas, seus administradores dividiam o território correspondente em lotes, geralmente de 20 e no máximo 50 hectares, como afirma Boutin. Apesar da Lei de Terras sofrer grande alteração no período republicano⁷⁸, provavelmente a base dos contratos realizados entre administração da Colônia Militar e colonos se manteve, especialmente pela dificuldade de se encontrar pessoas para se estabelecer nessas terras.

Os produtos das lavouras particulares pertenciam exclusivamente aos colonos, que podiam vendê-los na própria colônia ou reservá-los para o consumo familiar. Se desejassem vender os seus produtos na colônia teriam que obedecer a uma tabela de preços estabelecida pelo diretor. O principal comprador desses produtos era o próprio exército, que tinha soldados e cavalos para sustentar.⁷⁹

⁷⁵ Idem. p. 34.

⁷⁶ Idem. p. 34 – 35.

⁷⁷ Lei de Terras de 18 de setembro de 1850.

⁷⁸ Ver CARVALHO, Ely Bergo de. A Modernização do Sertão: terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939 – 1954. Tese de Doutorado apresentada na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis; Santa Catarina. 2008.

⁷⁹ Idem. p. 38.

Vários eram os problemas enfrentados pelos administradores e pelas populações que ali residiam. Para os oficiais do Exército, um grande problema estava ligado aos soldados. Boutin comenta sobre esse assunto:

Alguns soldados desertaram, o que era comum no exército imperial, pois eram arregimentados à força, mesmo casados. Além disso eram recrutados nas camadas sociais menos favorecidas. Muitas vezes ignorantes e viciados, de modo que tornava muito difícil aos chefes inculcar neles os princípios da disciplina e instruções militares. A esse respeito era comum na imprensa provincial as notícias de arruaças e desrespeito à propriedade, praticados por soldados do 3º Regimento de Cavalaria de Curitiba.⁸⁰

A localização da Colônia Militar, em um lugar de sertão, longe dos centros urbanos, com dificuldade de acesso e impossibilidade de gastar o soldo militar desestimulava a permanência desses militares nessas regiões, além do fato de que o serviço militar, em fins do século XIX, não era uma obrigação cívica, mas um castigo, o que levava os soldados a abandonarem seus postos de serviços e fugirem à responsabilidade militar.

Percebemos também que o desenvolvimento promovido pela instalação das Colônias Militares, tanto da Colônia de Chapecó quanto a de Chopim foi variado, sendo que em algumas regiões dessas Colônias elas prosperaram e em outras isso não aconteceu, chegando a quase desaparecerem.

Na Colônia Militar de Chapecó houve um desenvolvimento populacional expressivo, enquanto que na Colônia de Chopim, os colonos sentiam-se desmotivados em ocupá-la, talvez devido à sua localização, que implicava em uma maior dificuldade de acesso por estar entre dois rios. Boutin também destaca que, com a criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, muitos colonos integrados a Chopim abandonaram suas terras a fim de ir à outra Colônia, por verem aí uma possibilidade maior de desenvolvimento comercial dos seus produtos.⁸¹

Já a Colônia Militar de Jatahy foi o início da colonização do norte paranaense. Sua posição trouxe estabilidade e a possibilidade para que outras cidades fossem sendo criadas após o encerramento das atividades militares na região.

Os objetivos relativos à fundação dessas Colônias Militares tiveram prioridades diferenciadas conforme o período e o contexto no qual elas foram criadas. Vimos que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu teve sua fundação ligada, a exemplo das colônias de

⁸⁰ Idem. p. 51.

⁸¹ BOUTIN, Leônidas. Colônias Militares... Op. Cit. p. 54.

Chapecó e Chopim, ao litígio de terras envolvendo Brasil e Argentina. O encerramento das atividades das mesmas teve outros contextos; os administradores da Colônia Militar de Chapecó entregaram-na com um forte núcleo populacional, já a de Chopim estava em franca decadência.

As colônias militares fundadas nesse período, final do século XIX, faziam parte de uma estratégia do governo imperial utilizando-se da instituição do Exército em ocupar e colonizar as regiões consideradas “vazias”. Já o governo provincial paranaense, como demonstraremos adiante planejava outras formas para promover a ocupação e a colonização dessas terras.

2 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Por sua posição geographica, felizes condições topographicas, amenidade do clima e fertilidade do solo, o Paraná é a província do império mais apropriada para receber em seu seio immigrants de todos os paizes, colonos laboriosos que procuram novo lar e uma pátria onde encontrem o seu bem estar e elementos para firmar o futuro de seus filhos. [...] A sua natureza é esplendida: quem não a conhece attribuirá á fantasia a mais pallida descripção de suas riquezas naturaes.⁸²

2.1 A AÇÃO DO GOVERNO PARANAENSE NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO PARANÁ

Nesta parte, abordaremos mais especificamente as ações do governo da Província do Paraná e do Ministério da Guerra no processo de ocupação da região da Colônia Militar, expondo alguns aspectos do processo de ocupação territorial.

Por parte do governo provincial, suas ações estavam voltadas a ocupar as colônias incentivando a vinda de imigrantes. Também planejaram a construção de uma ferrovia que facilitaria a ocupação do interior da província e para aí levaria o progresso. Além disso, a retirada da madeira foi uma forma de ocupar essas terras. Foi igualmente incentivada, a abertura e manutenção de várias picadas (estradas) que ligavam os centros urbanos à região da colônia.

Nossas fontes, neste capítulo, foram os relatórios dos Ministros da Guerra ao Presidente da República e os relatórios do Presidente da Província do Paraná ao poder Legislativo paranaense.⁸³ Entendemos que esses relatórios serviram para os administradores, tanto federal quanto provincial, como um meio de aquisição de informações que depois eram utilizadas nas estratégias para possíveis ações referentes às colônias.

Essas fontes não serviram como meros dados estatísticos ou informações sobre os avanços ou dificuldades enfrentadas pelos administradores das colônias, aldeamentos, comissão de estradas, entre outros representados na escrita do relatório do

⁸² LINS, Adolpho Lamemha. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1876, pelo Presidente da Província, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamemha Lins: Província do Paraná: Typ. Da Viuva Lopes, 1876. p. 77.

⁸³ Tanto os relatórios provinciais, quanto os ministeriais foram pesquisados nos sites: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/guerra> e <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/paraná>. Nossa pesquisa confiou nas transcrições e classificações realizadas pelo Site. Esta iniciativa de publicar os documentos via *on line* é de um grupo de Universidades norte americanas são elas: Universidade de Chicago Illinois. Instotute of Technology, da Universidade de Illinois, da Universidade Estadual de Iowa, Indiana University, da Universidade de Kansas, Michigan State College, da Universidade de Minnesota, Northwestern University e Purdue University. Esse grupo de Universidades criaram o Latin American Microform Project (LAMP) no Center for Research Libraries (CRL) que produziu imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das províncias.

Ministro da Guerra ou do Presidente da Província. Entendemos que essas fontes serviram como recenseamentos, como reflete Claude Reffestin, ou seja, a utilização do recenseamento pelas autoridades políticas torna-se uma análise que permite conhecer, organizar e manter um domínio sobre os grupos de pessoas. Produz um saber que é configurado em poder e que determina uma imagem da população. Tem-se, com essa medida promovida pelo Estado, uma forma de fortalecimento do controle e da capacidade do governo de administrar as ações dos grupos de indivíduos que compõe a população.

[...] O recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso (que implica também um custo), no caso a população. Nessa relação que é o recenseamento, por meio da imagem do número o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele.⁸⁴

A grande região que englobava o Oeste catarinense, Sudoeste e Oeste paranaense preocupavam as autoridades brasileiras que pretendiam sua colonização, o que significava ocupar esse espaço para não permitir a invasão das nações vizinhas. Uma das estratégias utilizadas pelo governo federal, mesmo após o fim da guerra contra o Paraguai, foi a de construir estradas, ou picadas, como eram denominadas, a fim de levar a colonização para essas regiões. Contudo, era também necessário levar o desenvolvimento a essas regiões. Com tal finalidade, o governo provincial paranaense promoveria a vinda de imigrantes, realizando primeiramente a colonização próxima aos centros urbanos para, posteriormente, ir ao interior. Assim, o imigrante levaria ao interior o elemento nacional que levaria o modelo social desejado pelos governantes e retiraria dali o “indesejado” à esse modelo: o indígena.

Antes da formação da Província do Paraná, seu território fazia parte da Província de São Paulo, e o grande problema enfrentado pelos administradores no processo de ocupação das terras estava relacionado ao indígena. Em 1847, o Presidente da Província de São Paulo, Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva reclamava da situação dos aldeamentos nas regiões de Guarapuava e de Palmas.

O aldeamento de Guarapuava tem ido em progressiva decadência. O seu pessoal conhecido no fim do anno de 1845 de 60 indivíduos de ambos os sexos, e de todas as idades, vivendo dispersos á sua descrição, e sem apparencia alguma da condição de aldeados.⁸⁵

⁸⁴ RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. p. 67. Op. Cit.

⁸⁵ LIMA E SILVA, Manoel da Fonseca. Discurso Recitado pelo excellentissimo senhor Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, Presidente da Província de São Paulo, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 07 de janeiro de 1847. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847. p. 12.

O Presidente da Província de São Paulo relatava que, no aldeamento de Campos de Palmas, ocorre algo muito parecido com o de Guarapuava, o aldeamento

[...] chegou a mais de cem indivíduos de um e outro sexo, e de todas as idades; mas é elle augmentado ás vezes por grupos de indígenas, que vem das mattas ali residir temporariamente, e em quanto dispõe dos artigos de suas indústrias, que consigo trazem, e que , findo que seja seu pequeno trafico, retirão-se porque tem por melhor arriscarem-se ás contingências da vida selvatica, do que ficarem expostas á miséria e a nudez porque passam os índios, que illusoriamente se denominam aldeados em Palmas.⁸⁶

Em 1854, no mandato do então governador, da recém formada Província do Paraná, Zacarias de Góis de Vasconcelos, houve uma reclamação do Presidente em relação à presença de comunidades indígenas em áreas populacionais, como a cidade de Guarapuava. O Presidente também reclama do fato de não se ter nessa região um agrupamento que promovesse a socialização e catequese desses índios, pois estes estavam se tornando uma ameaça ao processo de colonização do Estado.

He uma desgraça, mas a verdade obriga-me a dizer-vos que, nesta província, onde os índios selvagens aos milhares (a câmara municipal de Guarapuava avalia em mais de 10 mil os que percorrem os sertões do Paraná) habitão o território de certos municípios, onde no distrito de Ambrozios, 12 leguas ou pouco mais ou menos desta cidade, os indígenas ameação a segurança da gente civilizada, não existe hum aldeamento regular!⁸⁷

No inicio da colonização os relatórios demonstram que o governo provincial vê o indígena como um problema a formação de uma sociedade “civilizada”, por outro lado o mesmo governo procurou, conforme consta no relatório fornecido pelo Presidente da Província de contar com a ajuda de índios “civilizados” para incentivar os outros índios a viverem de forma pacífica com a população colona que ocupava as terras da região. Com essa finalidade o Presidente forneceu-lhes:

⁸⁶ Idem. p. 12 – 13.

⁸⁷ GÓIS E VASCONCELLOS, Zacarias de. Relatório do presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. p. 60.

- 1º Machados, enchadas, fources, espingardas, e alguma fazenda.
 2º Dous bois para os trabalhos de construcção de huma grande casa, em que todos morem juntos, e melhor se defendão de algum assalto do índios bárbaros, seos mortaes inimigos.
 3º Ordem para ser-lhe entregue hum filho, que se achava em casa de pessoa daquelle município.⁸⁸

No ano de 1863, consta no relatório do vice presidente da Província do Paraná, Sebastião Gonçalves da Silva, que os índios que viviam próximos à cidade de Guarapuava organizaram uma revolta contra os brancos, pelo fato de que a presença dos colonos era cada vez mais marcante em suas terras. Assim, os mesmos organizaram ataques bastante próximos a Guarapuava e em regiões avançadas de colonos, como a localidade de Chagú, onde foram vitimadas duas mulheres, três homens e seis meninos.⁸⁹

Dessa forma, é possível perceber que para a colonização efetiva da Província existia um problema no meio do caminho: os indígenas. Em 1877, o presidente Lamenha Lins comenta sobre o “problema” que os índios representam:

A experiência vae demonstrando cada vez mais que não se pode colher resultados immediatos dos esforços empregados para chamar á vida social e aos hábitos de trabalho, o selvagem brasileiro. [...] Felizmente não se tem repetido os attentados sanguinolentos que os selvagens praticaram em annos anteriores contra os pacíficos habitantes das proximidades dos sertões.⁹⁰

Sobre os índios, notamos que as autoridades provinciais já não viam nos aldeamentos uma solução para “civilizar” o indígena. Os atentados, relatados pelo Presidente Lamenha Lins, nesta citação, ocorreram mais especificamente, em 1854, próximos a Guarapuava e São José dos Pinhais, quando índios constantemente promoviam ataques aos colonos invasores de suas terras.⁹¹ Houve também o episódio ocorrido em 1863, na localidade conhecida como Cavernoso, no distrito de Guarapuava, na residência do colono Joaquim de Freitas.

No entanto, os problemas referentes aos índios continuavam sendo a sua pouca disposição em adequarem-se à forma de vida da sociedade “civilizada”: recusavam a catequese, o modo de vida do branco e não aceitavam a invasão dos colonos sobre suas terras.

⁸⁸ Idem. p. 60.

⁸⁹ SILVA, Sebastião Gonçalves da. Relatório apresentado à Assembléia legislativa da Província do Paraná, pelo 1º Vice-Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª Sessão da 6ª legislatura, em 21 de fevereiro de 1864. Curitiba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1864. p. 30.

⁹⁰ LINS, Lamenha. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da província, o excellentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. Da viúva Lopes, 1877. p. 107.

⁹¹ Ver: GÓIS E VASCONSELLOS, Zacarias. Relatório do Presidente da Província... Op. Cit. 1854.

Assim, os conflitos eram constantes, bem como o medo de uma possível revolta dos índios contra os colonos.

Dos quatro aldeamentos que existiam na Província, apenas dois ainda funcionavam, mas com certa restrição: o de São Pedro de Alcântara e o de São Jerônimo. O Presidente elogiou o funcionamento de ambos, graças à boa administração de seus diretores. Quanto aos outros dois, um foi declarado extinto, o aldeamento de São Thomaz de Papandaya, onde os trabalhadores reclamavam da ausência do diretor e este, por sua vez, reclamava da insubordinação dos trabalhadores em realizar as tarefas cotidianas. Dessa forma, para acabar com o impasse o Presidente extinguiu esse aldeamento.

Já o aldeamento de Paranapanema subsistia, nem mesmo relatório sobre as atividades o seu diretor havia entregado para se saber sobre a situação do mesmo. O fato é que os índios passaram a ter um tratamento secundário, pois o que os Presidentes denominavam de Catequese nada mais era que a tentativa de adequar os mesmos à vida “civilizada”. Estes, por sua vez, recusavam-se, pois como foi informado anteriormente, a vida era difícil nestes aldeamentos, visto que não contavam com praticamente nenhuma ajuda dos governos, tanto provincial quanto imperial. Os índios foram deixados à sua própria sorte, retornando ao seu cotidiano nas matas, tornando-se uma ameaça ao processo de colonização e ocupação dos colonos brasileiros e imigrantes.

Podemos notar que as primeiras preocupações das autoridades políticas, em relação à ocupação do espaço territorial, voltavam-se aos aldeamentos dos indígenas, sua manutenção e preservação, pois os mesmos sentiam-se ameaçados com a presença dos intrusos, visto que os colonos e colonizadores acabavam com suas formas de subsistência, como a caça, a pesca e a vida seminômade de plantio da terra. A estratégia utilizada pelas autoridades era a tentativa de aculturar⁹² esse indígena, por meio dos aldeamentos, onde tentava-se incorporar à cultura do índio a forma de vida dos centros urbanos da sociedade brasileira, ou seja, o modo capitalista de se viver.⁹³

Outro recurso utilizado pelo governo da Província do Paraná foi a instalação de colônias de povoamento, trazendo agricultores para expandir a ocupação das terras. Diferentes das colônias militares, as colônias de povoamento, geralmente instaladas próximas

⁹² O termo aculturar como retrata o Dicionário Priberam: “Fenômeno pelo qual um grupo de indivíduos de uma cultura definida entra em contato com uma cultura diferente”. Desse contato existe uma troca, decorrentes desses encontros culturais há uma tentativa de prevalecer a cultura de um grupo sobre a do outro. Ver: <http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>

⁹³ Não temos informação relacionada a como era fornecida a instrução para os índios. Sabemos, sobre a administração desses aldeamentos, que alguns ficavam a cargo de padres ligados à Igreja Católica, mas outros tinham diretores civis e até ex militares, o que demonstra a falta de uma maior pesquisa sobre a forma como essa cultura era repassada ao indígena é necessária.

a núcleos urbanos, tinham por objetivo expandir a ocupação a partir desses núcleos para o interior da província, utilizando a população que residia nas cidades. No entanto, a maioria das colônias abertas no Paraná utilizou-se de imigrantes oriundos de várias partes do mundo: italianos, alemães, ucranianos, entre outros. Outro objetivo era ampliar a produção e comercialização dos produtos cultivados na província do interior para as regiões urbanizadas.

Essas colônias tiveram sua fundação relacionada com a criação da Repartição Geral das Terras Públicas, em 1850, subordinada ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império. Suas principais atribuições eram medir, dividir, descrever, distribuir e fiscalizar as vendas de terras públicas, além de promover a colonização nacional e estrangeira.

Esse órgão era composto por um Diretor Geral das Terras Públicas, um Chefe da Repartição e um Fiscal. Contava em cada província com uma Repartição Especial das Terras Públicas, subordinada ao Presidente da Província e responsável pelas questões das terras devolutas.

A lei imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, determinou o registro das terras no território brasileiro e encarregou o vigário de cada paróquia de receber os requerimentos e registrá-los nos livros de registros. Esses livros eram abertos, numerados, rubricados e encerrados pelos párocos, e posteriormente remetidos ao Diretor Geral das Terras Públicas

Com a nova lei, a Província do Paraná deu início ao processo de colonização de suas terras devolutas. No relatório de 1854 o então presidente da Província do Paraná, conselheiro Zacarias de Góes, analisa o pedido da instalação de uma colônia e o auxílio do governo para a mesma. O pedido pontua alguns regulamentos para que as atividades de uma colônia possa ter êxito:

1º Conceder o governo terras, e fazer o sacrificio pecuniário annual de 30 contos por certo numero de annos para pagar os juros de capital, que se tomasse emprestado e se houvesse de applicar as despezas de viagem e sustento de 500-600 familias.

2º Estar a direcção á cargo de pessoas responsáveis pelo capital, sob a vigilância o governo.

3º Serem os lotes de terras divididos e vendidos conforme hum preço determinado, destinando-se o producto a construção de igrejas, escolas, etc., etc.

4º Incumbir a direcção a procura de colonos, e fornecimento de casas, sementes, animaes, viveres, roupa, bom mercado ao seus productos, &c.

5º Cultivarem as colônias de serra-acima cereais, crearem animaes, fazerem manteiga e queijo, ao passo que as de serra-abaxo devem entregar-se á cultura de generos coloneaes.

6º Fazer o governo com as despezas com padres e mestres de escola.⁹⁴

⁹⁴ GÓES E VASCONCELLOS, Zacarias de. Relatório do Presidente da Província... Op. Cit. 1854. p. 56.

O presidente Zacarias Góes de Vasconcellos encaminhou o pedido dos colonos à apreciação da Assembléia Legislativa, pelo fato de que uma decisão dessa magnitude afetaria diretamente o governo provincial paranaense, pois a quantia pedida era bastante alta levando em conta a arrecadação que o Estado tinha naquele período. Em contrapartida, deixar de realizar tal empreendimento resultaria em não promover o desenvolvimento tão esperado pelas classes políticas do Estado e, conseqüentemente, deixar de recolher por mais alguns anos, sem os investimentos governamentais, os impostos da produção na colônia de Superaguhy.

Por outro lado, o conselheiro Zacarias via com bons olhos a colônia denominada de Thereza, às margens do rio Ivaí, administrada pelo Dr. Fraivre.⁹⁵ Tratava-se de uma colônia filantrópica ocupada por franceses, sua localização não proporcionava nenhuma ligação com a Província do Paraná, no entanto com a extensão do rio navegável até o rio Paraná tinha ligação tanto com o Mato Grosso quanto com São Paulo. O conselheiro Zacarias acreditava que se a colônia prosperasse serviria de incentivo para que outros grupos também colonizassem o interior do Estado. A colônia administrada pelo Dr. Fraivre também se tornou responsável pela catequese dos índios, um meio de inseri-los nos moldes da forma de colonização desse grupo. O conselheiro destacou ainda que o clima da região era bastante agradável e de solo muito fértil, sendo ali produzida a cana de açúcar, o trigo, o arroz, a mandioca, o feijão, a banana, o fumo e o algodão. Também criava-se porcos, galinhas, assim como várias árvores frutíferas. Pela proximidade do rio, a colônia é bem abastecida de peixes.⁹⁶

A colônia de Thereza tinha 20 casas, 90 moradores e contava com uma forja bem montada, um alambique para a produção de cachaça e uma olaria para produzir tijolos. O colono era o proprietário das terras e trabalhava por conta própria. Estima-se que a produção de cachaça seria de 12000 garrafas e de 50 arrobas (750 kilos) de rapadura, e consta no relatório que a colônia recebia vários benefícios da Corte imperial⁹⁷. O Presidente Zacarias ainda reforça: “Cada colono tem sua propriedade e trabalha por sua própria conta.”⁹⁸ Em compensação, a administração da colônia Thereza tinha que promover seu melhoramento e promover mais dois novos núcleos de colonização no prazo de três anos, além de abrir duas

⁹⁵ No relatório apresentado pelo então conselheiro Zacarias não especifica em qual atividade o Dr. Faivre atuava, acreditamos que seria com alguma atividade relacionada à área da saúde.

⁹⁶ GÓES E VASCONCELLOS, Zacarias de. Relatório do Presidente da Província... Op. Cit. 1854. p. 57 – 58.

⁹⁷ Idem. p. 59. Não se especifica no relatório quais são os benefícios recebidos pela colônia, acreditamos que o governo imperial tenha financiado a vinda destes colonos desde a França ao Brasil, fornecido as terras e disponibilizado utensílios e instrumentos para o trabalho.

⁹⁸ Idem. p. 60.

estradas que ligariam a colônia às cidades de Guarapuava e Ponta Grossa, cuidar da catequese e da instrução dos índios e ser responsável pelos novos colonos que ali se instalassem.⁹⁹

Os colonos tornaram-se os indivíduos responsáveis pela ocupação da terra para o governo provincial. Vários foram os incentivos dados a eles para que ocupassem e desenvolvessem as terras, tornando-as produtivas, para que assim se desenvolvessem núcleos urbanos no interior da Província.

O Presidente da Província, em 1863, Antonio Barbosa Gomes Nogueira, em seu relatório à Assembléia Legislativa, pontua a mudança da postura do governo imperial de trazer colonos às regiões brasileiras, devido ao financiamento dos custos que o deslocamento poderia custar ao governo. Nesse momento, o governo fez a opção pela colonização espontânea, o que provocou a diminuição da vinda de imigrantes à região.

Porém, segundo o Presidente, a vinda de imigrantes seria fundamental para desbravar algumas regiões da Província, por isso havia confeccionado um pequeno livro que demonstrava as vantagens de se colonizar a região de Assunguy com imigrantes da região de Leipzig, na Alemanha, que, de acordo com o Presidente, devido ao solo, ao clima e aos produtos que poderiam ser cultivados nessas terras, seria muito mais fácil a adaptação dos colonos na região.

A meu ver, o único meio para conseguir esse fim é a imprensa da Allemanha, e é nesse intuito que tenho mandado notas para aquella parte da Europa, cujos artigos vão ser, ou provavelmente já se acham publicados nesse momento n'um periódico, em forma de brochura, conhecido pelo nome: - Documentos brasileiros sobre a colonização do Brasil [...].¹⁰⁰

Em 1864, o Vice Presidente da Província do Paraná, Sebastião Gonçalves da Silva, ressalta a importância da Lei de Terras que começava a se fazer sentir em lugares longínquos, nos quais o indivíduo que antes era considerado um posseiro tornava-se um colono, proprietário das terras. Nesse caso, por meio de seu relatório, o Vice Presidente destaca a possibilidade dessas ações de colonizar as fronteiras da Província, ainda muito distantes da administração central.¹⁰¹

Entretanto, a imigração continua sendo um grande problema. No relatório do vice- presidente é salientado que:

⁹⁹ Idem p. 58.

¹⁰⁰ NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná pelo Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 1863. Corityba: Typ. De Cândido Martins Lopes, 1863. p. 93.

¹⁰¹ SILVA, Sebastião Gonçalves da. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná... Op. Cit. 1864. p. 28.

A colonização, constante e palpitante necessidade do Império, não offerce na província o desenvolvimento que era para desejar.
A emigração por aqui tem sido limitadíssima; não obstante a amenidade e temperamento do clima.¹⁰²

Apesar de todos os aspectos naturais apontarem para a vinda de imigrantes para a Província do Paraná, no governo do Presidente da Província do Paraná Lamenha Lins, em 1876, o mandatário reclama das disposições políticas nas quais os mesmos eram trazidos e instalados. Para ele, era necessário para a vinda dos imigrantes:

Facilitar-lhe o transporte, evitando que o immigrante soffra privações e mau tratamento até o termo de sua viagem.
Dividir bons lotes de terras nas vesinhanças dos centros populosos e faze-los communicaveis por estradas de rodagem.
Fazer o colono adherir a terra que habita, pelo direito de propriedade, facilitando-lhe a aquisição d'ella.
Evitar que o imigrante ao chegar soffra vexames que lhe abatam o animo ao seus primeiros passos em regiões desconhecidas.
Estabelecer bem o colono, com todos os favores promettidos, e depois libertal-o de qualquer tutela, deixando-o sobre si, e entregue ao desenvolvimento de sua própria iniciativa.¹⁰³

Nesse relato, o Presidente da Província lamenta que os imigrantes sejam enganados em relação às terras e suas vias de comunicação. Para o Presidente, todos os custos do traslado do imigrante, assim como a ajuda financeira para iniciar a produtividade e a produção de alimentos, deveria ser subsidiado pelo governo imperial. O colono, por sua vez, com o resultado de seu trabalho e com o provimento da Província, em dar-lhe condições para a venda de seus produtos, rapidamente, segundo o Presidente saldaria sua dívida para com o Estado. Contudo, isso não ocorria. Após a sua inserção nas terras, os mesmos ficavam à sua própria sorte, assim, tornando-se a Província um local pouco chamativo para a continuidade desses imigrantes, assim como para a vinda de outros.¹⁰⁴

Podemos perceber também que o imigrante ao chegar sofria vexames que o desanimavam para o trabalho, apesar de ser um sujeito desejado pelas autoridades políticas para fazer frente ao processo colonizador este era vítima do preconceito que os moradores locais promoviam com os mesmos, piadas referentes a sua forma de viver, comer, crer, entre outras faziam parte do repertório dos sarristas. Entretanto o que mais desanimava o imigrante, segundo o relatório do próprio Presidente da Província era o abandono dos incentivos do

¹⁰² LINS, Adolpho Lamenha. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná...Op. Cit.1877. p. 79.

¹⁰³ Idem. p. 79.

¹⁰⁴ Idem. p. 78 - 79.

governo que este ficava sujeito após chegar às terras paranaenses, ou seja, entregues a própria sorte e sem maneiras de voltar.

Quanto à colonização para atrair colonos ou imigrantes para a Província do Paraná, o Ministério da Agricultura fornecia alguns incentivos, tais como: o local escolhido localizava-se próximo a alguma cidade, onde os mesmos poderiam vender sua produção; as terras eram demarcadas por meio de lotes e construída uma residência para a família; para cada colono acima de dez anos, era fornecido um auxílio de 20\$000; a família recebia mais 20\$000 para a compra de utensílios de trabalho e sementes. Além disso, depois de instalado, o governo contratava o homem para trabalhar na construção de estradas, recebendo as ferramentas para desenvolver sua atividade. Com isso o governo passava a não precisar mais dar o auxílio a essa família, podendo ela viver com seu próprio trabalho, sendo que o mesmo homem também desenvolvia atividades nas obras públicas da comunidade onde morava.¹⁰⁵

Nessa localidade, também se levantava uma escola e se construída uma capela. O colono tinha um prazo para poder pagar pelos auxílios que o governo dispensou à sua família, sendo que a partir dessa ajuda ficaria ele responsável por produzir e comercializar seus produtos para pagar pelos seus empréstimos junto ao governo, somando um valor de aproximadamente 500\$000, incluindo o valor das terras, da casa e dos instrumentos de trabalho fornecidos pelo governo, como argumenta o Presidente da Província Lamenha Lins:

Por este modo poderemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada, já affeita ao nosso clima, identificada com nossos costumes e preparada para, derramando-se pelo interior dessa vasta província, explorar e aproveitar os inesgotáveis thesouros que ela encerra.¹⁰⁶

A intenção do Presidente ainda era atrair colonos ou imigrantes para essas terras, a fim de que com os mesmos se pudesse colonizar e ocupar não somente as terras próximas aos núcleos urbanos como também as do interior da província. Essa profecia de Lamenha Lins apenas se concretizaria nas décadas de 1940 e 1950, com o processo de venda das terras realizado pelas colonizadoras contratadas pelo governo,¹⁰⁷ mas podemos verificar os anseios da classe política paranaense daquele período em ver no imigrante uma possibilidade de ocupação.

O Presidente Lamenha Lins ainda comentava que, para a vinda desses colonos imigrantes, seria necessário instruí-los, “treiná-los” a adentrarem as matas virgens e

¹⁰⁵ Idem. p. 80.

¹⁰⁶ Idem. p. 80.

¹⁰⁷ Conf: GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**. Op. Cit.

delas tirarem seu sustento, pois na Europa os mesmos tinham outros modos de cultura e de trabalho. Segundo o Presidente, dessa forma se poderia aproveitar os “tesouros” que a terra pode oferecer ao mesmo tempo em que se aproveitariam as técnicas de plantio que esses colonos utilizavam na Europa, beneficiando também a população da própria Província, que aprenderia essas novas técnicas e em conjunto poderiam melhorar a produção dos produtos agrícolas e industriais. Esse modelo foi iniciado nos arredores da cidade de Curitiba pelo próprio Lamenha Lins.¹⁰⁸

A busca do governo imperial e provincial em trazer imigrantes, pessoas oriundas de outros países para, posteriormente, incentivá-los a se tornar colonos, ou proprietários de pequenas propriedades nas terras devolutas como forma de ocupar as regiões que ainda eram consideradas sertões teve alguns entraves para seu sucesso. Fatores externos, como a guerra do Paraguai e a crise econômica decorrente da guerra, bem como fatores internos: o baixo desenvolvimento da Província, o que por sua vez dificultava o crescimento dos centros urbanos, devido à pouca movimentação comercial. Assim, os colonos ficavam à mercê da própria sorte ou totalmente dependentes da ajuda financeira da Província que, nesse aspecto, pouco ou quase nada podia fazer.

Para alavancar o desenvolvimento da região, o governo provincial pedia para ao governo imperial a construção de uma ferrovia desde o interior até a capital. A ferrovia seria de extrema importância, pois onde seus trilhos passassem, uma comunidade poderia se instalar para assim ter seus produtos escoados para centros urbanos. Em tese era essa a visão que os governantes da Província do Paraná tinham sobre a construção de uma linha férrea na Província.

Assim, em pleno desenrolar da Guerra do Paraguai, um grupo de exploradores liderados pelos engenheiros José Keller e Francisco Keller¹⁰⁹ lideraram uma expedição com o intuito de identificar a formação geológica da região, assim como de analisar o clima do vale do Ivaí. Outro objetivo era de medir a bacia hidrográfica do Ivaí, verificar meios de obstruir os obstáculos para a navegação e orçar uma possível canalização do rio, para dessa forma verificar a possibilidade de fundar estações para a navegação, aldeamentos e estabelecimentos agrícolas na região.¹¹⁰

¹⁰⁸ LINS, Adolpho Lamenna. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná...Op. Cit.1877. p. 80 – 81.

¹⁰⁹ O relatório que descreve a viagem do grupo de exploração encontra-se publicado no Anexo A, Ver: FLEURY, André Augusto de Pádua. Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura, a 15 de fevereiro de 1866, pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury. Curitiba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1866.

¹¹⁰ Idem. p. 01.

Após receber as instruções do Presidente da Província, os integrantes do grupo partiram para sua viagem de exploração da região do vale do Ivaí. Ao saírem da capital, Curitiba chegaram a Colônia de Thereza e a tripulação contava com 20 remeiros, 1 cozinheiro, 1 membro da cavalaria de Curitiba, que também ajudava nos remos, o Major Sarmento, diretor da Colônia de Thereza, e os dois irmãos engenheiros. Utilizavam 4 canoas para levar mantimentos, que pesavam 5 toneladas e deveriam durar por 4 meses, 1 canoa de ferramentas e de barracas para acampamento, 2 canoas pequenas destinadas para o trabalho de medição e 1 canoa destinada à caça para o suprimento de carne.¹¹¹

A viagem foi dura e cheia de obstáculos. O rio estava bastante seco, devido a um grande período sem chuvas. Nas corredeiras, as canoas tinham que ser totalmente descarregadas, deslocadas a pé, juntamente com os produtos que traziam, depois disso a viagem seguia pelo rio. O grupo enfrentou cerca de 70 obstáculos e em 07 de maio chegaram às margens do rio Corumbataí, onde na margem esquerda de ambos os rios se encontravam as ruínas da antiga vila jesuítica Vila Rica do Espírito Santo, colônia espanhola abandonada há cerca de 200 anos. A respeito da antiga vila, os aventureiros avistaram limoeiros, bananeiras, cidreiras e resquícios das antigas culturas da vila.¹¹²

Após 91,6 léguas (550 km) rio abaixo, o grupo, em 04 de junho, alcança o rio Paraná. Nesse mesmo dia, a tripulação passou por grande susto, pois vários índios os observavam durante vários quilômetros rio abaixo, deixando o grupo em alerta por conta de um possível ataque. Entretanto, com a aproximação de um dos indígenas, que certificou que a missão dos navegantes era pacífica, os demais índios acercaram-se e revelaram que, na verdade, estavam verificando a chegada do grupo a pedido do Frei Thimoteo Castelnuevo, diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara, pedindo por notícia do grupo que já era para ter chegado há pelo menos 4 dias, mas que tardaram sua viagem por conta dos obstáculos encontrados.¹¹³

A finalidade do grupo era a de verificar caminhos alternativos que pudessem possibilitar ao governo imperial e provincial um controle maior da região, assim como verificar a possibilidade de ocupação dessas terras com intuito de evitar uma possível invasão de paraguaios sobre as mesmas. Com isso puderam fornecer valiosas e interessantes revelações para o Presidente da Província.

¹¹¹ Idem. p. 03.

¹¹² Idem. p. 04.

¹¹³ Idem. p. 06.

No ano de 1876, o Presidente da Província Lamemha Lins relatava sobre a possível construção da Ferrovia que ligaria o interior da Província à capital. A origem da linha férrea deveria ser a Província do Mato Grosso, passando pelo Paraná, mas isso foi um motivo de discussão e impasse, conforme relata o Presidente da Província sobre os estudos preliminares que indicavam por onde a linha do trem deveria passar:

Feito os estudos preliminares, surgiu então, como era natural, grande divergência nas opiniões sobre o melhor traçado encarado sob os pontos de vista estratégico, político e comercial, sustentando uns a preeminência da linha pela Província do Paraná e outros dando primazia à do Vale do Rio Grande pelas províncias de Minas e S. Paulo.¹¹⁴

Como percebemos a disputa não se limitava às regiões da Província do Paraná, onde as elites locais poderiam exigir que a ferrovia passasse pelas suas cidades, pois com a mesma aumentaria progressivamente o comércio, tanto de produtos oriundos de outras regiões como o envio dos produtos locais. A ferrovia era tida como sinônimo de progresso para a região, pois com ela também viriam mais pessoas e investimentos, por isso o conflito promovido pelos políticos de outras províncias em reclamar uma linha férrea sobre suas terras. Dessa forma, o governo imperial, por meio do decreto nº. 4851 de 21 de dezembro de 1871 concedeu ao então Barão de Mauá a concessão de estudo para a instalação da ferrovia entre Miranda, no Mato Grosso, a Curitiba, no Paraná, e de linhas de navegação entre os rios Ivaí, Paraná, Ivinheima, Brilhante e Mondego.

O estudo preliminar realizado pelo engenheiro Palm foi sucedido pelo engenheiro Lloyd, trabalho que foi finalizado em julho do ano anterior ao relatório, em 1875, com as respectivas plantas, seu orçamento e o relatório do engenheiro sobre a construção da ferrovia. A linha férrea estava dividida em três seções pela via terrestre, aproximadamente 852 km, e de uma seção por meio dos rios que atingiria 733 km. Seu custo seria de 99:191;721\$481 Contos de Réis. A primeira seção terrestre da linha férrea seria entre as cidades de Curitiba e a Colônia de Thereza, desta colônia, a linha sairia em direção ao Pary dos Coroados. Nessas duas primeiras etapas, o Presidente Lamemha Lins relata a dificuldade da construção da ferrovia, por conta dos obstáculos topográficos que a região oferecia, exigindo um grande dispêndio de estudos para a realização da mesma.¹¹⁵

As dificuldades maiores estavam em determinar uma forma de transpor os rios. No rio Ivaí, a dificuldade estava no fato de que, no período de chuvas, a área que a

¹¹⁴ ‘LINS, Adolpho Lamemha. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná...Op. Cit.1876. p. 72.

¹¹⁵ Idem. p. 73.

ferrovia deveria ocupar ficava completamente alagada, a mesma situação ocorria com os rios Ivinheima e Paraná, sendo que este último ainda tinha o agravante de ser muito extenso, tornando-se quase impossível a construção de uma ponte sobre ele.

Uma solução encontrada foi dada pelo engenheiro Tourinho, que indicou a construção de uma ponte sobre as quedas da região de Guaira, onde a distância entre as margens do rio Paraná seria bem menor que em outros pontos. A distância era de 60 a 100 metros o que tornava possível a construção de uma ponte. O fato de a ferrovia passar pela região do Vale do Piquiri também constituía uma vantagem, visto que por meio deste rio, a navegação seria mais bem aproveitada, gerando um custo menor na construção da linha férrea.¹¹⁶

A intenção de construir uma linha férrea ligando o Mato Grosso à Santa Catarina tinha como objetivo promover o desenvolvimento dessa região e atrair o elemento nacional. Por ordem do Presidente da Província do Paraná, Lamenha Lins, um grupo composto pelo engenheiro Francisco Tourinho foi enviado para conhecer e verificar a possibilidade de sua construção. Miskyw comenta sobre a construção da linha férrea:

A estrada férrea passou a ser, aos olhos do governo da Província do Paraná, a maneira mais viável e rápida para explorar, ocupar e colonizar as terras situadas na fronteira a Oeste dos campos de Guarapuava. Ciência, modernidade, progresso, futuro.¹¹⁷

A estrada não foi construída pela impossibilidade técnica, ou seja, pela dificuldade de transpor com as linhas férreas os rios Paraná ou o Piquiri, ou mesmo o rio Ivaí. Concordamos com Miskyw, pois o autor demonstra a vontade das autoridades políticas da província do Paraná em construir tais ferrovias, mas não foram atendidos pelo governo imperial. Contudo, por meio dessas pesquisas foi possível para as futuras tentativas de colonização ter um breve histórico sobre a região, nos aspectos físicos e geográficos da natureza. Apesar de não estar escrito de forma explícita, seu texto demonstra que a intenção do governo de construir as linhas férreas e a criação das picadas denota o interesse e a preocupação das autoridades para com a região e a sua colonização seria uma questão de tempo.

¹¹⁶ Idem. p. 73.

¹¹⁷ MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais, Curso de Pós-Graduação em História, 2009. p. 84 – 85.

No relatório de 1877, Lamenha Lins insiste no posicionamento do engenheiro Tourinho que contrariava o traçado realizado pelos engenheiros¹¹⁸ Palm e Lloyd, sendo que a ferrovia deveria seguir o curso do rio Piquiri e uma ponte sobre os Saltos da cidade de Guaira, “Não é o mero idealismo nem o entusiasmo pelo maravilhoso que move-me a expressar-me dessa forma. É que na realização deste projecto antevejo a solução de importantes questões de ordem econômica, política e militar”.

Na importância econômica da construção da ferrovia, Lamenha Lins via nela a forma de atrair mais pessoas para a Província, os tão esperados imigrantes com seu fôlego renovado para o trabalho e o desejo de melhorar de vida nos trópicos. Na relação política, o Presidente pensava na ligação entre o Leste do continente Sul americano por meio do Oceano Atlântico com o Oeste no Oceano Pacífico, estreitando relações com outras nações e, no âmbito militar, a ocupação de uma fronteira disputada entre as nações brasileira, paraguaia e argentina. O Presidente ainda contava que a ferrovia cortaria a Província de Leste a Oeste, levando o progresso para regiões desocupadas pelo governo paranaense e imperial.

Em 1876, o então Presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, reclamou que a única estrada transitável na Província é a que liga o litoral à capital da Província, Curitiba, sendo que as quarenta restantes estavam intransitáveis devido à má conservação ou pelo fato de serem construídas em locais impróprios geograficamente.¹¹⁹

O engenheiro da Província attribue isto a má applicação das quantias despendidas, que divididas em pequenas parcelas e entregues aos inspectores das estradas, homens sem os preciosos conhecimentos thechnicos, nada podem produzir; ao passo que devidamente empregadas nas estradas principaes poderíamos ter, ao menos estas, em estado de se prestarem á rodagem.¹²⁰

As ferrovias eram vistas nesse período como sinônimo de progresso para uma região, tanto que o governo imperial em 1881 mandou para a região uma comissão para verificar as possibilidades de se construir uma linha férrea na província¹²¹. No entanto, as ferrovias planejadas para a Província do Paraná só foram construídas no início do século XX, porém os estudos realizados foram importantes para o reconhecimento da região. Outro elemento fundamental para os governantes da Província era a construção de estradas que

¹¹⁸ LINS, Adolpho Lamenha. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná...Op. Cit. 1877. p. 77.

¹¹⁹ LINS, Adolpho Lamenha. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná... Op. Cit. 1876. p. 58.

¹²⁰ Idem. p. 58.

¹²¹ Ver: DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Franklin Americo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882. p. 42.

ligassem as regiões. Fundamentalmente, o trabalho de construção e manutenção das estradas foi dos militares, mas os presidentes provinciais também se preocuparam com o assunto das construções como forma de viabilizar a comunicação entre as regiões e de interiorizar a ocupação das terras.

Nesse período, a Província carecia de pessoas especializadas no planejamento das construções das estradas no interior, pois as mesmas despendiam grande quantidade de recursos e pouco ou quase nada traziam de retorno para o governo. Podemos, dessa forma, presumir que o avanço sobre as regiões de matas foi lento, sendo pouco atrativo para os colonos se atreverem a adentrar as florestas com o intuito de retirar a madeira como atividade lucrativa. Somente algumas décadas mais tarde tal atividade se tornaria uma das principais fontes de arrecadação da Província. Assim disse o então Presidente da Província: “Cumprir todo sacrifício para melhorar a viação pública, que é o principal elemento para o desenvolvimento de nossas fontes de riqueza”.¹²²

O Presidente da Província Ildefonso Pereira Correia, em 1888, reclamava do estado em que se encontravam as estradas, principais meios de comunicação da capital com o interior. Por isso foi nomeada uma comissão de engenheiros, sob a coordenação do senhor doutor Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, com a responsabilidade de melhorar essas vias. Uma das atribuições da comissão era a de realizar a tão esperada e sonhada ligação com o Mato Grosso.¹²³

O ramo que começava a despontar na economia paranaense nesse período era o da madeira, tendo sobre suas terras o cedro, o pinheiro, a peroba, a embuia, entre outras. O comércio da madeira incentivou os colonos a ir cada vez mais para o interior da Província, onde as obras também se utilizavam desse recurso natural para obter renda. No Paraná, ela se transformou numa das principais fontes de renda dos colonos e um dos responsáveis pela colonização do interior.

A madeira que mais despertava a cobiça dos madeireiros era a araucária, pois esta, mesmo depois de cortada, resistia à influência do tempo, ficando em boas condições de uso por muito tempo. Sendo uma madeira forte para a construção, produzia-se fécula com o seu fruto, o pinhão, com as cinzas da cortiça fabricava-se sabão e seus nós eram usados para a combustão em fogões a lenha ou na produção de carvão. Por essas qualidades comerciais, na corte imperial organizou-se a realização da Companhia Florestal Paranaense, que tinha por

¹²² Idem. p. 59.

¹²³ Idem. p. 39 – 40.

finalidade explorar o corte de madeira nas terras da Província, principalmente a da araucária.¹²⁴

A madeira, especialmente o pinho, destacava-se como um dos principais produtos que alavancavam a economia da Província, no entanto o relatório expôs as dificuldades que os serralheiros estavam passando: a dificuldade de transporte da madeira até o porto, os altos impostos cobrados das madeireiras e a concorrência advinda de pinhos oriundos da América do Norte, com preços bem abaixo do mercado. Nesse sentido, os madeireiros pediam para que esse produto tivesse uma elevação na cobrança de impostos, para não fazer uma concorrência desleal sobre o produto nacional.¹²⁵

Mas, na década de 1880, a madeira paranaense sofreria com a concorrência dos importados, especialmente dos Estados Unidos e Canadá. O Presidente da Província, Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, em 1888, relatou a valorização da moeda brasileira em comparação às estrangeiras e reclamou sobre o rebaixamento dos salários dos trabalhadores. Esses não entendiam a valorização da moeda em relação às outras e seu poder de compra, pois continuavam no Brasil e não compravam mercadorias importadas para seu cotidiano. Dessa forma, as mercadorias das quais faziam uso não apresentavam queda de preço devido à valorização da moeda. Nota-se assim mercado da madeira diminuir rapidamente na Província e o Presidente pedipara que os impostos referentes ao pinho estrangeiro subissem, pois:

[...] lembrei a conveniência de representar-se á Assembléia Provincial pedindo o aumento de imposto sobre a importação do pinho estrangeiro. Apesar de não ter sido tomado em consideração o que assim indiquei, persisto na crença de que uma contribuição maior sobre os productos similares estrangeiros será a medida mais efficaz para que a industria de exploração de nossos pinhães, em grande escala, se levante da prostração e desanimo em que vai cahindo.¹²⁶

Percebe-se que a madeira, juntamente com a erva mate, iriam se tornar os produtos mais comercializados pela Província e, posteriormente, pelo Estado do Paraná. A concentração de mão de obra dos colonos e imigrantes com certeza estava ligada à retirada e à comercialização destes produtos.

¹²⁴ Ídem. P. 115.

¹²⁵ Ídem. p. 30 – 33.

¹²⁶ SOBRINHO, Joaquim d'Almeida Faria. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Tip. da Gazeta Paranaense, 1888. p. 41 – 42.

Já na região Oeste do Paraná esses produtos também seriam os principais comercializados nas obrages, mas com uma diferença notável: enquanto na região Leste o trabalho era realizado de forma remunerada, ou seja, assalariada, no Oeste, o sistema de obrages não foi um incentivo para que brasileiros ou imigrantes se instalassem na região, pois o trabalho se desenvolvia com nada ou quase nada de remuneração. O antecipo¹²⁷ seria a prática dos obrageros em manter como quase escravos os trabalhadores espantava uma tentativa de ocupação efetiva com o indivíduo nacional e com aqueles que as autoridades políticas queriam que se tornassem brasileiros: os imigrantes.

Todos os projetos realizados pelos governos da Província do Paraná e pelo governo imperial na intenção de ligar o interior com o litoral, como os estudos dos engenheiros para a construção de uma ferrovia final do século XIX, foram todos abandonados e somente retomados no decorrer do século XX. Acreditamos que as riquezas naturais próximas à capital paranaense, como a madeira e a erva mate, a presença do índio resistindo à invasão de suas terras pelos colonos e o sistema praticado no decorrer do século XIX e boa parte do século XX pelas obrages, impediu a colonização dessa região.

O Exército era a única instituição que insistia na ocupação, por ver na região um espaço estratégico do ponto de vista militar, apesar de militarmente Foz do Iguaçu não ser um local estratégico para operações militares, por ser muito próximo a delimitação fronteiriça e de fácil localização para ser atacado por inimigos, tornou-se, na verdade, um local para por em prática a forma administrativa e de ocupação dos militares na região e para o governo nacional nacionalizar a região.

2.2 A AÇÃO DO GOVERNO CENTRAL: A OCUPAÇÃO DAS TERRAS PARANAENSES

As colônias militares foram estabelecimentos criados no período imperial que tinham como objetivo ocupar espaços que, no entender do governo imperial, pertenciam ou deveriam pertencer às fronteiras do Estado brasileiro. Nos relatórios dos ministros da guerra do período imperial percebemos como foram planejadas e instaladas essas colônias. No relatório de 1865 percebemos que, segundo o Ministro da Guerra, Visconde de Caramuru, as

¹²⁷ Antecipo, conforme aponta Wachovicz era a prática utilizada pelo obragero em adiantar a remuneração do trabalhador antes de entrar nas matas e iniciar suas atividades. Após o trabalhador gastar seu adiantamento salarial ele é levado às obrages, no entanto sem dinheiro este fica a mercê do obragero e é obrigado a comprar os recursos para sua sobrevivência como comida, roupas, entre outros do obragero que também é dono do mercado que fornece esses produtos ao trabalhador cobrando-lhe um preço abusadamente alto. Ver: WACHOWICZ, Ruy Cristovam. OBRAGEROS, MENSUS E COLONOS... Op. Cit. p. 50 – 51.

colônias militares deveriam ser elementos de segurança, lugares estruturados para poder manter a ordem e a defesa quando necessários.

Quanto a colônias propriamente militares, não me parece conveniente que se estabeleção indistinctamente em alguns lugares, sem um plano previamente coordenado, de modo que, em vez de estabelecimentos fracos, tenhamos elementos de segurança, quando a ordem ou a defesa o exija.¹²⁸

No entender do Ministro dos Negócios da Guerra, Visconde de Caramúru, as colônias militares tinham a função de promover a colonização das regiões então vistas como estratégicas, assim como defendê-las caso fossem invadidas pela nação vizinha que também pretendesse as mesmas terras. Por isso a insistência do Ministro para que esses estabelecimentos fossem fortificações fundadas em distâncias estratégicas da fronteira com o intuito de melhor defendê-la.

Estabelecendo colonias em distancias razoáveis pelas nossas fronteiras, umas auxiliarão as outras, e forças reunidas poderão defender-nos, quando aquelles pontos sejam atacados. O que vos digo, porém, não é cousa que de momento se consiga.

Calculadas as distancias dos pontos importantes, coordenando um plano de colonisação militar, toda a vantagem se conseguirá em realiza-lo gradual mas constantemente.¹²⁹

Nesse sentido o Ministro pediu para que a colonização por meio das Colônias e de militares fosse estabelecida nessas regiões gradativamente e sem interrupções, pelo fato de que as já existentes estavam tendo bastante progresso.¹³⁰

Para a criação de uma Colônia Militar havia a necessidade de ser criada uma comissão responsável para avaliar as atividades que as mesmas realizavam nas fronteiras do Estado brasileiro. Esta comissão, ligada ao Ministério da Guerra, também servia para relatar os avanços e retrocessos que a colônia passava no sentido de criar ou reestruturar as colônias já existentes, assim como de indicar as que já não tinham razão de existir, pela sua localização pouco estratégica, até relatar ao Ministro da Guerra que o uso da força nessas regiões já não seria mais necessário.¹³¹

¹²⁸ CARAMURU, Visconde de. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1865. p. 19.

¹²⁹ Idem. p. 20.

¹³⁰ Idem. p. 20.

¹³¹ PELOTAS, Visconde de. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima sétima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Pelotas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880. p. 24.

Essa Comissão relatava as condições de todas as colônias militares espalhadas pela fronteira brasileira. Até o ano de 1779, apenas a Colônia Militar de Jatahy encontrava-se em território paranaense, mas no relatório da Comissão responsável pela observação estratégica da fronteira se pedia: “As que julga deverem ser creadas são sete a saber: No Paraná, as do Chagú, Campo Ere e Salto de Sete Quedas”¹³² as outras quatro colônias eram para a Província do Mato Grosso, ou seja, o problema relacionado às ocupações de terras pelos argentinos fazia com que a comissão pedisse mais colônias para a região do Oeste catarinense e Oeste e Sudoeste paranaense. As colônias fundadas foram as de Chapecó e Chopim e futuramente a de Foz do Iguaçu. Percebemos que houve uma reordenação nas regiões eleitas como estratégicas pelos militares e as primeiras colônias foram alteradas devido ao conflito internacional com a Argentina, a qual poderia invadir a região Oeste do atual Estado do Paraná. Já a Colônia requerida em Salto das Sete Quedas foi reordenada para Foz do Iguaçu pelo fato de que o Paraguai não representava mais um perigo em invadir os limites brasileiros.

As colônias eram requeridas pelos militares segundo a ordem de importância estratégica da região em questão. No Paraná todas estavam relacionadas à regiões de fronteira pois, segundo os militares, como já foi debatido anteriormente, essas regiões eram estratégicas para a defesa do território, pois se uma possível guerra ocorresse com o país vizinho, o Exército teria no mínimo um contingente para poder fazer frente a invasão. Como relata o Ministro da Guerra em 1882:

Revela cuidar do importante assumpto da fortificação e defesa das fronteiras do Império.

Tem-se tratado especialmente de estudar o melhor systema a esse respeito, quanto as fronteiras do Rio Grande do Sul e do Paraná, e já foram apresentados ao Governo os trabalhos e planos organizados por uma commissão de engenheiros militares, nomeada para esse fim.

Em todas essas extensas e abertas fronteiras, a construção, o armamento e a guarnição das fortificações necessárias para a sua completa defesa exigiriam tão avultado dispêndio e o emprego de tão numeroso pessoal, que o estado dos cofres públicos nem o quadro de nosso Exército permitem que se cogite da realização de tal idéia.

Pode-se, porém, conseguir bastante, levando-se fortificações nos principaes pontos estratégicos, os quaes se acham indicados pela referida commissão de engenheiros; fundando-se colônias militares nas localidades estratégicas mais convenientes; ligando-se por estradas de ferro e linhas telegraphicas todos estes pontos e localidades entre si com os centros de recursos, e

¹³² Idem. p. 25.

estabelecendo-se proximamente àqueles pontos depósitos de instrução das Divisões do Exército.¹³³

As colônias não eram abertas a esmo, mas embasadas sobre análises técnicas de engenheiros do Exército, seguindo sempre a intenção da defesa do território em regiões de fronteira com outros países.

Como essas regiões eram distantes dos centros urbanos, os responsáveis pelo planejamento da fundação das colônias militares, geralmente do corpo de engenharia do Exército, pensavam em como manter essas regiões em contato com os centros sociais, políticos e culturais. Uma das estratégias utilizadas pelos militares foi a de construir estradas que levassem as pessoas e informações desses centros para essas regiões de sertão.¹³⁴

Nesse sentido, no ano de 1891 foi criada a Comissão Estratégica do Paraná, órgão vinculado ao Ministério da Guerra responsável pela abertura e manutenção das estradas paranaenses. O Relatório do Ministro da Guerra nesse período relata as determinações dessa Comissão nas terras do Paraná. A Comissão Estratégica também tinha como objetivo construir pontes e caneletas de drenagem da água sobre as de estradas que ligavam os centros urbanos paranaenses como Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava aos sertões paranaenses, especialmente à foz do rio Iguazu, região onde se fundou a Colônia Militar.

No relatório do Ministro da Guerra de 1891, Antonio Nicoláo Falcão da Frota, podemos identificar a hierarquia de mando sobre a Comissão Estratégica do Paraná, fornecendo as seguintes informações:

Organizada em meados de 1888, tendo como chefe o Capitão do Corpo de Engenheiros, hoje Major Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, esta comissão da qual é actualmente chefe o Tenente-Coronel do corpo de Engenheiros Luiz Antonio de Medeiros, por ter sido concedida ao Major Mendonça Lobo exoneração desse cargo, tem perseguido efficazmente nos trabalhos de que se acha incumbida, da exploração de uma estrada mixta de communicações para o Estado do Mato Grosso; a consctrução de uma estrada da vila de União da Victória a Palmas, iniciada em 1886; outra daquella Villa á cidade de Guarapuava, no Paraná, a fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguassú, e a abertura de uma estrada que ligue a Guarapuava, a demarcação dos lotes de terras nas orlas da estrada em construção, a discriminação das terras publicas e particulares, e finalmente

¹³³ MINISTÉRIO DA GUERRA. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Franklin Americo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882. p. 41 – 42.

¹³⁴ As estradas na verdade eram denominadas de picadas, pequenas vias que atravessavam as vastas regiões de mata fechada, tornavam-se um grande desafio mantê-las abertas, ou em estado de uso, pois a pouca utilização das mesmas muito rapidamente se transformavam em vegetação novamente. Com a guerra contra o Paraguai elas foram abertas na região do rio Iguassú e posteriormente abertas para ligar essa região aos centros urbanizados. Ver: MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem... Op. Cit. p. 82.

a construção de uma linha telegráfica de Guarapuava à foz do rio Iguassú, com um ramal para a colônia militar de Chopim.¹³⁵

Essas são as primeiras ações dos militares no sentido estratégico de ocupar a região de Foz do Iguaçu. O relatório de 1891 ainda faz referência aos trabalhos preliminares à fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu em 1889, no qual o Ministro da Guerra relata que foi construída uma casa de madeira para a diretoria da colônia, três “ranchos”, dormitórios para os soldados, suas famílias e operários civis, a construção de estradas e picadas no interior da colônia e a construção de um local para a internada de animais.¹³⁶

Entretanto a Colônia Militar de Foz do Iguaçu sofria com a falta de recursos para desenvolver o projeto de um posto avançado administrativo do Brasil nessas terras, como destaca o Ministro da Guerra Francisco Antonio de Moura em 1892:

Descrevendo os trabalhos executados anteriormente á sua administração e já mencionados [...] acrescenta o referido official que, devido a falta de verba para o proseguimento dos trabalhos, pouco adiantamento tiveram estes no anno de 1891, limitando-se apenas a continuação dos que se achavam em andamento, sendo encetados alguns outros.¹³⁷

O Ministro da Guerra faz menção à reclamação do chefe da Comissão responsável pela administração da Colônia Militar, relatando que faltava o envio de verba contínua para manter o funcionamento ininterrupto das obras necessárias para a Colônia. Tal verba deveria ser de 40 a 50 contos anuais para manter a conservação das estradas de acesso à Colônia Militar e de outras obras de importância para a região; por sua vez, a Comissão Estratégica ficaria apenas com a manutenção das estradas que ligava as outras regiões à Colônia.¹³⁸

Outro problema que assolava a Colônia Militar nos primeiros anos de sua fundação foi a fixação de oficiais nessa região, o Ministro Francisco Antonio de Moura opina sobre essa dificuldade:

¹³⁵ FROTA, Antonio Nicoláo Falcão da. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general da divisão, Antonio Nicoláo Falcão da Frota, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em junho de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 31 – 32.

¹³⁶ Idem. p. 31.

¹³⁷ MOURA, Francisco Antonio de. Relatório apresentado ao Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo general Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 24.

¹³⁸ Idem. p. 24.

[...] corroborada pela relutância dos oficiais da comissão em irem servir na colônia como prova a existencia, em pouco tempo, de três vices-directores, facto este muito prejudicial á boa marcha de qualquer serviço, não só pela divergencia do modo de ver as cousas, como ainda pela inconveniência das interinidades na administração.¹³⁹

Entretanto, nesse mesmo ano, 1892, o Ministro Francisco Antonio de Moura relata que outra comissão incumbida de estudar o assunto deveria indicar as medidas necessárias para colocar as colônias de fronteira em “pé de prosperidade”.¹⁴⁰

No ano seguinte, 1893, a Comissão Estratégica do Paraná tinha como diretor o Tenente Coronel Joaquim Martins de Mello, que contava ainda com um ajudante, três auxiliares, dois médicos e uma força, composta de quatro oficiais e 193 praças.¹⁴¹ Naquele ano foi transferida a sede da Comissão Estratégica de Guarapuava para o rio Jangada, por conta do desmembramento da Comissão em 3 de dezembro de 1892 para servir na Colônia Militar de Foz do Iguaçu.¹⁴²

As doenças também se tornaram um grande problema para o andamento da Colônia Militar. A saúde dos membros da Comissão foi um fato que preocupou o General Francisco Antonio de Moura, Ministro da Guerra, que destacou o número de pessoas da Comissão afetadas por doenças, conforme relatou: “O estado sanitário foi regular, sendo o movimento da enfermaria, de Janeiro a Setembro do anno findo o seguinte: - Existiam em tratamento 6 doentes; entraram 44; sahiram curados 49 e morreram 1. Foram aviados 853 receitas”.¹⁴³ Isso demonstra que a presença de um médico foi constante nos primeiros anos da fundação da Colônia Militar.

Outro fator importante para a direção da Colônia Militar era a de introduzir uma cultura agrícola na região, pois assim poder-se-ia plantar a fim de exportar alimentos para centros urbanos desenvolvidos. O General Francisco Antonio de Moura relatou que naquele ano, 1892, havia-se colhido milho e, apesar da colheita ter sido pequena pelo mau tempo, dois alqueires já tinham sido reservados para o plantio e que mais seis alqueires destinados para outro cultivo.¹⁴⁴

¹³⁹ Idem. p. 24.

¹⁴⁰ Idem. p. 24.

¹⁴¹ MOURA, Francisco Antonio de. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao vice-presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo general Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 29.

¹⁴² Idem. p. 29.

¹⁴³ Idem. P. 29.

¹⁴⁴ Idem. P 30.

A grande preocupação dos militares da Colônia Militar foi com o desenvolvimento urbano. Em seu relatório, o General Francisco Antonio de Moura destaca que:

De junho a dezembro do anno passado foram iniciadas as construcções das casas que teem de servir para a secretaria e enfermaria, e fizeram-se roçados para a plantação de milho, feijão, canna e sementeiras de café, sendo medidos 44 lotes e matriculados 13 colonos, quasi todos com família.¹⁴⁵

Também foram construídas casas com madeira de boa qualidade para a moradia dos soldados e dos oficiais e havia ainda a preocupação com a vinda de pessoas qualificadas em determinadas profissões como carpinteiros, pedreiros, entre outros, pois estava em andamento a construção uma casa para o fabrico de farinha de mandioca, uma olaria para a fabricação de tijolos e um engenho de serra para a produção de madeiras.¹⁴⁶

No ano de 1892 a população da Colônia Militar contava com seiscentas pessoas e já estava em construção o engenho para a serragem da madeira, assim como a de um engenho para a produção da erva mate. Nesse mesmo ano, em 13 de dezembro, houve a separação do mando entre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e a Comissão Estratégica, sendo entregue a administração da Colônia ao Capitão de Engenheiros Manoel Luiz de Mello Nunes, tornando-se o Diretor da Colônia Militar.¹⁴⁷

Nos primeiros anos de fundação da Colônia Militar a situação política no Brasil não estava muito boa, e isso refletia diretamente nos responsáveis pela administração colonial. No ano de 1894 o governo enfrentaria uma insubordinação de militares na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na Marinha. Estes, por sua vez, viam sua influência na política ficar cada vez menor, o que gerou a revolta em seus quadros. Houve também nesse período a tentativa da Revolução Federalista, promovida por adeptos do Partido Republicano e pelos seguidores do Partido Federalista no Estado do Rio Grande do Sul, mas que envolveu também os Estados de Santa Catarina e Paraná no conflito. Por isso consta no Relatório Anual do então Ministro do Estado da Indústria, que estava também responsável pelo Ministério da Guerra, somente o envio de dinheiro para as despesas anuais da Colônia e para aquisição de

¹⁴⁵ Idem. p. 30.

¹⁴⁶ Idem. P. 30.

¹⁴⁷ Idem. P. 50 – 51.

alguns bens necessários para o desenvolvimento das atividades dos militares na região, como a compra de um navio.¹⁴⁸

Pelo motivo da tentativa da Revolução Federalista, que também atingiu o Paraná, as atividades da Comissão Estratégica das Estradas do Paraná foram interrompidas no ano de 1894, e em 1895 retornaram suas atividades tendo como chefe da mesma o Major do Corpo de Engenheiros Arthur Pereira de Oliveira Durão.¹⁴⁹

Em 1895 o Ministro da Guerra destacou as necessidades para a região. Além da manutenção e construção de mais estradas tensionava construir uma rede telegráfica para levar para o interior as informações dos centros mais urbanizados.¹⁵⁰ Está claro que os militares pensavam em trazer consigo as informações de tais centros urbanos, pois sabiam que por meio dessas comunicações as populações dessa região assimilariam melhor os preceitos da cultura social e política da nação brasileira.

Em 1895 foi realizado pelos militares um recenseamento no qual constava que havia na Colônia Militar: “560 habitantes, composta de brasileiros, francezes, italianos, hespanhóes, argentinos, paraguayos e indígenas”.¹⁵¹ Já em 1895 não temos mais a estatística do individuo de nacionalidade inglesa relatada por José Maria de Brito.¹⁵²

O Diretor da Colônia Militar pede, em 1895, para que mande verbas para abrir o porto na cabeceira do rio Paraná, pois assim poderão receber provimentos de Montevideú e, com certeza, mercadorias mais baratas de Buenos Aires. Também pede que: “Para uma navegação regular, é mister a subvenção de qualquer dos vapores que fazem a carreira entre Posadas e Tacurupucú, ou a aquisição de uma lancha para fiscalizar o rio”.¹⁵³

¹⁴⁸ COSTALLAL, Sergio Macedo da Fontoura. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Vice Presidente pelo General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallal Ministro do Estado da Indústria, Viação e obras Públicas e encarregado do expediente do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. p. 38.

¹⁴⁹ VASQUES, Bernardo. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Bernardo Vasques. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1895. p. 35.

¹⁵⁰ Idem. p. 36.

¹⁵¹ Idem. p. 51.

¹⁵² Nos intriga a presença destes estrangeiros na referida Colônia Militar, nada justifica a presença dos mesmos nesta região, uma hipótese levantada pelos pesquisadores é de que os mesmos estariam a serviço de alguma empresa que comercializava madeira com o exterior e estes fariam o trabalho de controle de qualidade da madeira exportada. Como relata um dos militares responsáveis pela fundação da Colônia Militar de Foz do Iguacu José Maria de Brito: “Por ocasião da descoberta da Foz do Iguassú o território já era habitado. Existiam no mesmo 324 almas, (ano de fundação da Colônia 1889) assim descriptas: brasileiros, 9; franceses, 5; hespanhóes, 2; argentinos, 95; paraguayos, 212; inglês, 1”. Ver: BRITO, José Maria de. Descoberta de foz do Iguassú e fundação da colônia militar. In. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR -, vl. 32, Curitiba, 1977. (Grifo nosso)

¹⁵³ VASQUES, Bernardo. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República... Op. Cit. p. 54.

Podemos verificar que a preocupação dos militares nesse período já se reporta a fiscalização do rio e do transporte de mercadorias.

No ano de 1895 notamos que os militares elencavam a importância e necessidade de se entregar títulos de propriedade aos colonos para que os mesmos se fixassem nas terras,¹⁵⁴ a grande distancia dos centros urbanizados, assim como a incerteza de que as terras seriam ou não repassadas aos colonos, provocavam medo nos mesmos, por isso a migração era uma constante na região da Colônia Militar.

A instrução escolar também foi uma preocupação dos militares, na Colônia Militar havia uma escola com vinte alunos matriculados, mas que teve suas atividades paralisadas em junho e agosto devido à invasão dos revoltosos da Revolução Federalista que teve início no Rio Grande do Sul, visto que depois de expulsos desse estado eles se refugiaram no Oeste paranaense¹⁵⁵. Entretanto, em praticamente todos os relatórios analisados podemos constatar, mesmo com dificuldades de ordem física ou da falta de professor, a escola de instrução primária fazia parte da organização da Colônia como parte integrante da administração.

Os militares e os oficiais administradores da Colônia Militar de Foz do Iguaçu lutavam para que na região fosse introduzida uma produção agrícola diversificada que promovesse a colonização por meio de pequenos colonos para a região. No entanto, mesmo com terras e clima extremamente favoráveis à cultura agrícola e contando com várias espécies de madeira de lei para a construção e comercialização das mesmas: “A única indústria existente na colônia é a preparação de herva-matte que, mesmo sem o aperfeiçoamento necessário é muito bem vendida na República Argentina”,¹⁵⁶ o relator pedia a atenção para o posicionamento estratégico da Colônia, mesmo não dando referência a que exatamente ela é estratégica, mas a partir de 1895 os militares voltaram-se especificamente ao comércio realizado pelos comerciantes argentinos de erva mate e madeira; a exploração desses itens, aos olhos dos militares, era a possibilidade de desenvolvimento da região.

A única via de acesso pelo Paraná à Colônia Militar de Foz do Iguaçu e a cidade de Guarapuava era a picada (estrada) de quatrocentos quilômetros por meio da mata:

¹⁵⁴ Idem. p. 55.

¹⁵⁵ Idem. p. 55.

¹⁵⁶ Idem. p. 55.

A falta de meios para a construção de estradas tem sido o maior obstáculo ao progresso dessa Colônia, que necessita de meios de comunicação, não só para o desenvolvimento de sua indústria agrícola e comercial, como também pela importância militar em que ella se acha, portanto, situada na fronteira, pôde ser facilmente transformada em praça de guerra, em caso de necessidade para a defesa do paiz.¹⁵⁷

No entanto o acesso, assim como a manutenção dessas picadas, era muito dispendioso pela sua distancia entre a cidade mais próxima e a proporção de sua extensão, por isso o diretor da Colônia, por meio do Marechal Bernardo, pedia para que se viabilizasse um transporte marítimo que se utilizasse do rio Paraná até a cidade de Guaíra e posteriormente construísse uma estrada dessa cidade até a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Por intermedio de uma empresa que se organisasse poder-se-hia então estabelecer a navegação do alto parana, fazendo-se também communicar o prolongamento da estrada de ferro de Sorocabana com a parte navegável do rio Paranapanema, affluente da margem esquerda do rio Paraná e abrindo-se comunicação para o Estado de Matto Grosso pelos rios Ivinhaima e Brillhante.¹⁵⁸

O percurso entre Guaira e Foz do Iguaçu, por meio do rio Paraná, seria utilizado pelos militares, especialmente após a construção da ferrovia que desviava a região dos Saltos na cidade de Guaíra (Sete Quedas). Nessa parte do rio Paraná havia muitas corredeiras que não permitiam a navegação. A concessão, por meio de decreto nº 8.799 de nove de dezembro de 1882, à Companhia Mate Laranjeira para explorar os recursos naturais dessa área, erva mate e madeira, faria com que os diretores dessa empresa construíssem uma ferrovia para poder escoar a comercialização desses produtos oriundos de parte do Mato Grosso e do Paraguai.

Wachovicz é que nos fornece os primeiros dados referente à construção dessa ferrovia:

[...] Em 1913, a Mate Laranjeira apoderou-se da concessão feita pelo Estado do Paraná à firma Isnardi, Alves & Cia., da abertura de um ramal ligando o Alto com o Baixo Paraná. A concessão inicial de 10/04/1907 previa uma ligação que, partindo de Terezina ou Guarapuava, fosse terminar no rio Paraná. Era denominada Estrada para o Mato Grosso.¹⁵⁹

¹⁵⁷ VASQUES, Bernardo. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Marechal Bernardo Vasques Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 34. Idem. p. 55.

¹⁵⁸ Idem. p. 56.

¹⁵⁹ WACHOVICZ, Rui Cristovam. OBRAGEROS, MENSUS E COLONOS... Op. Cit. p. 74 – 75.

A idéia do Diretor da Colônia Militar era ligar as regiões de São Paulo à região de Guaíra. O governo também inauguraria outra Colônia Militar na região de Guaira, protegendo assim o Alto e o Baixo Paraná e realizando a ligação com o centro urbano de Guarapuava por meio do rio Piquiri, navegável por grande extensão, bem como realizaria a ligação com o Estado do Mato Grosso.¹⁶⁰

Mesmo lutando com as adversidades de distância e da falta de recursos, a Colônia Militar recebia algumas benfeitorias, como um engenho de serrar madeira, uma olaria para a produção de tijolos e, no ano de 1897: “Iniciou-se a abertura da picada que tem de comunicar esta colônia com a do Chopim, demorando-se os respectivos trabalhos por falta de pessoal”.¹⁶¹ Nesse ano a Colônia Militar contava com quinhentos habitantes, segundo o Ministro da Guerra. Mesmo assim, em seu relatório o Ministro reclamava da falta de pessoal para realizar as tarefas necessárias à Colonia Militar.

O diretor da Colônia deveria pagar pela mão de obra dos trabalhadores que porventura fossem requisitados pelos militares, o único recurso que o diretor contava era com o que mandava o governo federal, assim se a administração não tivesse recursos para realizar o pagamento desses trabalhadores a obra tão necessitada aos olhos dos militares esbarrava na falta de dinheiro.

Os militares, por meio do Ministro da Guerra, reclamavam que as principais vias de comunicação das cidades à região da foz do rio Iguaçu foram construídas pelos militares da Comissão Estratégica de Estradas do Paraná e desenvolviam um papel importante para o desenvolvimento do Estado do Paraná, que não se dava ao trabalho de realizar a manutenção dessas estradas:

A construção dessas estradas, interessando muito ao progresso do Paraná, justo seria que este Estado concorresse com parte das despesas, ao menos para atender as obras de arte que se tem feito. Assim, porém, não se tem acontecido. Não só esse Estado não tem contribuído com cousa alguma, como entregue a sua administração um trecho da estrada, na extensão de mais de 36 kilometros, [...] nem sequer providenciou sobre a necessária conservação [...].¹⁶²

¹⁶⁰ VASQUES, Bernardo. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente... Op. Cit. p. 56.

¹⁶¹ ARGOLLO, Francisco de Paula. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Francisco de Paula Argollo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. p. 51.

¹⁶² CANTUARIA, João Thomas. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Divisão João Thomas Cantuaria Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 30.

No ano de 1897, conforme o relatório do Ministro da Guerra, João Thomas Cantuária, mudou-se o Comando na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, tornando-se diretor o Coronel Graduado de Estado Maior de 1ª classe Joaquim de Salles Torres Homem, e o Ministro Cantuária reforçou a idéia de se utilizar a madeira como instrumento de desenvolvimento da região, relatando as mais variadas espécies de árvores que poderiam ser utilizadas para o comércio, assim como sobre pontos estratégicos do ponto de vista comercial, industrial, agrícola e militar de região. No entanto, ele reclamava veementemente sobre a falta de recursos que assolava a Colônia, a ponto de afirmar que a mesma estava definhando.¹⁶³

A atividade comercial que prosperava na região era a retirada dos recursos naturais, a erva mate e a madeira, que contava com uma estrutura bem organizada, como relatou o Ministro da Guerra João Thomas Cantuária em 1897, “encontram-se caminhos em todas as direcções, abertos pelos cortadores de madeira, hervanarios e moradores visinhos em suas explorações”.¹⁶⁴

O trabalho e o comércio dos recursos naturais da região movimentavam os trabalhadores na construção dos caminhos necessários para o escoamento e retirada dessas matérias primas, coisa que nem os militares conseguiam por meio de sua Comissão Estratégica, que era responsável somente para construir e realizar a manutenção das estradas e da própria Colônia Militar. Seu efetivo constantemente reclamava da falta de recurso e de verbas para manter sua comunicação com outras regiões de forma contínua.

Um grave problema que o Diretor da Colônia Militar enfrentava era deserção dos soldados rasos que:

Devido á facilidade para a fuga com destino próximo a territorio estrangeiro, á falta de inferiores idôneos, ao atrazo no pagamento de vencimentos e outras causas, teem desertado alguns soldados do pequeno contingente alli destacado e que não é sufficiente para o serviço respectivo, convindo com isso providenciar de modo a fazer desaparecer essas causas.¹⁶⁵

Os soldados, por sua vez, não possuindo recursos suficientes para manter-se a si e suas famílias, desertavam para países vizinhos, Paraguai e Argentina, em busca de um trabalho que pagasse um salário melhor.

No ano de 1899 o Ministério da Guerra deu por encerradas as atividades da Comissão de Estradas Estratégicas do Estado do Paraná, sob a chefia de um dos fundadores e

¹⁶³ Idem. p. 50. Veremos mais adiante que o Diretor da Colônia Militar Torres Homem se utilizara dessa economia da madeira para alavancar os recursos que carecia a Colônia.

¹⁶⁴ Idem. p. 51.

¹⁶⁵ Idem. p. 51.

responsáveis pela abertura da primeira picada de Guarapuava rumo à foz do rio Iguaçu, o Capitão do Estado Maior José Joaquim Firmino.¹⁶⁶

Entretanto, as considerações acerca daquilo que a região necessitaria para progredir muda de teor nos relatórios ministeriais a partir de 1898, o Ministro da Guerra J. N. De Medeiros Mallet pontuava a necessidade da construção de uma estrada de ferro que passaria pelos municípios de Guarapuava indo à Palmas, Porto União e Chagú, desse ponto indo em direção das Colônias Militares de Chopim e Foz do Iguaçu, posteriormente até a cidade de Guaíra tendo como destino final o Estado do Mato Grosso.

Parece-me de incontestável interesse o estudo e construção da estrada de ferro estratégica partindo de Nonohay, passando pela Colônia Chapecó, Colectoría, Boa Vista, colonia Chopim, Chagú, seguindo pelo Estado do Paraná, para atravessar o rio de mesmo nome, acima dos saltos das Sete Quedas; dahi, entrando no Estado de Matto Grosso, ligar-se-ia a Nioac e Miranda para depois attingir as margens do rio Aquidauana, cujas condições navegáveis permitem chegar ao rio Paraguay.¹⁶⁷

A estrada de ferro torna-se nesse período uma referência estratégica por vários motivos relacionados à logística militar e de forma a desenvolver a região social e economicamente. Assim o meio de transporte preferido não era mais o terrestre, tampouco o marítimo: o símbolo da modernidade do início dos governos republicanos também atingiu o discurso dos militares, que passaram a incluir em seus pedidos a ferrovia, por ser mais rápida e com maior capacidade de transportar mercadorias.

Os militares também acreditavam que as riquezas naturais da região seriam o incentivo necessário para que colonos viessem para essas terras:

A benignidade do clima, a salubridade invejável da região e outras condições felizes e pouco comuns, auguram, por outro lado, a affluencia de uma corrente immigratoria espontânea e immediata. Todas as culturas podem ser alli vantajosamente acolhidas: - o café, a canna de assucar, o fumo, os cereaes, enfim, vicejam e fructificam com igual abundancia. Também desafiando a cobiça e a actividade do forasteiro lá estão as mais afamadas e preferidas madeiras de construção, as ricas jazidas de diversos minereos, etc.¹⁶⁸

¹⁶⁶ MALLET, J. N. De Medeiros. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao vice-presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Divisão J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p. 43.

¹⁶⁷ Idem. p. 46.

¹⁶⁸ MALLET, J. N. De Medeiros. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 173.

Os militares viam que o clima favorável as várias produções agrícolas seria um incentivo para a instalação de imigrantes e de colonos nas colônias promovendo dessa forma a ocupação e colonização dessas terras acelerando o desenvolvimento do comércio por meio de produtos comercializáveis para outras regiões.

Acreditavam também que construindo uma linha telegráfica, esta seria estratégica na comunicação entre as regiões e proveria os militares com dados estatísticos importantes para planejar estratégias para a região e para a população.¹⁶⁹

No início do século XX, no ano de 1901, o diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu era o Major Frederico Luiz Rozsanyl. Segundo o relatório apresentado pelo Ministro da Guerra J. N. De Medeiros Mallet ao Presidente da República brasileira no ano de 1901:

Occupam effectivamente os lotes que lhes foram distribuidos apenas 18 colonos. Outros, contemplados na mesma occasião já abandonaram há mais de dous annos as terras de que estavam de posse, e por isso foram-lhes cassados os respectivos títulos provisórios, em numero de cinco. Em começo do anno findo tentou-se installar uma escola primaria, mas essa tentativa não teve êxito por falta de alumnos.¹⁷⁰

Esse não parece ter sido um problema só da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Na Colônia Militar de Chopim havia a mesma reclamação, inclusive no relatório do Ministro Mallet ele reclama de que os colonos abandonam as terras e levam consigo as ferramentas e outros beneficios doados pelos militares por meio da administração da Colônia.¹⁷¹

Em pleno ano de 1901 as comunicações com as regiões brasileiras continuavam sendo difíceis e as mercadorias brasileiras não chegavam pela falta de acesso, tanto por meio terrestre, quanto fluvial.

Todos os gêneros de primeira necessidade são importados da cidade de Posadas, na República Argentina, e da villa de Encarnacion, na República do Paraguay, distante 90 léguas da sede colonial, não se fazendo tal importação do centro do Estado por falta de uma estrada que facilite as communicações.¹⁷²

¹⁶⁹ Idem. p. 174.

¹⁷⁰ MALLET, J. N. De Medeiros. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Marechal J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 50.

¹⁷¹ Idem. p. 48.

¹⁷² Idem. p. 51.

As exportações realizadas pela Colônia, conforme o relatório eram a de erva mate, de madeira e de fumo, sendo este último em pouca quantidade.

O maior problema da Colônia Militar de Foz do Iguaçu continuava sendo a falta de contingente militar e a manutenção da estrada que ligava a mesma à Guarapuava, manutenção que deveria ser contínua. Contudo havia a falta de soldados para realizar o trabalho, mas a manutenção sempre que possível era realizada. Mesmo com a falta desses recursos algumas obras eram realizadas, como a de um curral para animais com área de mais de 700 m², um galpão coberto de zinco, um forno para a queima de tijolos e um pontilhão junto à estrada para Guarapuava.¹⁷³

Nesse ano de 1901 iniciou-se a medição e construção da rede telegráfica que ligaria Guarapuava à Foz do Iguaçu. Conforme o relatório ministerial já estava concluído, no ano de 1901, mais de 80 km de rede.¹⁷⁴ Para os militares a rede telegráfica seria um instrumento importante para a comunicação entre os centros urbanos e as zonas fronteiriças carentes de informação do Estado, da política e da cultura proveniente do lado brasileiro, situação que contribuía para que a maioria da influência cultural exercida sobre os moradores da Colônia Militar de Foz do Iguaçu fosse proveniente do lado argentino e, mais acentuadamente, do lado paraguaio, inclusive a língua falada na região da colônia.

Iniciou-se também nesse ano a inspeção sobre o estudo e a futura comissão responsável pela construção da linha férrea que passaria pelos estados de Mato Grosso e pelo Paraná. A mesma foi chefiada pelo Tenente José Victoriano Aranha da Silva que, desembarcando em 12 de maio de 1901 em Ponta Grossa e dia 29 na cidade de Guarapuava, iniciou suas atividades de inspeção no dia 26 de agosto percorrendo 102 quilômetros, adentrando nos sertões do Estado do Paraná acompanhado de vários oficiais e praças.

A região em que a linha férrea atravessará o rio Paraná para passar ao Estado de Matto Grosso, é promissora de grandes prosperidades e do mais futuroso centro de população e de actividade, o que compensara em breve tempo o sacrificio que se fizer no emprego de capitães para essa importante via de comunicação, além dos resultados procedentes da povoação e cultura de outras zonas atravessadas pelas estradas de ferro.¹⁷⁵

O engenheiro responsável pelo estudo para a construção da ferrovia era Willan Lloyd, comentado anteriormente nos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná.

¹⁷³ Idem. p. 51 – 69.

¹⁷⁴ Idem. p. 59.

¹⁷⁵ Idem. p. 62.

Deu-se início à construção da linha férrea, como vimos nas páginas anteriores, mas percebemos que para transportar, manter uma equipe de trabalho longe e por largos espaços de tempo seria muito oneroso à empresa construtora e, conseqüentemente, para o Estado brasileiro. Acreditamos que por isso as obras foram abandonadas.

No ano de 1903 foi realizado um recenseamento pelos militares sobre a população da Colônia, sendo verificada a quantia de 1127 pessoas, destas 233 são colonos, um aumento considerável da população. Nesse ano, porém, parece que a escola primária reiniciou suas atividades, mas não foi citada a quantia de crianças matriculadas.¹⁷⁶ Notamos que a instrução, especialmente de crianças, era muito importante para os militares, pois mesmo não tendo alunos os militares constantemente insistem na abertura e na continuidade da mesma.

Os produtos agrícolas produzidos e de animais criados na Colônia Militar segundo o relatório do Ministro da Guerra em 1903, Francisco de Paula Argollo foi:

Accusa a estatística o seguinte no anno findo: herva matte – 480.000 kilogrammas; madeiras em vigas ou toras – 7.286; milho 129.169 mãos; feijão – 51.130 kilogrammas – 5.000 mandioca – 10 alqueires; fumo – 500 kilogrammas.

Consta a criação existente de 285 bovinos, 127 cavallos, 857 muares, 320 suinos, 30 caprinos e 4.000 aves domesticas.¹⁷⁷

No entanto, o que nos parece que rendia bastante aos cofres da administração da Colônia Militar era “o arrendamento das sete zonas de heraves em que se acha dividida a colônia”.¹⁷⁸ Podemos notar o crescimento da população na região da colônia Militar no período de corte da erva mate: os militares arrendavam as terras da Colônia Militar que continham esse produto para os obrageros da região, estes por sua vez mandavam seus trabalhadores, os mensús, retirarem a erva mate e as madeiras contidas nessas terras, aumentando bastante a população nesse período.

Em seu relatório, o Marechal Argollo relatou o encerramento das atividades militares na região. A Colônia Militar de Chopim nesse ano fez a recomendação para que repassassem os títulos dos lotes concedidos aos colonos e que se findassem as atividades dos militares, pois a razão de se fundar a Colônia em tal região foi a de proteger as terras em virtude de uma possível invasão de argentinos sobre a mesma, mas com o conflito

¹⁷⁶ ARGOLLO, Francisco de Paula. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p. 30.

¹⁷⁷ Idem. p. 30 – 31.

¹⁷⁸ Idem. p. 31.

solucionado e os vizinhos não representando mais um perigo de ocupar essas terras também não havia, segundo o Marechal, a necessidade de manter em funcionamento a Colônia.¹⁷⁹

No ano de 1907 a Colônia teve como Diretor o Major João Soares Neiva de Lima. Constatamos que a tecnologia aos poucos chegava à região da Colônia, pois no ano que passou, a mesma adquiriu um dínamo e vários aparelhos elétricos com seus respectivos acessórios, sendo instalada a rede elétrica nas dependências da Colônia Militar. Adquiriu-se também um cabrestante elétrico para o serviço de carga e descarga no porto da Colônia, uma turbina para a fabricação de açúcar e de outra turbina para beneficiar a mandioca, transformando-a em farinha.¹⁸⁰

No ano seguinte, em 1908, em seu relatório anual, o Marechal Hermes da Fonseca relatou as dificuldades das colônias militares de Chopim e Chapecó, e por não atenderem mais as necessidades para as quais elas foram criadas, ou seja, de defender a região contra uma possível invasão dos vizinhos argentinos e de promover pouca a ocupação e colonização da mesma, o relator pede para o Presidente da República para que as mesmas sejam emancipadas a caráter de cidade, assim não mais vinculadas à administração dos militares.¹⁸¹ Notamos que os relatórios referentes às colônias militares da região, Chapecó, Chopim e de Foz do Iguaçu, tornavam-se cada vez mais sucintos, ou seja, o governo, por meio de seu Ministro da Guerra, já não dava muita importância para as questões administrativas que o Exército tanto se empenhara após a Proclamação da República, muito menos as relacionadas às fronteiras nacionais. Os relatos limitavam-se apenas a transmitir os poucos dados que as colônias produziam ou estavam realizando e não continham mais análises sobre o que poderia ser realizado para solucionar tais problemas enfrentados nas colônias, como no período do Marechal Mallet, no qual percebemos que estas regiões ainda detinham importância estratégica por parte dos militares. Talvez por ter o país um período prolongado sem conflitos bélicos, as armas e a interferência militar fossem pouco necessárias.

No relatório de 1909 o Marechal Hermes da Fonseca já não pontuou os dados das colônias militares de Chopim e Chapecó, emancipadas a caráter de município. Sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu pouco ou quase nada foi relatado, apenas que a mesma contava com 50 praças sob o comando de um oficial e que todos os cargos relativos à

¹⁷⁹ Idem. p. 33.

¹⁸⁰ FONSECA, Hermes da Rodrigues da. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 40.

¹⁸¹ MINISTÉRIO DA GUERRA. RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em junho de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. 48.

administração da Colônia estavam ocupados. Consta também que foram construídos três pontilhões, uma casa para abrigar a escola e o cabrestante para carregar mercadorias fora colocado sobre uma base de cimento no porto da Colônia. Foram construídas oito casas para particulares, uma capela e repete-se a colocação de uma turbina para a fabricação de açúcar, provavelmente a relatada do ano anterior foi adquirida, mas não instalada, sendo somente colocada em uso no ano de 1909 e continuam seus trabalhos a olaria e a serraria, que juntas são uma das fontes de renda para a Colônia.¹⁸²

Constatamos que, desde sua criação, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, apesar de ter enorme importância para os militares no que tange a defesa da nação, muito pouco foi enviado na forma de recursos para a mesma, pois em seus relatórios os ministros da guerra constantemente reclamavam que as verbas para a construção e manutenção de estradas eram poucas.

A Província do Paraná preocupou-se com a colonização das terras incentivando os imigrantes a ocuparem as áreas de sertão, procurando socializar o índio nesse espaço, por meio de sua aculturação, pois o mesmo era visto como um problema para a ocupação dessas terras, ao passo que o governo imperial, e posteriormente republicano, canalizou suas estratégias na abertura e manutenção das estradas, no sentido de oferecer acesso aos lugares mais distantes da província, para serem ocupadas especialmente de forma espontânea.

Os dois modelos de ocupação vão tomando mais força. Com a chegada do século XX, os imigrantes serão responsáveis especialmente pela colonização da região Leste do Paraná e dos Campos Gerais, região central, enquanto os caminhos abertos pelos militares no Oeste paranaense serão ocupados a partir da década de 1940 com as companhias colonizadoras contratadas pelo governo federal para ocupar esse espaço.¹⁸³

¹⁸² FONSECA, Hermes Rodrigues da. Ministério da Guerra. RELATÓRIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 33.

¹⁸³ Cf. GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial... 2002. Op. Cit. FREITAG, Liliane da Costa. EXTREMO-OESTE PARANAENSE... 2007. Op. Cit.

3 A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU

Pode-se, porém, conseguir bastante, levando-se fortificações nos principaes pontos estratégicos, os quaes se acham indicados pela referida commissão de engenheiros; fundando-se colônias militares nas localidades estratégicas mais convenientes; ligando-se por estradas de ferro e linhas telegraphicas todos estes pontos e localidades entre si com os centros de recursos, e estabelecendo-se proximamente àqueles pontos depósitos de instrução das Divisões do Exército.¹⁸⁴

3.1 O PAPEL DA COLÔNIA: DA DEFESA DO TERRITÓRIO A CENTRAL DE ‘OBRAGES’

Neste capítulo analisaremos os vários relatos de viagens produzidos por pessoas que trabalharam ou visitaram a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, bem como os relatórios de autoridades, como os vários Ministros da Guerra, aos quais a Colônia Militar estava subordinada, e os relatórios dos Presidentes da Província do Paraná acerca das estratégias utilizadas para colonizar a região. Analisaremos as memórias publicadas como de Otilia Schimmelpfeng, filha do primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, após o encerramento das atividades administrativas dos militares na Colônia Militar e artigos de jornais que mencionaram a colônia e depois o município.

Trataremos as fontes de forma a discutir as relações de fronteira. O autor José de Souza Martins nos fornece uma interpretação sobre o assunto, tratando-a como uma relação de conflito social,

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. [...] Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. [...] O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.¹⁸⁵

Com isso pretendemos entender como ocorreu o processo de formação social, política, econômica e cultural da Colônia Militar e da cidade de Foz do Iguaçu, analisar a administração dos militares junto à população, tanto obragera quanto dos mensúspara assim entender como se deram as dificuldades e soluções encontradas pelos

¹⁸⁴ DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Franklin Américo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882. p. 41 – 42.

¹⁸⁵ MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano... Op. Cit. p. 150 – 151.

militares referentes aos vários problemas que encontraram na região, tais como o isolamento, a mata, os recursos financeiros, entre outros.

Nesse contexto, os documentos nos indicam a especificidade das principais dificuldades que os militares tiveram que enfrentar no início da colonização, isto é problemas relacionados à natureza. Esta, sendo em um primeiro momento uma inimiga, por conta da dificuldade em transpor as florestas densas, os rios que transbordavam em períodos de muita chuva, os mosquitos que sugavam o sangue e transmitiam doenças, entre outras dificuldades. Tudo isso dificultava implantar as atividades da Colônia Militar, como a própria permanência dos seres humanos na região.

No entanto, ela também foi a responsável pela permanência dos militares e garantia a sobrevivência das pessoas naquele local. A base da economia da região teve a erva mate e a madeira como principal fonte de renda, movimentava o trabalho nas matas e o transporte pelo rio Paraná. Nesse sentido, grande parte dos documentos reportam para uma natureza sublime, bela e até fonte de inspiração para poemas e versos, assim como também serviam como suporte para a nacionalidade pretendida pelos militares, por meio da denominação de rios, lagos e os próprios Saltos de Santa Maria (Cataratas do Iguazu) com nomes alusivos aos heróis da República brasileira.

Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo foi o oficial militar da comissão responsável pela fundação da Colônia Militar de Foz do Iguazu. Foi escolhido pelo Major do Exército, Guilherme Schüch, o Barão de Capanema, ainda no período imperial para ser o chefe da comissão brasileira responsável por demarcar os limites territoriais com a nação argentina. Com a República, o Capitão Bellarmino participou na criação e fundação da Colônia Militar de Chopim entre 1892 e 1894.

Em seu memorial para o Ministro da Guerra, o Capitão Bellarmino, solicitando autorização para a criação da Colônia Militar em terras paranaenses, destacou que a importância a sua instalação nesse território seria “para servir de atalaia, quer para apoio demasiadamente de forças terrestres e navaes, quer para n'ellas crear mais recursos para essas forças, quer ainda para servirem simultaneamente de base no desenvolvimento industrial, commercial e político.”¹⁸⁶ A Colônia Militar seria o posto de ligação entre o Sul do país e o Oeste brasileiro, pois em seu memorial o Capitão destaca que a abertura de uma estrada que

¹⁸⁶ MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Memória apresentada a Ex^a Snr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário d'Estado e dos Negócios da Guerra, sobre a fundação da Colonia Militar do Iguassú e Estrada para província de Matto-Grosso no mez de abril de 1888, pelo capitão de engenheiro Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Manuscrito, 19 pág. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]. p. 03.

ligasse essa região ao Estado do Mato Grosso além de servir como um posto militar também promoveria o desenvolvimento industrial, comercial e político no ponto extremo da fronteira brasileira.

Foi nomeada em 29 de maio de 1888 a comissão encarregada para a fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguazu e fazia parte de suas funções a responsabilidade da construção das estradas estratégicas do Paraná. A chefia ficou com o Capitão de Engenheiros Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo e teve como seus ajudantes os Tenentes Tito Augusto Portocarrero e Felipe Schmidt, ambos do corpo de Estado Maior de 1ª classe. Na função de auxiliares foram nomeados os 2º tenentes João Soares Neiva de Lima, 2º batalhão de artilharia, Américo de Andrada Almada, 2º regimento do 2º batalhão de artilharia, Alvaro Fiuza de Castro, 3º regimento do 2º batalhão de artilharia e Feliciano Benjamim de Souza Aguiar, 1º batalhão de artilharia. O Dr. José Antonio Abreu Pinto foi nomeado para a função de médico. Para os postos de Oficiais da força foram nomeados os segundos-tenentes Antonio Baptista da Costa Junior, 1º batalhão de artilharia, José Joaquim Firmino, 3º batalhão de artilharia e José Cândido Ferreira Rabello Junior, 1º batalhão de artilharia. Para compor a força de linha foram nomeados os cadetes Henrique Nogueira Borges, 1º batalhão de artilharia e Joaquim Raphael Pessoa de Mello, 1º batalhão de infantaria, o 2º sargento Edmundo Francisco Xavier de Barros, batalhão de engenheiros e o soldado João Mariot, 2º regimento de artilharia.¹⁸⁷

O Capitão Bellarmino, por meio dos relatórios provinciais, destacou que a região estava “abandonada” a paraguaios e argentinos e que o impedimento para que essas terras não fossem perdidas para estrangeiros seria a criação de uma Colônia militar nessas terras, especialmente na margem esquerda do rio Paraná. Sobre as terras onde deveria se fundar a Colônia Militar, Bellarmino comenta:

[...] eram fertilíssimas no vale dos dois rios e nas serras marginaes, apropriadas a toda a especie de culturas, tanto dos climas quentes, como dos climas frios, cobertas de madeiras para construcções etinturaria, com escoadouro fácil para seus productos, a colonia tem, sob todos pontos de vista, um futuro promissor desde que ligue-se a Guarapuava [...].¹⁸⁸

Visivelmente percebe-se que as intenções do Capitão Bellarmino em destacar as qualidades da região, tais como a fertilidade da terra para variadas culturas

¹⁸⁷ MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Nomeação da Comissão encarregada da fundação de uma colônia militar na foz do Iguassú e da construção das estradas estratégicas do Paraná. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. [Manuscrito, acervo particular de Liliane da Costa Freitag] p. 01.

¹⁸⁸ Idem. p. 6 e 7.

agrícolas, o clima favorável, a possibilidade do comércio da madeira e de derivados e a possibilidade de acesso a outras regiões, como a de Guarapuava, era promover as possibilidades que a região tinha para desenvolver uma comunidade agrícola e pastoril, assim como de desenvolvimento comercial para grandes centros urbanos.

Para incentivar os militares no empreendimento da fundação da Colônia Militar, assim como na construção de estradas nesses sertões, foram oferecidas bonificações além do soldo militar. O Capitão Bellarmino destaca que os militares deveriam “[...] receber todas as vantagens desde a data do ajuntamento de contase se lhes abonará logo que forem nomeados três meses de soldo com ajuda de custo de mais três meses para desconto na forma da lei [...]”.¹⁸⁹

Incorporados os militares para a empreitada de fundação da Colônia Militar, deu-se início em 14 de junho de 1888, no Rio de Janeiro, a expedição com o propósito de chegar às margens do rio Paraná. A viagem passou pelo Porto de Paranaguá, seguindo de trem até Curitiba, de onde partiram rumo a Guarapuava e, em 30 de julho de 1888, nessa cidade, construíram a sede da Comissão da Colônia Militar da foz do rio Iguazu e a sede da Comissão das Estradas Estratégicas do Paraná. De Guarapuava partiram rumo à foz do rio Iguazu pela picada (estrada) que levaria à futura Colônia Militar.

Segundo Myskiw, em 09 de agosto de 1888 o Capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo enviou duas correspondências informando sua chegada a esse local e seus propósitos, uma endereçada ao Juiz de Direito da Comarca de Guarapuava Dr. Ernesto Dias Laranjeiras e a outra para a Câmara de Vereadores de Guarapuava.¹⁹⁰

Após o conhecimento das autoridades sobre os objetivos da Comissão, o Capitão Bellarmino fez a escolha de outra comissão, esta sim responsável por fundar a Colônia Militar na foz do rio Iguazu, ficando com o cargo de chefia o 2º Tenente José Joaquim Firmino que, segundo José Maria de Brito, um dos integrantes da comissão que partira de Guarapuava com o objetivo de fundar a Colônia Militar, a escolha do Capitão se deu porque esse era o “[...] oficial nimamente bondoso, sem vícios, honrado [...]”.¹⁹¹ Pouco se sabe da vida de José Maria de Brito antes de sua vinda para a região de Foz do Iguazu; sabe-se que ele era natural do Estado do Piauí e foi recrutado no Rio de Janeiro.

¹⁸⁹ MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Nota sobre os vencimentos para a Comissão encarregada da fundação de uma colônia militar na foz do Iguassú e da construção das estradas estratégicas do Paraná. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. [Manuscrito] Acervo particular de Liliane da Costa Freitag. p. 01 e 02.

¹⁹⁰ MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem... Op. Cit. p. 122.

¹⁹¹ BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar. In. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR -, vl. 32, p. 45 – 72. Curitiba, 1977. p. 55.

Vários foram os cargos ocupados por José Maria de Brito na administração da Colônia Militar na região: foi almoxarife e auxiliar da Comissão Fundadora da Colônia, posteriormente foi Chefe dos Toldos de índios guarapuavanos, espécie de aldeamento onde se procurava “civilizar” os indígenas.¹⁹² No desenvolvimento dessa função, conheceu aquela que viria a ser sua esposa, uma indígena da região com quem constituiu família e não mais deixou essas terras.

Segundo José Maria de Brito, várias eram as desconfiças de êxito na empreitada de se fundar a Colônia Militar: a primeira era dos próprios militares, pois aos olhos destes, Firmino era muito jovem para a empreitada, “[...] os invejosos existem em todos os tempos”.¹⁹³ Outro perigo era a mata que escondia vários perigos como:

[...] O ataque de feras e outros factores próprios da natureza de mattas seculares que o explorador teria que percorrer, previam o fracasso!
 Firmino não se intibiu.
 Partiu.¹⁹⁴

Os trabalhos iniciaram em 25 de novembro de 1888. Seguiram na estrada construída para a Colônia Militar de Chopim até o quilômetro 16, comum às duas colônias. A partir daí deu-se início a construção da picada rumo ao extremo oeste paranaense.

A construção da picada rumo à foz do rio Iguaçu resultou em muitas dificuldades. Conforme os relatos de José Maria de Brito, a primeira grande dificuldade que a equipe passou foi nos meses de abril e maio de 1889, “[...] devido às constantes chuvas; em consequência deste facto, os rios encheram-se desmesuradamente [...]”.¹⁹⁵

Conforme a construção da picada se desenvolvia, o grupo deparava-se com alguns elementos novos, como vestígios de índios:

[...] Das primeiras 7 leguas de picada por diante, appareceram vestígios de índios selvagens, facto que occasionou ter sido o explorador abandonado por alguns operários da turma e o descontentamento no animo dos que ficaram, sendo necessário o tenente Firmino, usar de sagacidade e desenvolver muita habilidade para levantar o animo dos seus homens, que viam índios em todos os sítios! [...].¹⁹⁶

¹⁹² Não temos informações em documentos oficiais que uma das funções de uma Colônia Militar fosse a de aldear índios e “civilizá-los”. No entanto consta no livro de memórias de José Maria de Brito como uma de suas funções no período em que realizou serviços na Colônia. Isso pode demonstrar que os índios eram vistos, ou representavam um problema para a ocupação dessas terras.

¹⁹³ BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguassú... Op. Cit.* p. 55.

¹⁹⁴ *Idem.* p. 56.

¹⁹⁵ *Idem.* p. 56.

¹⁹⁶ *Idem.* p. 56.

Outro problema que também assolou o grupo que construía a picada foi o medo de onças, pois estas aproveitavam a noite, período em que o grupo dormia, para atacar os animais que faziam parte da caravana, como cavalos e bois. José Maria de Brito relatou que por conta desse problema o Tenente Firmino deixou duas pessoas para ficarem de guarda, sobre o episódio ele conta:

[...] estava o tropeiro trepado em uma palmeira quando sentiu uma bulha em baixo; atendeu e ... qual foi sua estupefação ao deparar com a fera de camisa pintada, sentada, mirando para cima, meneando a cauda, com um sorriso a esboçar-lhe nos lábios um signal de alegria [...]. O tropeiro quazi cahiu de susto, não obstante no olho da palmeira!¹⁹⁷

O tropeiro fez dois disparos contra o felino. Vendo que a onça não havia morrido, começou a gritar até que seus companheiros viessem em seu socorro, espantando a fera.

Conforme o relato de José Maria de Brito, a construção da picada durou pouco mais de sete meses e Brito ainda relata sobre a participação de indígenas na expedição de fundação da Colônia Militar. No período de chuvas, em que não se podia atravessar os rios, Brito comenta que:

[...] Recorreu-se então aos filhos das selvas. Imaginou-se que seria um meio eficaz. Afeitos às intempéries, conhecedores de todo os recantos do Sertão, exímios nadadores menosprezando o embate das ondas, pareceu que por intermédio dos índios chegariam gêneros de primeira necessidade á turma.
Puro engano!
Em certa ocasião quatro índios escolhidos tentaram atravessar o rio Guarany, levando sal, açúcar, charque, etc. Usaram de todos os estratagemas ao seu alcance. Lançaram-se n'água e, em um momento, desapareceram absorvidos pelo vagalhão! Depois de cinco dias apareceram três índios somente, com uma manta de charque! [...].¹⁹⁸

Depois desse episódio o grupo ficou praticamente sem alimentos. Por esse motivo: “[...] comia-se carne de anta, de tatteto, etc., sem farinha e sem sal!”¹⁹⁹, segundo os relatos de José Maria de Brito.

Conforme os trabalhos se desenvolviam, os militares aproveitavam para construir no percurso da picada a afirmação do novo regime nessas paragens:

¹⁹⁷ Idem. p. 56.

¹⁹⁸ Idem. p. 58.

¹⁹⁹ Idem. p. 58.

Dos 210 cursos d'água atravessados pela turma exploradora, desde a cidade de Guarapuava, até a foz do Iguassú, dezesseis são bastante volumosos e vedam a passagem durante dias, em épocas chuvosas. Estes rios são: o das Cobras; o da União; o Guarany; o Izolina; o Adelaide; o Tormenta; o Archimedes; o Andrada; o da Paz; o Gonçalves Dias; o Castro Alvez; o Tiradentes; o Carlos Gomes; o Concórdia; o Henrique Dias; e o Passo Cuê. O primeiro e o último já conhecidos; os demais foram denominados pelo explorador [...].²⁰⁰

Algumas das denominações provavelmente correspondem a alguma característica local, seja da paisagem, ou mesmo alguma homenagem particular do Tenente Firmino. Mas o que nos chama a atenção é a denominação de alguns nomes que foram referência na construção dos heróis no período de formação da República no Brasil, como o de Tiradentes e Gonçalves Dias, um claro objetivo de formar nessas terras a afirmação da formação da República. O mais intrigante é que o período da denominação desses rios, por parte do Tenente Firmino, foi de agosto de 1889, ou seja, a República ainda nem tinha sido proclamada pelos militares. Esse fato nos faz pressupor que as idéias republicanas já estavam bastante desenvolvidas no Exército, inclusive nos oficiais menos graduados.

Passados mais de duzentos quilômetros de construção da picada, na altura do rio denominado de Henrique Dias, quando um integrante do grupo avisa sobre a descoberta de outra picada no caminho, o êxtase foi tão grande que: “Constatada a existência da picada, conforme anunciara o picador, os homens da turma que estavam presentes, experimentaram tanta emoção, tão forte, tão viva que não puderam fallar, nem attenderam ao tenente que lhes fallára, no momento! [...]”²⁰¹

A referida picada surpreendeu a todos, pois após meses na mata, construindo um caminho que ligasse a região de Guarapuava à foz do rio Iguaçu deparando-se somente com animais e índios depararam-se com um acampamento que, depois de verificado, concluíram ser de ervateiros paraguaios. O grupo do Tenente Firmino alcançou os trabalhadores das matas e os questionou sobre o lugar onde se encontravam e eles:

[...] informaram que o rio Paraná estava perto, facto que o pessoal da turma, inclusive o chefe, ignorava; que a costa brasileira era habitada por cerca de mil almas, etc. esta última informação verificou-se mais tarde ser exagerada!²⁰²

²⁰⁰ Idem. p. 58 – 59.

²⁰¹ Idem. p. 59.

²⁰² Idem. p. 59.

Ao chegarem à foz do rio Iguaçu, José Maria de Brito nos relata o primeiro censo da localidade: “Por ocasião da descoberta da Foz do Iguaçu, o território brasileiro já era habitado. Existiam ali no mesmo 324 almas, assim descriptas: brasileiros, 9; franceses, 5; hespanhoes, 2; argentinos, 95; paraguayos, 212; inglez, 1.”²⁰³ Notamos que o território que os militares julgavam ser brasileiro estava ocupado por pessoas dos países vizinhos, Paraguai e Argentina, bem como por outros indivíduos, como espanhóis, franceses e inclusive um indivíduo de nacionalidade inglesa.²⁰⁴

Outro fator que nos chama a atenção é o “esquecimento” de José Maria de Brito sobre a nominação das populações indígenas, sendo que o Sargento, dentro da estrutura da Colônia Militar, era responsável pela catequização dessa população, sem contar que ele mesmo se casou com uma indígena. Essa atitude de José Maria de Brito nos remete ao pensamento que os militares faziam das populações indígenas, como sendo uma população cuja memória e forma de vida não deveriam ser consideradas no processo de ocupação e construção do espaço, ou seja, deveria ser esquecida e daquele momento em diante deveria ter como referência a memória da nação e do Estado brasileiro. A negação, por parte dos militares em fazer prevalecer suas ações administrativas esconde os conflitos gerados entre militares e populações indígenas pelo desenvolvimento e forma de vida dessas populações.

Segundo os relatos de José Maria de Brito, a expedição, ao chegar a região de Foz do Iguaçu, retornou a Guarapuava em agosto de 1889 e em 13 de setembro realizou outra viagem no intuito de fundar a Colônia Militar nessa localidade. A viagem durou cerca de três meses até alcançar a foz do rio Iguaçu em 22 de novembro.²⁰⁵ No dia seguinte à chegada na região, o primeiro Tenente José Firmino decretou as primeiras ordens, segundo José Maria de Brito:

No dia 23 o 1º tenente Vice – Director publicou a ordem do dia sob nº 1. Tomou as providencias necessárias para que a população iguassuense e as Republicas vizinhas tivessem conhecimento que na foz do Iguassú já havia autoridade constituída para todos os effeitos legais, etc. Para melhor conhecimento de todos, affixou editaes, avisando que n’aquella data iniciava os trabalhos de fundação da Colônia, bem como tinha competência para

²⁰³ Idem. p. 60.

²⁰⁴ Nos intriga a presença desses estrangeiros nessas terras nesse período, como nossa pesquisa demonstra grupos de comerciantes argentinos, os obrageros, já exploravam as matas dessa região, a erva mate era praticamente toda consumida no mercado platino, no entanto a madeira também era levada para Buenos Aires, mas acreditamos que boa parte dessa madeira possa ter ido parar no mercado europeu. Dessa forma entendemos que esses estrangeiros europeus poderiam estar realizando um trabalho de controle de qualidade da madeira extraída das matas da região.

²⁰⁵ O curioso é que a expedição saiu de Guarapuava ainda sob o regime político imperial, entretanto ao chegar a região de Foz do Iguaçu já se encontravam sob as ordens políticas do regime republicano.

conceder lotes d'accordo com a lei, aos que quisessem se matricular Colonos.²⁰⁶

Essas primeiras ordens foram tomadas pelo vice diretor da Colônia, orientadas pelas instruções recebidas do Capitão Bellarmino, que após receber o relatório do Tenente Firmino elaborou as primeiras medidas para efetuar a ocupação desse espaço por meio da edificação da população que viria a ser a cidade de Foz do Iguaçu.

Bellarmino passa as instruções provisórias para o destacamento responsável por fundar a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Suas ordens foram para que o acampamento provisório fosse retangular e próximo dos rios Paraná e Iguaçu. O acampamento deveria estar a pelo menos dez quilômetros desses rios e a 45° N.E. margeando o rio Iguaçu, para facilitar a localização do terreno. Bellarmino estabeleceu que a área da Colônia deveria ter 250000m² “que aproveitará para o plantio de milho, feijão, mandioca, canna, café, fumo, algodão”, e também deveria realizar a comissão o “levantamento do perímetro de mata habitada entre a Foz do Iguassú e a de Ocohy, aproveitando as picadas dos moradores de modo a assinalar na planta a habitação e terreno cultivado”.²⁰⁷

Outra medida do Capitão foi de que os militares determinassem o volume e velocidades dos rios Ocohy, Iguassú e Paraná para que se pudesse verificar a construção de engenhos. Determinou também que “a área destinada à sede “[...] da colonia sera de 22500 hectares affectando a forma de um quadrado de 15 kilometroa de lado”. O capitão também estabeleceu, acerca dos lotes urbanos, “serao demarcados dentro de um quadrado de 6 quilometros de lado a partir da foz do rio Iguassú”.²⁰⁸

Os lotes urbanos, segundo Bellarmino “serão de 10 a 40^mde frente e de 30 a 100^mde fundo” já as áreas “agrícolas de 25 a250 hectares”, e as áreas destinadas aos pastoris “de 100 a1000 hectares dentro da área da sede e rocio”. As áreas fora da extensão da colônia “poderão attingir a 1000 a4000 hectares”.²⁰⁹ Os lotes deveriam se negociados por intermédio do vice diretor, que realizaria o processo de cotação das terras.

Sobre os terrenos passados aos colonos, o Capitão Bellarmino comenta que “feito a localização regular, não se dispensara nenhum colono da obrigação de cultivar o respectivo lote”. Tão logo os militares cheguem a região montariam “um engenho de

²⁰⁶ BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguassú... Op. Cit. p. 67.

²⁰⁷ MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Instruções provisórias para os trabalhos de fundação da colonia militar na foz do Iguassú. Guarapuava, 30/09/1889. 10 p. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]. P. 02.

²⁰⁸ Idem. p. 04.

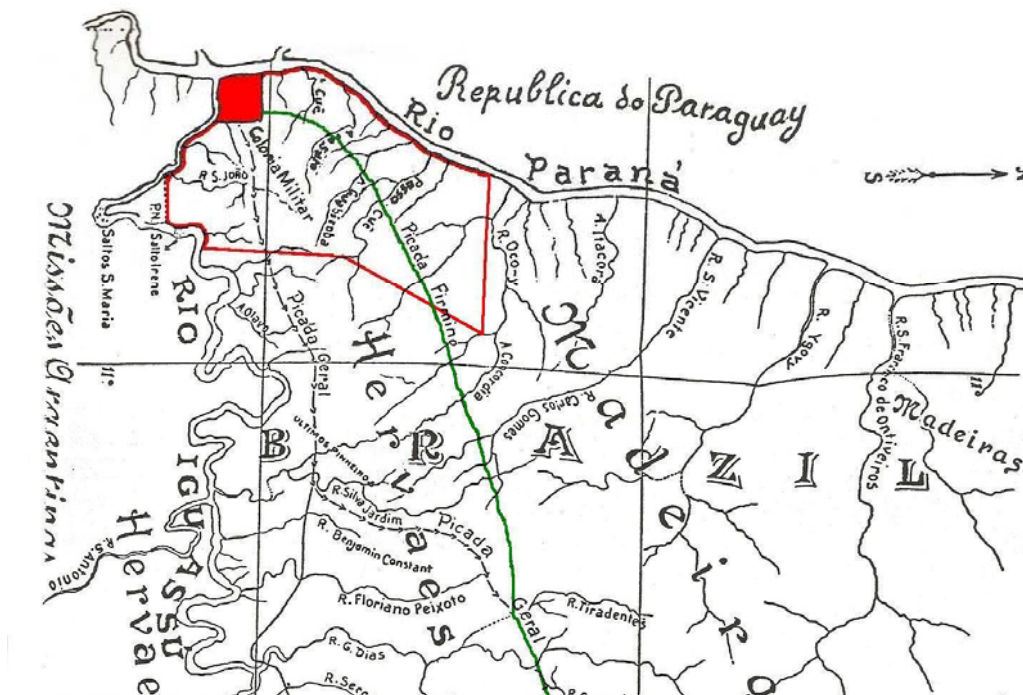
²⁰⁹ Idem. p. 04.

serragem [...], uma olaria para o fabrico de tijolos e telhas [...] uma fábrica de beneficiar herva matte [...] um engenho de motor hidráulico [...] aproveitando a queda d'água mais próxima”.

O Capitão Bellarmino demonstrava a preocupação em relação à natureza por parte dos militares, determinando que: “O corte das madeiras será restringido aos látex e feito nas epochas mais convenientes, não se permitindo a derrubada [...] de madeiras de lei que não tenham atingido o maximo desenvolvimento”.²¹⁰

As instruções provisórias elencam as primeiras medidas necessárias para que os militares pudessem ocupar de forma ordenada essas terras. A primeira preocupação deveria ser com os vizinhos e a vigilância sobre os mesmos. Posteriormente seria necessário delimitar os lotes urbanos, separando o que deveria ser a cidade, ordenando o espaço que seria municipal. Em seguida, demarcar o espaço rural, por meio dos lotes rurais, visto que com o desenvolvimento agrícola viria a subsistência daqueles que deveriam viver nessas terras.

Mapa 2 – Localização da Colônia Militar de Foz do Iguaçu



²¹⁰ Idem. p. 07.

sede colonial. A advertência tinha por função alertar a brasileiros e estrangeiros com relação à proibição de se extrair madeira e erva-mate das florestas brasileiras, salvo mediante a autorização do governo.²¹²

Esse fato demonstra que os populares estavam preocupados com as ações dos militares na região e, na dúvida, tentaram proteger o fruto de seu trabalho e de seu sustento, mas nesse caso específico os militares chegaram antes da retirada da madeira. O processo criminal foi instaurado porque após algum tempo os militares voltaram para levar a madeira à sede da Colônia Militar e ela já não se encontrava no mesmo local.

Segundo José Maria de Brito, na região havia cerca de vinte portos conhecidos que serviam para carregar e descarregar mercadorias dos comerciantes obrageros, e outros tantos ilegais até o Porto Mendes, região mais próxima a Guaíra e das Sete Quedas. Esses portos foram desativados pela fiscalização que os militares passaram a fazer, permitindo que somente os comerciantes com autorização do governo pudessem trabalhar no ramo da erva mate e madeira.

Outra dificuldade que as pessoas enfrentavam na região estava ligada às doenças que existiam e que eram então desconhecidas pelo grupo responsável pela fundação da Colônia Militar. José Maria de Brito relata que o 1º Tenente Antônio Baptista da Costa Junior encontrava-se enfermo por vários dias e a Colônia Militar ainda não contava com o atendimento de um médico. Além disso, a grande distância entre Foz do Iguaçu e Guarapuava e a dependência de um barco para poder levar o militar para uma localidade argentina poderia demorar muito. Foi justamente por isso que uma senhora da localidade, de nome Roza, atendeu o acamado. Brito assim descreve o atendimento, dizendo que Roza:

[...] Mulher velha de muitos annos no Sertao, com grande experiência dos costumes e das cousas sertanejas, gozando da famma de parteira e curandeira, examinou nosso enfermo e constatou a existência de bichos de vareja na narina affectada! Roza em pessoa, constituiu-se enfermeira do tenente e extrahiu o bicho, já revestido de cabellos, da narina affectada.²¹³

O relato do Sargento José Maria de Brito elucida a situação que os militares estavam vivendo na região, ou seja, estavam privadas dos meios básicos de saúde que eles conheciam e dependentes dos conhecimentos das populações que ali viviam. O Tenente, após o ocorrido, pediu transferência para outra localidade. Remete-nos também sobre as formas

²¹² MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem... Op. Cit. p. 140. O autor baseou-se no processo crime de nº. 890.2.331, de 07/04/1890. Este processo está contido na Caixa nº 13 do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro, p. 2.

²¹³ Idem. p. 71.

que a população local curava suas doenças, ou seja, por meio de curandeiras que em geral eram pessoas com experiência em doenças da região que trabalhavam como médicos e receitavam medicamentos naturais as pessoas, realizando inclusive partos.

Analisando outras problemáticas sobre a Colônia Militar e a região, verificamos a obra publicada pelo Tenente José Cândido da Silva Muricy²¹⁴ que realizou uma viagem até a colônia Militar de Foz do Iguaçu, no ano de 1892 e seu livro sobre a viagem foi editado em 1896. O conteúdo desse livro foi motivo para que o autor realizasse várias palestras relatando sobre os sertões e especialmente sobre as belezas dos Saltos de Santa Maria (Cataratas do Iguaçu) ao público interessado em conhecer as peculiaridades do interior do Brasil.

José Muricy como um viajante relata suas impressões sobre os aspectos sociais e políticos da região da Colônia Militar. Sua visita resultou na publicação de uma obra em que destaca sobre a sua visita aos Saltos de Santa Maria (Cataratas do Iguaçu). Muricy comenta com primazia vários aspectos, como a flora, a fauna, as rochas, os peixes, entre outros.

Após a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, Muricy relata sobre suas funções na Comissão Estratégica responsável pela construção de estradas no Paraná:

Estabelecidas as bases da futura colônia, tratou a Comissão de tornar francas as comunicações entre esse ponto e a cidade de Guarapuava, formando para isso turmas de trabalhadores, civis e militares, dirigidas por oficiais. Essas turmas tinham por fim alargar e aperfeiçoar a picada feita pelo Dr. Firmino, construindo provisoriamente um caminho, perfeitamente viável por cargueiros.²¹⁵

José Muricy era responsável por fiscalizar grupos de trabalhadores que tinham a função de construir e realizar a manutenção das estradas já construídas. O trabalho de manter as estradas transitáveis era muito complicado: “[...] tivemos de abrir caminho por entre o matto roçado, havia poucos dias”.²¹⁶ A falta de trânsito pelas estradas contribuía para que o mato avançasse pela mesma. Entre as cidades de Guarapuava e Foz do Iguaçu, na localidade denominada de Catanduvás, foi feito um entreposto que servia para abastecer os

²¹⁴ José Muricy tornou-se 2º Tenente do Exército, em 1890 e com o plano de carreira implantado no período republicano, crescendo rapidamente em sua carreira, sendo que ele também foi um dos conspiradores dentro do Exército para a mudança de regime político. Ao ser promovido serviu como auxiliar técnico da Comissão de Estradas Estratégicas do Paraná, com sede em Guarapuava. O militar era responsável pela manutenção e construção de estradas entre as colônias militares de Chopim, Chapecó e do Iguaçu.

²¹⁵ MURICY, José. A Foz do Iguassú. Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Foz do Iguassú em novembro de 1892. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1896. p. 04.

²¹⁶ Idem. p. 04.

viajantes e a própria Comissão de alimentos e de animais, “[...] ahi construiu uma casa de morada para o encarregado e depósitos de gêneros, para socorrer as turmas de trabalhadores, os viajantes e a própria Colônia, se houvesse necessidade [...]”.²¹⁷

Segundo os relatos de José Muricy, havia muitos índios que habitavam a região. A estratégia utilizada pelos militares em relação a essas comunidades foi a de aldear os mesmos, “Estes índios, originários do Paraguay, [...] estranharam-se nos nossos sertões, e até agora alli têm vivido, mas muito redusidos já, pela cruel guerra que lhes movem os tigres e os coroados [...]”.²¹⁸ Os indígenas, além de ter que fugir dos seus inimigos tribais, dos perigos que os sertões proporcionavam como os “tigres” que constantemente eram atacados por essas feras.

Os indígenas ainda tinham que fugir das perseguições que os paraguaios faziam sobre essas comunidades, devido ao conflito sobre as terras. Os paraguaios acreditavam que essas terras lhes pertenciam por direito, pelo fato de que estes exploravam economicamente as matas os indígenas se tornavam uma população que atrapalhava a exploração do lugar, onde constantemente havia lutas pela conquista do espaço, especialmente se havia madeira e erva mate para serem colhidas.

Os indígenas chegavam a realizar alguns trabalhos para os militares, conforme relata José Muricy: “Trabalhavam esses índios para a Comissão, ganhando em troca roupa, fumo e alimentação, único pagamento que aceitam, porque o dinheiro para elles não tem valor”.²¹⁹

Após 1894 “[...] esses curiosos índios foram dispersos e os poucos que restam (crianças e mulheres) vivem hoje como colonos na Foz do Iguassú”. Segundo José Muricy, as populações indígenas não opuseram resistência alguma à ocupação dos militares na região, pois vários foram os fatores que dividiram as preocupações desses índios, como os inimigos da natureza, os inimigos de comunidades diferentes que produziam guerras entre eles, os colonos argentinos e paraguaios que os expulsavam das terras e, por último, os militares brasileiros conseguiram que os mesmos se dividissem e procurassem outra localidade para viver, não se preocupando com os que ficaram para trás, deixando a ocupação livre para os militares. Em seu relato José Muricy destacou as riquezas naturais conforme se via ao passar pela estrada:

²¹⁷ Idem. p. 04 – 05.

²¹⁸ Idem. p. 05.

²¹⁹ Idem. p. 06.

As terras, como dissemos, cobertas de uma vegetação abundante, são de uma uberidade assombrosa, e desde que se entra no sertão até que se chega ao magestoso Paraná, se é forçado a admirar a riquíssima flora, e a invejável fauna dessas regiões, que são a continuação, para o sul, dos sertões dos valles do Paranapanema, Ivahy, Puiquiry, Cinzas e outros e que constituem a zona mais rica, mais fértil e de mais futuro de todo o Paraná e, sem receio de errar, do sul da Republica Brasileira.²²⁰

Nesse contexto de enaltecer as vantagens da natureza e da fauna, o autor se apropriou desses recursos como sendo intrínsecos da identidade nacional, como se pertencessem exclusivamente às terras brasileiras, visto que essa vegetação cobre também grande parte do território argentino e paraguaio. Continuando seu relato, José Muricy destaca a abundância do pinho da erva mate e outras madeiras como elementos comerciáveis dos sertões.²²¹

Ao chegar à Colônia Militar, o Tenente José Muricy relata que praticamente acabaram-se todos os alimentos, restando somente o que a floresta fornecia aos membros da Comissão Estratégica e à própria Colônia Militar: apenas os animais silvestres e pássaros que conseguissem caçar, além de plantas nativas ou oriundas das plantações que os colonos produziam na mesma, lembrando que essas plantações demoravam algum tempo até serem colhidas. A situação da Colônia Militar, decorridos três anos de sua fundação, não era das melhores:

[...] sem dinheiro, sem gêneros alimentícios, quase sem credito, exausta portanto de recursos atravessava ella uma quadra horrorosa e desde muitos mezes, só se mantendo a custa dos inauditos sacrificios e esforços sobrehumanos que fazia seu intelligente e patriótico vice-director o alféres Edmundo Francisco Xavier de Barros, para não deixar apparecer a pobreza que reinava em seus cofres. Infelizmente ella transpareceu e elle teve de luctar com a má vontade dos negociantes, todos estrangeiros, que ou não queriam fornecer, ou forneciam os seus gêneros por preços exorbitantes sem quererem cingir-se as variações do cambio, sem levarem em conta as suas diferenças.²²²

Praticamente todos os outros gêneros alimentícios eram trazidos pelos comerciantes argentinos e a moeda corrente era o peso argentino; a moeda brasileira praticamente não tinha valor algum. “[...] O dinheiro brasileiro valia muito menos que o dinheiro argentino e paraguay e isso até que o mesmo vice-director, valendo-se de sua autoridade fez com que elle nos domínios da colonia, tivesse seu verdadeiro valor [...]”.

²²⁰ Idem. p. 07.

²²¹ Idem. p. 08.

²²² Idem. p. 20.

Entretanto, essas medidas eram de pouca valia para argentinos e paraguaios que vendiam seus produtos aos brasileiros, mas em moeda corrente de seus países. Assim como, segundo José Muricy, o descaso que o governo paranaense tratava a região e a Colônia Militar: “Tal era a má vontade de todos, para essa Comissão, a quem o Paraná tanto deve, que além de não lhe darem o dinheiro necessário, moviam-lhe uma guerra surda, incompreensível [...]”.²²³

A posição estratégica da Colônia Militar no ponto de vista militar é destacada por José Muricy, que relata:

Deste ponto descortina-se o rio muitos kilometros acima e abaixo, de modo a poder-se apreciar qualquer movimentação de embarcações a uma distancia considerável, o que constitue uma das muitas vantagens que ella apresenta para o fim estratégico a que é destinada.²²⁴

No entanto, o valor estratégico da Colônia Militar estava, segundo os relatos de José Muricy na referência comercial:

Possuindo recursos naturaes incalculáveis, inexplorados pela falta de dinheiro com que lutava, fazendo-se-a depender da Comissão Estratégica: é a colônia um dos pontos, senão o ponto de mais futuro commercial, que o Brazil possui em suas fronteiras com o Paraguay e Republica Argentina.²²⁵

Na visão do Tenente Muricy, a solução para resolver o problema de dinheiro que a Colônia Militar passava e trazer o desenvolvimento comercial para a região estava na exploração das matas e no comércio que essa parte do Brasil poderia realizar com os países vizinhos. Obviamente, o militar percebia que nesse período a região dos rios da Prata e Paraná tinham uma população considerável, o que possibilitaria esse comércio.

Para que essas proezas comerciais se realizassem, José Muricy elencou algumas medidas que o governo brasileiro poderia tomar, no sentido de melhorar as condições do lado brasileiro. “É preciso que seja o seu porto considerado habilitado, que seja creada uma agencia fiscal, que regule a importação e exportação”.²²⁶ Que o território brasileiro seja “já em grande parte dividido em lotes urbanos e agrícolas”.²²⁷ Nos relatos do Tenente Muricy, percebemos a necessidade de uma ocupação, não somente das autoridades brasileiras, mas de uma população brasileira na região, por meio da criação da cidade e da vinda de colonos para produzir e comercializar com as regiões vizinhas.

²²³ Idem. p. 20.

²²⁴ Idem. p. 21.

²²⁵ Idem. p. 21.

²²⁶ Idem. p. 22.

²²⁷ Idem. p. 22.

A visita à região das Cataratas é a parte mais emotiva e extensa de sua obra. Nela ele relata a dificuldade de se chegar aos saltos, pela correnteza do rio Iguazu ou pela densidade da mata, que impede a chegada de visitantes, assim como a impressionante visão dos saltos relatada por ele. Entretanto, o que nos chama a atenção em seus relatos sobre os saltos de Santa Maria são as denominações colocadas a cada uma das quedas, como 15 de novembro, Deodoro, Floriano, Tiradentes, Benjamim Constant, ou seja, todos nomes alusivos à memória da recém criada República no Brasil, o que demonstra que os militares, além de ocupar os espaços, também queriam desenvolver na região a tradição cultural e política, por meio das denominações de locais que faziam lembrar o novo regime político.

Ao chegar defronte aos saltos Muricy relata:

É este o panorama que se avista da costa brasileira, panorama *exclusivamente brasileiro*, porque, a não ser d'essa costa, e do ponto por nós descortinado n'aquella época, não há outro de onde se o possa avistar por completo.²²⁸

Ele estava do lado argentino vendo a costa brasileira, como se esta formasse no imaginário do autor uma visão do que seria o Brasil; ele queria passar aos seus leitores a visão de que essas terras, suas paisagens, as matas, o rio, os saltos se tornassem membros da identidade brasileira.

No período em que José Muricy realizou sua viagem à região, o diretor designado para cumprir funções na Colônia Militar de Foz do Iguazu, em 1896, foi o Coronel Graduado Joaquim de Salles Torres Homem. Este recebera verbalmente a ordem de serviço para essa região, mas o Coronel reclamou de sua vinda, pois à sua graduação militar não competia com o “commando de fronteiras”. No entanto, ele dizia tentar cumprir com sua missão junto a administração da Colônia Militar.²²⁹

3.2 A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – MADEIRA, ERVA MATE

O trabalho numa Colônia Militar nesse período poderia ser visto de modo ambíguo. Para um oficial recém formado tratava-se de cumprir suas funções em um lugar afastado dos grandes centros, o que poderia ser a chance de crescer na carreira pelos serviços prestados, além disso, serviria como experiência de comando, o que poderia ser útil no

²²⁸ Idem. p. 41.

²²⁹ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú, organizado pelo Diretor Coronel graduado Joaquim de Salles Torres Homem, e para ser apresentado ao Sr. Ministro dos Negócios da Guerra. Dezembro de 1897. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]. p. 01.

Exército. No entanto, para oficiais graduados, como Torres Homem, que já era Coronel e esperava por uma promoção a General, servir em uma Colônia Militar afastada do centro de comando, era considerado nos meios militares como um castigo.

No caso do Coronel Torres Homem, assumir a administração da Colônia Militar recém inaugurada, em 1896 foi um castigo imposto por insubordinação pela Revolta da Armada, naquele mesmo ano, no Rio de Janeiro. Por esse motivo, várias são suas reclamações sobre a Colônia Militar²³⁰. Ele relatou que a mesma se encontrava em “completa desorganização administrativa” e que no período anterior à sua chegada: “Os soldados de destacamento tinham perdido de todo os hábitos militares, a ponto que desertavam e desertam sem nenhuma consciência da gravidade da falta que cometem”.²³¹ O Coronel ainda reclamava do convívio social entre os moradores da Colônia e, sobretudo, da dificuldade que para suprir a receita e as contas com que demanda a administração da dita Colônia.²³²

Outra reclamação do Coronel Torres Homem referia-se à abertura de picadas, tanto pelo trabalho da administração da Colônia, quanto por particulares; essas, por sua vez, eram utilizadas para o escoamento da produção da erva mate e da madeira na região, sendo que:

[...] em proveito próprio de executarem semelhante trabalho, e com a condução tomada assim mais fácil da madeira e da herva-matte viam aumentar seus lucros, e que não pagavam entretanto nenhum centil aos cofres da colônia.²³³

Todavia, eram esses mesmos exploradores, dos quais Torres Homem reclamava por não contribuírem com impostos para a Colônia, que colaboravam com os militares, especialmente na manutenção e abertura de picadas. Segundo ele mesmo confirma:

Os trabalhos dos cortadores de madeira, é que tem mais favorecido a abertura e conservação dos caminhos em todas as direcções através do mato, necessários para a passagem dos carros de boi, empregados em suas explorações [...].²³⁴

Referente aos colonos o Coronel destaca:

²³⁰ Ao iniciar os trabalhos de 1898 faleceu a esposa do Coronel Torres Homem, Laura Luciana Torres. Sua morte também pode ser considerada como um descontentamento a mais do Coronel em permanecer nas terras da Colônia Militar.

²³¹ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú... Op. Cit. p. 03.

²³² Idem. p. 04.

²³³ Idem. p. 07.

²³⁴ Idem. p. 09.

Percebi logo que a maior parte dos colonos, tanto os moradores dos lotes urbanos como o dos lotes ruraes, viviam ou procuravam viver só dos recursos fornecidos pelo Estado para a verba da Colônia, quer empregando-se ao serviço d'esta como operários, quer obtendo empreitadas ou encommendas de trabalho particular e livre, quer finalmente conseguindo vales de fornecimento para o commercio como os que vi e cujo fundamento, não me foi satisfactoriamente explicado [...].²³⁵

Em sua fala, o Coronel demonstrava que a Colônia Militar foi, para muitos moradores, especialmente estrangeiros, um recurso de rendas à parte ao trabalho nas obras, sendo que muitos prestavam-se ao trabalho na colônia.

O Coronel fez um levantamento sobre os prédios que possuía a Colônia. No período a mesma contava:

Na Sede, a administração possui quatro casas ou barracões de madeira, e o estabelecimento engenho serrar. Achavam-se em ruínas ou em abandono outras dependências.

Na mesma Sede, os particulares possuíam de 35 a 37 habitações, sendo dez barracas de madeira, vinte e dous ranchos de barro e capim, e mais três ruínas de palhoças.²³⁶

Fora da sede, nos diferentes distritos que pertenciam à região da Colônia Militar, havia “[...] cerca de quarenta e oito fogos, quase todos ranchos. [...] a população permanente orça por quatrocentos habitantes, e na época dos trabalhos de safra da herva-matte e corte de madeiras ascende a setecentos”²³⁷. Logo, tanto a Colônia Militar quanto sua região recebiam a influência do trabalho da retirada de erva mate e madeira.

Os administradores da Colônia Militar de Foz do Iguaçu permitiam que em períodos da colheita da erva mate os trabalhadores, possivelmente das obras, adentrassem em seu território para realizar a colheita, aumentando e muito a população da Colônia nestes períodos.

Pelo seu relatório podemos entender que o Coronel Torres Homem pretendia retomar os trabalhos da Colônia Militar para atender aos interesses dos obrageros, que segundo ele a “[...] população flutuante tendera naturalmente a aumentar muito em 1898, em virtude das medidas que tomei para desenvolver as explorações das mattas e das hervas da Colonia [...]”.

²³⁵ Idem. p. 10.

²³⁶ Idem. p. 11.

²³⁷ Idem. p. 11.

O Coronel comenta que um desses exploradores da natureza da região “[...] empregara já 87 peoes, que trazem consigo 24 mulheres e 20 filhos”²³⁸. Por isso, a Colônia estava se preparando para a vinda desses trabalhadores, entendendo que para isso necessitariam de equipamentos para desenvolver seus trabalhos, como muares, bois para carregarem cargas, bem como de alimentos e outros gêneros que a Colônia Militar produziria para atender a essa demanda.

Os produtos que obrigatoriamente teriam que vir de fora da Colônia Militar, como roupas, bebidas, remédios, entre outras mercadorias, tinham de ser comprados da Argentina. Torres Homem, em seu relatório, descreveu um trecho de uma carta do Tenente Edmundo de Barros, seu ajudante, na qual expõe alguns problemas relativos à Colônia Militar:

E é do estrangeiro que ainda nos vem algumas coisa, sempre fiada, como alimentação e utensílios por causa de varias medidas que tomei afim de, protegendo aos colonos, entreter a vinda dos vaporzinhos Argentinos, únicos que sobem por estas águas, em quanto houver para elles algum cedro e Herva-matte.²³⁹

Podemos notar que essas mercadorias não eram deixadas pelos comerciantes argentinos gratuitamente: eram trocadas pela moeda corrente na região, ou seja, erva mate e madeira.

Para solucionar o problema de falta de recurso do governo federal e estadual para a Colônia Militar, o Coronel Torres Homem passou a vender as madeiras que se encontravam nas terras da Colônia e a autorizar a retirada da erva mate por meio do pagamento de sua retirada à administração da Colônia.

[...] Calculando apenas pela metade os lucros que esta administração pensa em auferir das autorisacoes dedidas para corte de madeiras e colheita de herva-matte, pode-se garantir para a especificada renda eventual a quantia de quarenta contos de reis, annualmente.²⁴⁰

No mesmo relatório, o Coronel reclama que o governo havia dado como recursos à Colônia a quantia de vinte contos de reis que serviram apenas para pagar os soldos atrasados e ficando a dívida da administração anterior sem ser paga.

²³⁸ Idem. p. 12.

²³⁹ Idem. p. 19.

²⁴⁰ Idem. p. 21.

Torres Homem fez uma importante revelação sobre a região ser estratégica do ponto de vista militar:

Na aggressão, os únicos vizinhos a temer, os Argentinos, não cogitariam por certo de procurarem esta Colônia afim de transportarem-se ao Estado do Paraná, tendo de percorrer sertões e brenhas de mais de sessenta léguas de estensao, quando em seu próprio território, elles possuem um soberbo centro de concentração, a cidade de Posadas, oitenta leguas aquem do Iguassú [...].²⁴¹

Torres Homem teve em sua administração vários problemas. Antonio Marcos Myskiw faz uma citação de Egas Borba²⁴², na qual ele comenta da nomeação de Torres Homem para a referida Colônia Militar:

Entre as ponderações tecidas por Egas Borba sobre a nomeação do coronel Torres Homem para o posto de diretor da Colônia Militar de Foz do Iguaçu estava a seguinte: “Não duvidamos que a nomeação do denedado Coronel Torres Homem não passe de um premeditado massacre aos seus alvites e intransigentes princípios republicanos de uma vindeta talvez, mal sopitada pelos seus invejosos e gratuitos inimigos.”²⁴³

É bem possível que Torres Homem tenha feito tal comentário pela insatisfação de estar nessas terras. O Coronel Torres Homem diz que “[...] estas paragens não offerecem igualmente nenhum resultado patente, parecendo como já foi dito um appendice do território argentino ou paraguayano, de preferência a um posto brasileiro de vanguarda [...]”²⁴⁴ Torres Homem reclamava que não existe uma “[...] atmosphaera genuinamente brasileira [...]” entre os colonos e tampouco entre os militares que servem na Colônia Militar, “[...] não tem procedencia do nosso exército como são sequer nacionaes [...]”²⁴⁵ O militar reclamava da falta de efetivar uma identidade social e cultural entre os moradores da Colônia Militar para que esta seja uma referência na nação brasileira.

O militar ainda pontuou a necessidade de as autoridades encararem de outra forma a região, não somente como ponto estratégico militar:

²⁴¹ Idem. p. 23 – 24.

²⁴² Egas Borba foi professor na Colônia Militar de Foz do Iguaçu ele e os irmãos Barros se envolveram numa discussão com Alcibiades Plaisant este para se vingar publicou notas delatando vários militares da Colônia por meio de jornais de Guarapuava e do Rio de Janeiro, que será visto mais adiante.

²⁴³ MYSKIW, Antônio Marcos. A fronteira como destino de viagem... Op. Cit. p. 156.

²⁴⁴ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú... Op. Cit. p. 24.

²⁴⁵ Idem. p. 25.

Apartado assim todo o character militar d'esta porção, é preciso encaral-a porém como um centro de industria extractiva de madeira e herva-matte de real importância, offerecendo elementos bastantes para concorrer aos mercados platinos por via do rio Paraná [...].²⁴⁶

Com Torres Homem à frente da administração da Colônia Militar, houve vários conflitos entre os oficiais. Ele reclama de um oficial que ele deixou como encarregado do expediente:

Além de varias irregularidades administrativas por elle commettidas, mas que não constituíam crimes militares, tive de explorar-lhe uma grave infracção disciplinar, por ter tolerado, senão patrocinado, a que em detrimento do prestigio da autoridade procuraram fazer algumas pessoas, instrumentando-se dos fragmentos de uma carta particular, apanhada criminosamente no terreiro da casada Directoria.²⁴⁷

Esse episódio ocorreu por conta de uma carta que Torres Homem escreveu ao General Comandante do Distrito, ao qual relatava assuntos relativos à Colônia Militar. Conforme relatado pelo Coronel, os militares se envolviam em pequenos fatos que no decorrer do cotidiano tornavam-se assuntos cada vez mais complicados e, como a Colônia Militar era um posto do Exército, essas ocorrências tornavam-se caso de desordem ou insubordinação.

Torres Homem responsabilizava por esses atos o Tenente Edmundo de Barros, que era vice diretor nesse período, logo afastado pelo Coronel. Outro incidente ocorrido entre oficiais da Colônia Militar e Torres Homem teve como protagonista o Alferes Alcibíades Cezar Plaisant, que foi designado a trabalhar primeiramente na Colônia Militar de Chopim, mas, pela necessidade, foi encaminhado a servir em Foz do Iguaçu, assumindo várias vezes o comando da Colônia Militar de Foz na ausência do Tenente Edmundo de Barros.

O fato provocado por Torres Homem, Edmundo de Barros e Alcibíades Plaisant ganhou as páginas dos jornais “O Guaira”, da cidade de Guarapuava e do jornal “O Paiz”, do Rio de Janeiro.

No artigo publicado no Jornal O Paiz, de 1897, há referência à invasão dos revoltosos federalistas do conflito de 1894. Após a passagem destes pela Colônia Militar de

²⁴⁶ Idem. p. 25.

²⁴⁷ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório annual sobre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, 18 de dezembro de 1898. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]. p. 02.

Foz do Iguaçu, o lugar ficou “effectivamente destruído pelos bandos federalistas”²⁴⁸. Mencionou-se que “foram construídos com grande dificuldade e natural imperfeição, três ou quatro habitações para quartel e serviço administrativo.”²⁴⁹ Entretanto, no mesmo artigo relatou-se a situação de abandono em que a Colônia se encontrava naquele período, “ficando a dever-se até os pregos que seguraram as madeiras tiradas da matta.”²⁵⁰ E prosseguiu sua exposição, dizendo que “os dois ou três empregados que lá existem passam meses e annos sem receber ordenados, não se lembrando o governo que existem, nem mesmo para dar-lhes ordens.”²⁵¹

O referido artigo de “O Paiz” provocou um pequeno debate entre alguns militares que se encontravam trabalhando na colônia e de outros que já haviam deixado a mesma. O centro da discussão seria a administração da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, sendo que o alferes Alcibíades Plaisant e Luiz Antonio Xavier defendiam a administração da colônia, afirmando que esta continuava recebendo ajuda federal e estava cada vez mais se desenvolvendo comercial e economicamente, e em contrapartida, Mario Barros e Egas Borba atacavam a administração²⁵² e a situação na qual a mesma se encontrava.

Não ficaremos presos ao processo de discussão que esses artigos em jornais locais provocaram entre membros da Colônia Militar, mas eles são importantes para se ter acesso a duas versões. Dois militares defendendo a administração e o progresso da colônia e outros dois reduzindo a ajuda do governo e a situação na qual se encontra não só a colônia, mas também dos membros que nela se encontram.

Mario Barros, por sua vez, defendia a administração do irmão Edmundo de Barros à frente da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, refutando o artigo publicado no Jornal O Paiz, do Rio de Janeiro e reescrito na íntegra pelo Jornal O Guayra de Guarapuava.²⁵³ Estes artigos mencionam o abandono em que se encontrava a colônia, da falta de comando, de pagamentos e especialmente de materiais para que a mesma funcionasse. Dentre toda a

²⁴⁸ O PAIZ, “Colônia de Iguassú”. Rio de Janeiro, 11/09/1897. p. 3. Esse artigo foi republicado em sua íntegra no Jornal O Guayra, de Guarapuava, em 26/03/1898. p. 3 e 4; O acervo contendo a coleção do Jornal O Guayra está alocado no Centro de Documentação e Pesquisa da Unicentro, em Guarapuava/PR.

²⁴⁹ Idem. p. 03.

²⁵⁰ Idem. p. 03.

²⁵¹ Idem. p. 03 – 04.

²⁵² Atacam especificamente ao coronel Torres Homem e a Alcibíades Plaisant que ficou na função de vice diretor com a exoneração de Edmundo de Barros.

²⁵³ Mario Barros não era militar e sim irmão do tenente Edmundo de Barros. Provavelmente o artigo foi escrito a pedido do irmão Tenente Edmundo de Barros pelo fato de que Mario de Barros era escritor, literato e poeta guarapuavano. Outros dois irmãos do tenente Edmundo de Barros eram militares e, entre os anos de 1895 e 1897, exerceram funções na Colônia Militar de Foz do Iguaçu. O alferes Pacífico Antonio Xavier de Barros era comandante do destacamento de linha, ao passo que o alferes Fabriciano de Rego Barros cumpria as funções de almoxarife.

discussão que o irmão de Edmundo de Barros realizou, fez várias acusações a Alcebiades inclusive, a mais grave, dizendo que:

[...] criminoso é quem a sangue frio e sem se perturbar mandou fuzilar, em 1894, dezenas de pobres estrangeiros indefesos e quem tem sobre si as justas odiosidades e maldicoes pelo lutuoso, triste e vergonhoso sucesso do kilometro 65, conforme expontaneamente me confiou.²⁵⁴

O fato é bastante revelador e nos mostra que os militares em alguns momentos utilizaram-se da força que lhes era dada contra pessoas ou famílias que viviam na região da Colônia Militar.

Na edição de O Guayra, de 1897, o senhor Egas M. Borba criticou um artigo publicado no jornal O Paiz dizendo sobre “a nomeação do conspícuo Coronel Torres Homem para diretor affectivo”²⁵⁵ da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Em sua declaração de apoio ao então Coronel, Borba reclama que Torres Homem é um homem de princípios republicanos e que pela politicagem foi prejudicado pelo governo ao ser mandado à Colônia Militar, e completou,

[...] assim como também nunca duvidamos da pouca, ou nenhuma vontade do governo da União em socorre os martyres cumpridores da ordem e da Lei que alli se acham há cerca de 2 annos sem recurso de espécie alguma, desacreditados quase nas praças argentina e paraguay, das quaes dependem, porque o governo de seu paíz, preso a uma estreita esphera de politicagem pessoal, não se dignou alongar suas vistas até aquellas remotas paragens, senão agora para degradar a um militar distincto, cheio de relevantes serviços prestados á sua pátria.²⁵⁶

A citação é bastante elucidativa, pois demonstra que o governo perseguia militares que de alguma maneira tinham contrariado as “regras republicanas” do início desse regime, na década de 1890. A Colônia Militar era utilizada pelo governo da União para mandar oficiais insubordinados ou que mereciam um “afastamento” dos centros politicamente mais fortes. Ao que parece isso ocorreu com o Coronel Torres Homem.

Borba reclamava que não existia na colônia a presença do governo, por meio de um orçamento capaz de fazer com que a colônia deslanchasse para o progresso, ressaltando a importância da:

²⁵⁴ BARROS, Mario. “Colonia Iguassú”. O Guayra. Guarapuava, 26/03/1898. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro].

²⁵⁵ BORBA, Egas Morocines. “Colonia do Iguassú”. O Guayra. Guarapuava, 02/10/1897. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]. P. 03.

²⁵⁶ Idem. p. 04.

[...] estrada que vae ter á colônia militar do Xopim na extensão de 16 legoas, margeando o rio Iguassú – levantamento dos Saltos de Santa Maria que no futuro virá a ser um parque nacional, apontamentos para a confecção de um Regulamento para a colonia, mappa do território colonial [...] prova-o o seu vantajoso desenvolvimento commercial e industrial, a montagem de fabricas, de engenhos de serra e de canna, de olarias trabalhos de herva-matte em uma escala admiravel, beneficiamento de madeiras de lei [...] prova o crescente povoamento daquella zona que conta já para mais de 1500 almas.²⁵⁷

Novamente o autor preconizou algumas realizações que iriam mover as ações dos militares na região. A construção de estradas era uma preocupação dos militares em relação a Foz do Iguaçu. O potencial de se explorar os grandes Saltos de Santa Maria (Cataratas do Iguaçu) como uma enorme fonte de divulgação e entrada de divisas para a região, mesmo antes da criação do parque ou da visita de Santos Dumont, já era evidenciado, como na carta enviada ao jornal O Guayra. Ainda pontuava as vantagens da região da colônia, considerando uma injustiça o que o referido jornal O Paiz dizia sobre a mesma.

No ano de 1898, o alferes Alcibiades Cezar Plaisant enviou à redação do Jornal O Guayra uma carta aberta contra-atacando a carta escrita anteriormente por Egas M. Borba para o mesmo jornal, na qual ele reclamava da desordem e da falta de recurso e abandono em que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu se encontrava. Nessa carta aberta, Plaisant transcreveu uma comunicação sua com o diretor da colônia, dando a informação de que o ajudante despatriou alguns “vagabundos”, sendo Egas um deles. Plaisant ainda citou o Diretor Edmundo de Barros e os elogios que Plaisant

[...] prestou a esta administracao inolvidáveis serviços, devendo citar entre elles, que são muitos, varias construcções de casas para morada de official e mesmo de particulares, tudo escrupulosamente observado de accordo com as vigentes disposições legaes d’esta Colônia.²⁵⁸

Percebemos que alguns oficiais ficavam desgostosos pela permanência muito prolongada na região. A má condição de vida e o isolamento na fronteira levava-os a praticar fatos isolados que provocavam moléstia no corpo de oficiais e mesmo da população local. O fato é que o estado de abandono em que se encontrava a Colônia Militar nesse período, sobretudo as disputas pela ordem de comando, contribuíram para que as desavenças chegassem até os meios jornalísticos, através dos quais uns denunciavam os outros.

²⁵⁷ Idem. p. 04.

²⁵⁸ PLAISANT, Alcibiades Cezar. “Colonia Iguassú”. O Guayra. Guarapuava, 12/03/1898. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro].

O governo do Paraná, em 1897, enviou à região da Colônia Militar de Foz do Iguaçu uma comissão fiscal que tinha como finalidade controlar e arrecadar impostos sobre o comércio de erva mate e madeira. A instalação dessa comissão desagradou e muito o Coronel Torres Homem, pois além de interferir na administração da Colônia Militar também prejudicaria uma das únicas fontes de renda que a Colônia Militar tinha para prover suas principais necessidades. Por esse motivo, Coronel Torres Homem dispensou um tratamento pouco amigável com os membros da comissão, que sem saída:

Retiraram-se inopinadamente aquelles, uma vez depois, faltando ás mais comezinhas regrasde cortezia com a Directoria d'esta Colonia, e procurandodeprimir esta n'um relatorio, apregvado com a maiorindiscripção, com audição até de estrangeiros, e cujos termosprincipaes pude conhecer, mercê da lealdade do Senhor Cônsul do Brazil em Posadas, perante quem fizeram ostentação d'aquella peça.²⁵⁹

Claramente percebe-se que os interesses do Coronel em relação à Colônia Militar estavam em jogo, pois o aluguel cobrado pelo arrendamento das terras pertencentes à Colônia Militar garantiam sua sobrevivência.

A Colônia Militar não sobrevivia exclusivamente da cobrança de impostos dos comerciantes de erva mate e madeira. Seus administradores, especialmente Torres Homem, incentivavam o plantio de outros gêneros agrícolas, como feijão, milho, cana de açúcar e a criação de animais como galinhas, porcos e vacas, entre outros. Essas mercadorias eram utilizadas como moeda de troca nos vapores que subiam o rio Paraná para abastecer as obrages. No entanto, a Colônia Militar passava por muitas dificuldades financeiras. Antonio Marcos Miskyw aponta que:

[...] a administração descuidada do tenente Edmundo de Barros e a ausência de recursos financeiros na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Curitiba, colaboraram para a ampliação da crise financeira da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Pedidos de demissão de alguns operários civis e a deserção de outros militares estavam entre as primeiras conseqüências, seguidas pela limitação de crédito à Colônia Militar junto aos comerciantes argentinos e paraguaios.²⁶⁰

A solução encontrada por Torres Homem foi a de aumentar os impostos cobrados junto aos colonos e comerciantes da Colônia Militar, ação fez com que muitos

²⁵⁹ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório annual sobre a Colônia Militar... Op. Cit. p. 06.

²⁶⁰ MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem... Op. Cit. p. 159.

colonos e comerciantes começassem a ir embora da Colônia Militar. Contudo, o grande problema que a Colônia Militar enfrentava, segundo Torres Homem, era:

O mato.

É esse que, cingindo a estreitamente por todos os lados, constitui-se o principal factor, em minha opinião, do estado de barbaria, em que ainda se encontra esta colonia.

Debalda-se para a cultura, segundo a lei, um lote colonial de mil eoitenta e nove hectares de terra quasi todas de plantio, no Valle do Iguassú e no plato do Paraná, podesse assegurar que o maior esforço do colono, essa luta com a mata, que tem de abater a machado, arvore apoz arvore, não lhe permite roçar mais do que a decima parte d'áquella ária.²⁶¹

A densidade das matas esbarrava nos trabalhos desenvolvidos pelos militares na região. O problema enfrentado pelos militares nesse sentido:

Assim tambem, e em vão que extorciasse em cuidados e despesas a administração, para abrir e conservar os caminhos coloniaes, estes são em tempo breve invadidos o mesmo obstruidos por uma feroz vejetação rasteira, ou pela queda dos ulteros troncos marginaes. Em roçar o chão da séde colonial, vivam constantemente, ocupados os praças do destacamento, porque sem isso desapareciam breve da vista a edificação da colonia, no seio das urzes. Com igual intuito, tenho pessoal empregado em cortar mato na extensão do da barranca do Paraná, marginal da séde da colonia, para não furtal-a á vista das embarcações que passam no rio, e facilitar ao mesmo tempo a atracação dos pequenos vapores, poem – u'a em comunicação com a civilização, infelizmente só representada pela Republica Argentina, nestas paragens. Tenho tentado o possivel para realizar, tambem a Colonia ao Brazil, ordenando sempre trabalhos para melhorar a passagem pelo mato, n'uma extensão de sessenta e duas leguas, até Guarapuava, Cidade mais visinha no Estado do Paraná.²⁶²

Esses problemas deixavam a Colônia Militar sem nenhuma comunicação com o lado brasileiro por até três meses, tendo como único meio de notícias as provenientes do lado paraguaio e argentino.

Uma das poucas diversões que os colonos e trabalhadores da Colônia Militar tinham eram os boliches²⁶³ que se tornavam locais de encontro desses indivíduos. Porém, ao que parece, também eram motivos para desentendimentos, pois Torres Homem, afirma que:

²⁶¹ TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório annual sobre a Colônia Militar... Op. Cit. p. 06.

²⁶² Idem. p. 06 – 07.

²⁶³ Boliche: termo da língua espanhola que significa bar, ou lanchonete.

Revoguei uma medida que havia adoptado com caracter policial para impedir a existencia de boliches, ou casas de vender cachaça; obrigando-os a pagar avultada quantia pela licença: annuallei essa medida, por ter sido mal interpretado em seus intuitos, substituindo-a por multas.²⁶⁴

A população provavelmente pressionou o Coronel, que acabou deixando os estabelecimentos funcionarem, ficando a multa para o caso de ocorrência de alguma desavença ou desordem pública. Entretanto é notório o conflito entre o administrador da Colônia Militar com a população, especialmente a trabalhadora que tinha como ponto de encontro os boliches, local onde se encontravam para beber e de se divertirem.

Os lotes distribuídos pela administração colonial aos colonos gradativamente eram abandonados; poucos eram os lotes nesse período que resistiam ao isolamento da região e ao mato que não permitia que as culturas agrícolas se desenvolvessem. Torres Homem comenta que somente:

As explorações de herva-matte, principalmente, os trabalhos de corte de madeira promoveram notavel augmento da população fluctuante, que avalia-se n'este momento em seiscentas pessoas, representados pelos operarios, e suas famílias, em diversos acampamentos visinhos do Paraná e do Iguassú.²⁶⁵

As populações “flutuantes”, como denominadas por Torres Homem, também promoviam distúrbios na Colônia Militar, que geralmente eram solucionados pelo próprio contratante da mão de obra.

Segundo o Coronel Torres Homem, a Colônia Militar pouco se desenvolveu, conforme o planejado pelos seus idealizadores, e também que:

De industrias nada tenho a informar, apenas conhecendo individuos, que vivem de expedientes, na séde colonial, apesar de que tenho muito me esforçado para combater taes habitos de preguiça e indolencia, que alimentama miseria e a barbaria deste logar, isolado e abandonado.²⁶⁶

Na visão de Torres Homem, a Colônia Militar tinha grandes problemas referentes às pessoas responsáveis pelo comando da mesma, à natureza que não colaborava com o desenvolvimento de uma cultura agrícola e às pessoas que ali viviam e não pensavam

²⁶⁴ Idem. p. 12.

²⁶⁵ Idem. p. 13.

²⁶⁶ Idem. p. 16.

em seu desenvolvimento, mas acima de tudo, a Colônia Militar enfrentava o isolamento e o Coronel nada podia fazer para minimizar esse problema.

Além desses problemas a falta de uma produção tanto agrícola como industrial para dinamizar o comércio da Colônia Militar resultava em um ócio que era mal visto pelo Coronel fazendo com que em seus relatos referentes as relações sociais no interior da Colônia fosse visto com bastante pessimismo.

Percebemos que os militares foram nacionalizando o território por meio do controle e da cobrança de impostos dos produtos retirados da natureza da região da Colônia Militar. A erva mate e a madeira permitiram a sobrevivência e a permanência da Colônia em seus primeiros anos de existência, pois sem essa cobrança os militares, principalmente os de baixo escalão, desertavam e deixavam a Colônia sem trabalhadores e vigilantes do rio e das matas. Entretanto as ações dos militares sofreram com os conflitos gerados pelas populações que viviam na região, tanto pelos trabalhadores, como pelos indígenas, que resistiram a sua maneira aos atos de dominação social praticado pelos militares.

Outro visitante que realizou comentários sobre a Colonia Militar de Foz do Iguaçu foi Cândido Ferreira de Abreu. Este nasceu em Curitiba, cursou engenharia no Rio de Janeiro e foi trabalhar na construção da ferrovia Madeira – Maimoré, posteriormente trabalhou no Rio Grande do Sul, onde adquiriu experiência na construção de estradas para o governo. Ao retornar para o Paraná trabalhou como inspetor de terras em várias construções de estradas para o governo do Estado do Paraná. Foi Deputado Estadual (1901 – 1903), Deputado Federal (1903 – 1906) e entre 1901 e 1905 foi o responsável por demarcar as terras devolutas que foram destinadas a Domingos Barthe, um dos grandes obrageros no período da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, e foi prefeito de Curitiba de 1913 a 1916.

É importante destacar que o autor do relato não foi um militar, mas engenheiro e político, por essa razão sua visão sobre a Colônia Militar e da região difere dos demais relatos. Martins Franco foi convidado para colaborar na medição das terras dos argentinos Domingos Barthe e Nuñez e Gibaja. Os viajantes aproveitaram a viagem para visitar os Saltos de Santa Maria, atualmente, Cataratas de Foz do Iguaçu. Partiram em 7 de setembro de 1904 do Rio de Janeiro de navio indo até Buenos Aires, onde, pelo rio Paraná chegaram até a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

O organizador da publicação de Cândido Ferreira de Abreu, Julio Moreira, comenta que o engenheiro realizou suas anotações em um caderno de notas que não foi publicado e parte considerável dele extraviou-se com o tempo, restando algumas folhas avulsas no momento da publicação dessas notas, em 1974. Por isso, seu texto foi dividido em

duas partes “Visita ao Salto de Santa Maria” e “Colônia Militar do Iguaçu”. Por não conseguirmos ter acesso ao caderno original, não sabemos se a publicação corresponde a uma divisão realizada por Cândido Ferreira de Abreu, ou pelo seu organizador Julio Moreira.

A visita de Cândido Ferreira de Abreu aos Saltos aconteceu no dia 5 de abril de 1905 e acompanhou o engenheiro o Tenente Engenheiro José Ozório. Os dois realizaram uma parada na casa de Jesus Val para o almoço, posteriormente seguiram de carroça pela estrada que levava aos Saltos seguidos por mais dois peões.²⁶⁷

Seguiram pela estrada que construída a pedido da comerciante argentina Victoria Aguirre, que tinha como objetivo ter mais um acesso à região das cataratas e poder visitá-la. No entanto, Cândido Ferreira de Abreu enfatiza que é “[...] uma estrada em abandono. [...]”.²⁶⁸

A viagem foi dura, “Dezoito km percorridos em três horas aos solavancos [...]”,²⁶⁹ assim chegaram ao hotel, “[...] deixemos passar a classificação de hotel dada a um rancho de madeira com três compartimentos; o do meio destinado às refeições e o das extremidades aos hóspedes [...]”,²⁷⁰ onde não havia separação por sexo e as camas eram de ferro espalhadas pelo chão. Contudo, o hotel ficava bem perto dos saltos, pois Cândido Ferreira de Abreu relata que podia vê-los do hotel, mas que era tarde para poder visitá-los; mais de cinco horas da tarde e logo anoiteceria.

Acompanhados de duas máquinas fotográficas, os turistas bateram fotos. Cândido Ferreira de Abreu escreveu sobre o perigo da travessia do lado argentino para o brasileiro, dos saltos, suas belezas, magnitude e suas paisagens. O engenheiro faz menção também aos nomes alusivos dados aos saltos, como já foi dito, alusivos aos heróis da República brasileira.²⁷¹

Na segunda parte do texto de Cândido Ferreira de Abreu, ele descreve os aspectos físicos e sociais da Colônia Militar de Foz do Iguaçu e realiza um censo da população da Colônia Militar nesse período:

²⁶⁷ ABREU, Cândido Ferreira de. Visita ao Salto de Santa Maria. In. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XXII, 1974. p. 119.

²⁶⁸ Idem. p. 120.

²⁶⁹ Idem. p. 120 – 125.

²⁷⁰ Idem. p. 120.

²⁷¹ Idem. p. 121.

Com uma População civil de cerca de mil almas representadas por peões ou trabalhadores nas matas para extração da erva-mate e madeiras, população essa composta quase exclusivamente de paraguaios e argentinos. A população colonial é composta de 58 famílias que ocupam lotes concedidos pela Diretoria da Colônia [...].²⁷²

O engenheiro relata também a mudança realizada pelo Ministro da Guerra General J. N. de Medeiro Mallet, em 1902 que aumentava a área rural da Colônia Militar que “[...] pelo rio Paraná vão até 45 km e 25 km pelo rio Iguaçu [...]”.²⁷³

Ainda sobre a população da Colônia Militar, Cândido Ferreira de Abreu relata que dos “[...] 58 nomes de colonos aos quais foram concedidos lotes, 33 são estrangeiros, 5 são solteiros e imprestáveis moram na sede [...]”.²⁷⁴ A fala do engenheiro demonstra que a maioria da população ainda era estrangeira e que os militares insistiam na ocupação do espaço mesmo com essas pessoas. Entretanto, o que Cândido Ferreira de Abreu quis dizer com “solteiros imprestáveis”? Concluimos que pela condição de solteiros, tinham idéias diferentes dos homens casados em relação à ocupação dos espaços da Colônia Militar, ou seja, pouco interesse em explorar as terras e o comércio, diferente dos homens casados que viam no progresso uma forma de sustentar suas famílias.

Cândido Ferreira de Abreu reclamava dos colonos pela devastação realizada pelos mesmos na região, dizendo que:

Em ofício nº 140 de 25 de outubro de 1904 o chefe da Comissão Fiscal do Paraná dirigia-se a Diretoria da Colônia reclamando contra os trabalhos de elaboração de erva-mate feito pelo colono Manoel Alves Serrão [...]. Este sistema de colonizar devastando as matas sem o menor benefício para o solo e para o futuro interesse do Estado foi há temos inaugurado pelas administrações passadas e ainda hoje seguida com grave prejuízo não só dos créditos da própria colônia como de sua administração.²⁷⁵

Tornava-se visível que se a floresta fosse utilizada como estava sendo, em pouco tempo não restaria mais nada para ser comercializado.

Segundo as narrativas de Cândido Ferreira de Abreu, as ações dos militares na região estavam totalmente comprometidas. Para ele vários militares vinham à região “[...] com o pensamento premeditado em fazer fortuna em pouco tempo ou mesmo para dirimir

²⁷² Idem. p. 129. Notamos que Julio Nogueira deve ter também realizado a leitura dos escritos de Cândido Ferreira de Abreu, pois, com a análise de vários documentos do período, os escritos não correspondem com a forma de escrita do período.

²⁷³ Idem. p. 129.

²⁷⁴ Idem. p. 129.

²⁷⁵ Idem. p.129 – 130.

situações financeiras difíceis [...]”.²⁷⁶ Salvo raras exceções, essa prática se estende a todos os membros da Colônia Militar:

[...] Cada oficial é um negociante disfarçado, mas ostensivamente como o alferes farmacêutico, que negocia em madeiras, ou como o também alferes secretário que negocia em fazendas da sociedade com Pedroso e outros, enfim, com o atual diretor interino, este é tenente, Antônio Pimenta da Cunha que negocia com os próprios colonos com o intermédio da casa Leôncio.²⁷⁷

Sobre essas acusações, o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu afirma não ter provas, porém “[...] estas ocorrências são públicas na Colônia e me foram referidas por pessoa insuspeita [...]”.²⁷⁸ Ressaltou ainda que desde que foi fundada, a Colônia Militar é consequência de uma “[...] série ininterrupta de desmandos e erros e descalabros [...]”.²⁷⁹ Por parte do corpo de oficiais da Colônia Militar.

O viajante-engenheiro divide o tempo da Colônia Militar em dois momentos; o primeiro correspondia à administração militar, pelo então Tenente Edmundo de Barros. Segundo Cândido Ferreira de Abreu, praticamente todas as grandes edificações da Colônia, assim como a conservação das estradas, o zelo pela administração voltada à nação podia ser visto nesse período. O segundo momento era justamente o que se estava vivendo, ou seja, um período de corrupção e pouca preocupação pelo bem público, que teria se iniciado com a vinda do Coronel Torres Homem à Colônia Militar:

O período de desmandos começou na diretoria do Coronel Torres Homem. Por perseguição política ou por castigo disciplinar o Ministro da Guerra Mallet obrigou a esse oficial a vir dirigir os destinos da Colônia. Aí ao chegar faleceu sua senhora e ele nos momentos de cólera esbravejava contra aquele Ministro.²⁸⁰

Por meio das narrativas percebemos que os militares, com o tempo, transformaram suas funções administrativas, passando a ser “comerciantes”, com claras relações com os obrajeros da região, desmontando a idéia de grandes e abnegados patriotas defendendo a fronteira nacional, mas sim vendendo e dando concessões para a retirada da erva mate e da madeira da região da Colônia Militar.

²⁷⁶ Idem. p. 130.

²⁷⁷ Idem. p. 130.

²⁷⁸ Idem. p. 130.

²⁷⁹ Idem. p. 130.

²⁸⁰ Idem. p. 131.

Em outro relato de viagem, Arthur Martins Franco, que foi engenheiro e trabalhou com seu amigo, o também engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, na demarcação das terras devolutas no Oeste paranaense como Comissário de Terras, realizou várias demarcações pelo interior do Estado, foi secretário de Fazenda no governo de Carlos Cavalcanti e trabalhou também como Diretor do Museu Paranaense, em Curitiba. Ele escreveu sobre as duas viagens que realizou à região da Colônia Militar, a primeira em 1904 e a segunda em 1913. A primeira viagem, realizada em 1904, foi feita pelo mar, saindo de Paranaguá a São Francisco, e daí a Montevideu e Buenos Aires, seguindo pelo rio da Prata e depois pelo rio Paraná, passando pelas cidades de Rosário, Corrientes, Posadas até seu destino, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

A segunda viagem foi realizada por linhas férreas, partindo de Curitiba com destino a Uruguaiana, dessa cidade o trem passou pela cidade de Passo de los Libres até Posadas, posteriormente, a viagem foi realizada de barco pelo rio Paraná até a Colônia Militar de Foz do Iguaçu.²⁸¹

Arthur Martins Franco também não foi militar, era engenheiro civil e funcionário público de carreira. Sua visão sobre a Colônia Militar e a região Oeste do Paraná também diferencia-se da dos militares. Sua viagem realizada em 1904 teve início nos últimos dias do mês de agosto e contou com várias paradas nos portos que dos rios da Prata e Paraná, ora em território paraguaio, ora em território argentino, durante o percurso da viagem. A chegada à Colônia Militar de Foz do Iguaçu aconteceu no dia 8 de outubro de 1904, ou seja, mais de um mês durou essa viagem. Ao chegarem à Colônia Militar foram recebidos pelos membros da Comissão de Estadual de Rendas Alfredo Dulcideo Pereira, Walfrido de Abreu e Egas Borba, e foram recebidos também pelos moradores da Colônia Fulgencio Pedroso e Dom Jesus Val; na residência deste último foi onde os viajantes se hospedaram.

Após realizarem a visita aos saltos de Santa Maria (Cataratas do Iguaçu), o grupo partira para o recém aberto Porto 12 de outubro para os trabalhos de demarcação das terras que o governo do Paraná concedeu para as empresas argentinas de Domingos Barthe e Nuñez y Gybaja, às margens do rio Paraná. Desse Porto, o grupo se dividiu em dois para dar início às medições, que terminaram quando os grupos encontraram-se em meados de janeiro de 1905. O trabalho de medição durou cerca de três meses no interior da mata. Enquanto os dois grupos partiram para as medições, um grupo ficou no acampamento central no Porto 12

²⁸¹ Cf. FRANCO, Arthur Martins. Recordações de viagens ao alto Paraná. S/ed. 1973.

de outubro, realizando trabalho de retirada da erva mate e da madeira a serviço da empresa Nuñez y Gybaja.²⁸²

Grande parte do relato de Arthur Martins Franco se concentra em discorrer sobre a viagem, sobre os lugares que foram visitados e as aventuras nas matas durante o trabalho de medição das terras de Nuñez y Gybaja. Alguns fatos de seu relato nos chamam a atenção, pois ao terminarem os trabalhos o grupo ganhou alguns dias de folga que foram tirados na cidade de Posadas, na Argentina.

Ao chegarem nessa cidade, o dono do hotel onde estavam hospedados informou a Arthur Martins Franco que havia se hospedado um brasileiro que tinha como destino a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Ao verificarem, viram que se tratava do Coronel Navarro Drumond. As finalidades da viagem desse oficial à Colônia Militar não foi narrada por Arthur Martins Franco, porém o grupo informou ao Coronel sobre o amedrontador “cajon”.

O tenente Pimenta de Araujo, para melhor castigar aqueles que caíam no seu desagrado, mandara colocar dentro de um dos quartos da casa que servia de cadeia, uma grande caixa, onde cabia uma pessoa de cócoras ou mal sentada e dentro dele mandava prender a quem desejava castigar não somente as praças que estavam sob o seu comando, mas também os civis que incorriam em suas iras [...].²⁸³

Evidentemente os militares se utilizavam do abuso de autoridade para impor sua vontade às pessoas. Entretanto os motivos para que tais castigos fossem realizados nos trabalhadores que circulavam acerca da Colônia Militar é uma incógnita. Parece-nos que para impor a autoridade e o respeito desejado pelos militares às populações pode nos fornecer os motivos para os atos dos mesmos. Outros abusos também podem ter ocorrido durante a administração. A informação de tal castigo era conhecida por todos que circulavam pelo rio Paraná, a ponto de que, se uma pessoa questionasse o destino do viajante e esse dizia que era a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, prontamente era perguntado: “Pero usted no tiene miedo del cajon?”²⁸⁴

Segundo Arthur Martins Franco o coronel Navarro Drumond ficou surpreso com a narrativa e prometeu ao grupo que esses fatos não iriam se repetir mais, o que conforme o autor efetivamente tal ato não mais ocorreu. Depois do descanso em Posadas, o grupo subiu o rio Paraná novamente, para medir as terras devolutas destinadas à empresa de

²⁸² Idem. p. 12 – 43.

²⁸³ Idem. p. 44.

²⁸⁴ Idem. p. 44.

Em Posadas, na Argentina, Arthur Martins Franco, em um diálogo com Alfredo Alves, comenta sobre o roteiro de sua viagem:

[...] resultou não ser nosso intuito ficar-mos logo na Foz do Iguaçu, mas seguirmos adiante, até Porto Artaza, ponto terminal da viagem do 'Edalira', onde encontraríamos meios de transporte até o Guayra, fornecidos pela Mate Laranjeiras, pois desejávamos conhecer de visu (sic) toda a zona subordinada ao Fisco Estadual, situação, importância dos portos e providenciar também o necessário para a permanência dos 'guardas' nesses portos [...].²⁸⁷

O grupo da Coletoria, além de conhecer a região, queria também colocar guardas para melhor controlar o fluxo de mercadorias que passassem pelo rio Paraná com destino ao mercado platino.²⁸⁸

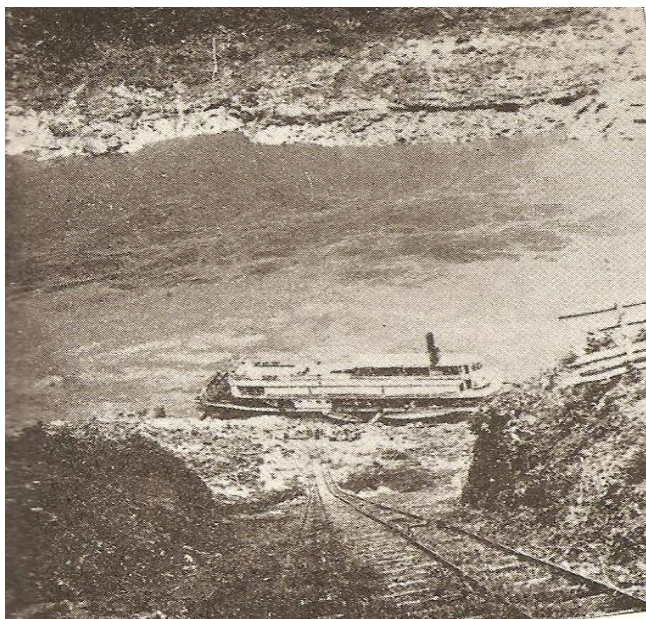
Ao subir o rio Paraná com destino a Guaíra, Arthur Martins Franco relata como era realizado o escoamento da produção da erva mate e a madeira, ao visitar o Porto Artaza, de propriedade de Julio Alica: "Por este porto, servido por uma 'Zorra', o proprietário exporta a herva-mate fabricada no interior."²⁸⁹

Não eram todos os portos que tinham uma zorra, apenas os obrageros mais abastados tinham uma, que era composta por duas linhas de trem com dois carris que sobem e descem do ponto alto da barranca até a margem do rio, onde o vapor esperava para carregar as mercadorias. Serviam também para descarregar produtos e pessoas do vapor para o alto do porto.

²⁸⁷ Idem. p. 55.

²⁸⁸ A Companhia Matte Laranjeira era a empresa de procedência argentina que conseguiu junto ao governo monárquico autorização para explorar o comércio da erva mate no Alto rio Paraná (acima dos saltos de Sete Quedas).

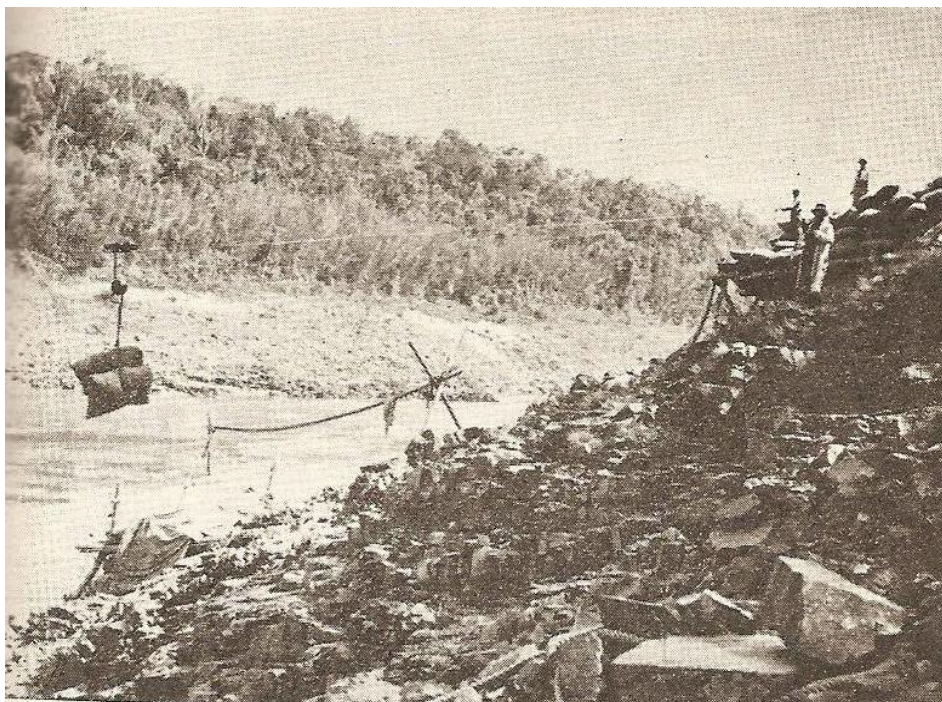
²⁸⁹ Idem. p 56.

Imagem n. 1

Legenda: Fotografia de um porto no rio Paraná onde mostra uma zorra por onde era descarregada e alçada as mercadorias.

Fonte: FRANCO, Arthur Martins. Recordações de Viagens... Op. Cit. p 79.

Em regiões muito acidentadas, que impediam a aproximação do vapor até a margem do rio, o transporte da erva mate era feito pelo cabo aéreo, ou seja, passava-se um cabo, geralmente de aço, de um lado a outro da margem do rio, amarravam-se os sacos com erva mate e passavam pelo cabo até o vapor.

Imagem n. 2

Legenda: Transporte de mercadorias por meio de cabos de aço da barranca do rio até o navio.

Fonte: FRANCO, Arthur Martins. Recordações de Viagens... Op. Cit. p. 81.

O trabalho era desenvolvido pelos mensús, denominação retirada do livro de Ruy Cristovam Wachovicz ²⁹⁰. Entretanto, é Arthur Martins Franco que caracteriza como funcionava a contratação desse trabalhador pelas empresas argentinas:

A 'peonada' que vai trabalhar nessas empresas, ao ser encontrada antes de seguir para o serviço, recebe um adiantamento a que chamam de 'antecipo', de algumas centenas de 'pesos' e, enquanto aguarda no porto o dia do embarque, gasta em bebidas, nos 'perigundins' e outras diversões, o que recebera e vai para o serviço, pagar aquilo que gastou – o 'antecipo', ficando, portanto obrigado, por um certo tempo, a permanecer no serviço até a liquidação do seu debito, pelo menos. Para garantirem a permanência do pessoal no trabalho as empresas tomam providencias necessárias para evitar a fuga deles, e, entre essas providencias, as empresas à margem dos rios navegáveis, costumam ter bem seguras as pequenas embarcações que possam ser utilizadas para aquela fim (sic). ²⁹¹

Em vários trechos de sua obra, Arthur Martins Franco discorreu sobre o trabalho dessa população, que vivia às margens do rio Paraná e eram especialmente de origem paraguaia que, como percebemos, trabalhavam de forma quase servil a esses obrageros. No

²⁹⁰ WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Obrageros, Mensus e Colonos... Op. Cit.

²⁹¹ FRANCO, Arthur Martins. Recordações de viagens ao alto Paraná... Op. Cit. p. 59.

entanto, outros fatores também contribuíram para a utilização dessas populações no trabalho de extração da erva mate. Gilmar Arruda, em sua pesquisa, destaca o conhecimento e experiência que os povos indígenas tinham sobre a erva mate, visto que já utilizavam a planta há séculos como remédio, chá, ou mesmo o tereré tomado frio juntamente com outras ervas.

Segundo Gilmar Arruda, a planta erva mate já era utilizada muito antes da colonização branca nessa região e sua utilização foi introduzida pelos padres Jesuítas a partir do século XVIII.²⁹² A utilização da erva mate por essas populações lhes proporcionou, de certa forma, uma tradição cultural relacionada com a erva mate, sua produção, colheita e degustação.²⁹³

Arruda reforça sobre alguns aspectos culturais desenvolvidos pelos indígenas relacionados à cultura da erva mate:

[...] subir nas árvores era preciso rapidez e perícia, o corte dos galhos não sofria solução de continuidade, a avaliação da quantidade já cortada exigia um bom conhecimento e experiência, para separar a erva era necessária muita prática. Em todos estes momentos do trabalho do mineiro estava presente a necessidade de um saber-fazer que somente a prática e a tradição cultural poderiam propiciar.²⁹⁴

A exploração da erva mate na região era propícia aos obrageros, por conta da barata e abundante mão de obra dos paraguaios na região, populações descendentes dos índios guaranis produtores e consumidores de erva mate. Por esse aspecto não compensava a vinda de brasileiros a essas terras, pois o brasileiro não trabalharia nas mesmas condições que os paraguaios, que aceitavam a tarefa por dois motivos: a falta de outro tipo de trabalho e a tradição dessas populações formada pela cultura da erva mate, há séculos.

Bem mais que simples residentes, os *mensús* da região trabalhavam e desenvolviam a vida econômica das grandes propriedades de terras e de seus proprietários. Pelo contexto de exploração das terras baseado na retirada da erva mate e da madeira, essas populações também desenvolviam sua cultura nesse modelo de vida, ou seja, na cultura da erva mate e de vida nas matas da região. Assim, em nenhum momento, nos documentos produzidos pelos militares e viajantes, os *mensús* são vistos como uma população ociosa. Os referidos documentos ressaltam a condição difícil do trabalho desenvolvido nas matas como penoso e que o Brasil ou os brasileiros deveriam aproveitar para ocupar a região.

²⁹² ARRUDA, Gilmar. Frutos da Terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira. Londrina: Editora UEL, 1997. p 86.

²⁹³ Idem. p. 88.

²⁹⁴ Idem. p. 89.

Em uma viagem realizada em 4 de janeiro de 1874, Silveira Netto, que nasceu em Morretes, concluiu seus estudos em Curitiba e em 1893 foi funcionário da Delegacia Fiscal de Curitiba, desempenhando a função de escriturário e inspetor, cargo que o fez viajar para várias partes do Estado. Em 1904, foi designado a instalar a Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda na Colônia Militar de Foz do Iguaçu; todavia, sua viagem para essa região só ocorreu em setembro de 1905.

Conjuntamente com Benedito Nicolau dos Santos, Silveira Netto partiu de Curitiba a Paranaguá, passou por Montevideú, Buenos Aires, Corrientes, Posadas até chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, por meio do rio Paraná. A viagem foi feita em companhia de sua esposa, Amélia Cassiana Alcântara, e seus cinco filhos, Tasso, Hiran, Eloah, Antar e Heleno. Silveira Netto e sua família retornaram a Curitiba em fevereiro de 1906, pelo fato de que toda a família teve que se tratar de “febre palustre”²⁹⁵ contraída na região da Colônia Militar.

Em seu relato, Silveira Netto pontua as dificuldades pelas quais passa a Colônia Militar de Foz do Iguaçu:

Atualmente a antiga colônia militar da Foz do Iguaçu (agrícola e pastoril, mas onde até galinhas, ovos e produtos da pequena lavoura, tal o milho, o feijão e legumes, eram adquiridos a bordo dos navios que subiam de Posadas, a capital de Misiones argentinas. Isto ainda em 1905) é uma cidade, no limiar do progresso, apenas; mas já tem foros de cidade e com eles conta elementos de vida material e econômica bastantes para a animação da localidade. [...].²⁹⁶

A explanação de Silveira Netto é esclarecedora, isso porque a Colônia Militar, que foi uma instituição planejada para ocupar a região com os elementos da nação brasileira, sendo que um dos instrumentos utilizados para tal fim seria a presença de colonos produzindo e comercializando em moeda brasileira. Passados quinze anos de sua fundação, o que explica o fato da Colônia Militar ficar totalmente dependente dos produtos estrangeiros, especialmente dos comerciantes argentinos? Será que as galinhas não se reproduziam na região? As terras eram inférteis para produzir feijão, milho?

Os documentos analisados provam que não produziam-se alimentos, criavam-se animais, ou seja, a Colônia Militar produzia os meios necessários para desenvolver a vida nessa região. Portanto, por que não se produzia?

²⁹⁵ Mais conhecida como malária.

²⁹⁶ SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. Do Guairá aos Saltos do Iguaçu. Curitiba: fundação Cultural: Farol do Saber, 1995. p. 23 – 24.

Candido Ferreira de Abreu nos forneceu uma resposta, ao dizer que todos os oficiais da Colônia Militar eram negociantes, seja de madeira ou de erva mate. Sendo assim, reproduzir o sistema social que os obrageros desenvolviam na região também colaborava com os negócios dos militares. Quem nos fornece dados sobre esse sistema obragero é Ruy Cristovam Wachovicz.

[...] Nas barrancas do rio Paraná, a agricultura era terminantemente proibida no interior das obrages. O mensu, ou a mulher deste, estavam proibidos de plantar para si. Nem criar galinhas. Não podia plantar. Para isso tinha o armazém. Se a família do mensu plantasse milho ou mandioca, diminuiria o lucro do armazém, e ele mais facilmente poderia libertar-se da opressão de sua corrente [...].²⁹⁷

Os trabalhadores das obrages, segundo Wachovicz, além do adelanto recebiam crédito no armazém da obrage para produtos de primeira necessidade. Esse armazém era de propriedade do obragero, ou seja, ele ganhava com o trabalho e com a venda dos gêneros alimentícios, que eram vendidos por um valor bem mais alto do praticado no mercado.²⁹⁸

Os militares na região da Colônia Militar também podiam realizar essa prática, pois não permitindo que os colonos produzissem alimentos para serem comercializados, colaboravam com os obrageros e sua dominação. Como também não davam liberdade agrícola aos colonos, que tornavam-se dependentes dos militares que, por sua vez, poderiam não permitir a entrada desses alimentos na Colônia Militar, sendo uma forma de dominação sobre esses trabalhadores. Nesse sentido, tanto os administradores da Colônia Militar quanto os oficiais desenvolveram com os comerciantes obrageros, vínculos de dominação sobre os colonos e mensús.

3.3 DA COLÔNIA MILITAR À CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU: DAS OBRAGES À VOCAÇÃO TURÍSTICA DA CIDADE

A Colônia Militar, pouco a pouco, despertava menos interesse para as autoridades políticas, tanto nacionais quanto do Estado do Paraná. O comércio dos elementos naturais da região da erva mate e da madeira rendia pouca arrecadação para os cofres públicos por esse motivo o interesse de instalar órgãos oficiais no intuito de aumentar a arrecadação e a

²⁹⁷ WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Obrageros, Mensus e Colonos... Op. Cit. p. 50.

²⁹⁸ Idem. p. 50.

burocracia na região não aumentavam. Conforme a Colônia Militar foi sendo deixada para segundo plano uma classe de cidadãos começaram a formar um discurso político no sentido de formar na região sua dominação. Especialmente ligada aos rumos sociais e econômicos que a população deveria tomar.

Silveira Netto conta que: “A população nessa época (1905) orçava em 2000 almas.”²⁹⁹ Ao chegar à Colônia Militar, decorridos mais de vinte dias de viagem por meio do rio Paraná, essa era a impressão do viajante sobre o lugar:

[...] De novo em marcha, a cinco quilômetros acima, defrontamos o porto de desembarque da Colônia Militar. Alta barranca interceptando a vista do lugar; uma escada de madeira descendo até a praia, era a desoladora a primeira impressão que tínhamos da esperada fronteira.³⁰⁰

A primeira impressão da Colônia Militar não despertava nenhum interesse, nem demonstrava o local como especial, ou seja, tratava-se apenas de uma localidade da nação brasileira, conforme relata Silveira Netto. A única diferença era a presença de vários oficiais militares do Exército brasileiro e as instituições públicas e seus representantes que ali estavam instaladas. Ao identificar esses indivíduos da Colônia Militar, Silveira Netto destaca a pessoa de Jorge Schimmelpfeng “[...] antes chefe da repartição estadual, e depois dos mais fortes negociantes e industriais dali [...]”³⁰¹ como destaca também outros moradores da região. O poeta Silveira Netto também destaca a dificuldade de se manter uma cultura voltada à representação brasileira:

Ao chegarmos, em 1905, a feição característica da Colônia era mais de uma povoação estrangeira; raro, o dinheiro nacional quando aparecia era mais como um hóspede, prevalecendo, no comércio local, para todos os efeitos, o *peso* papel argentino.³⁰²

A falta de dinheiro e de comércio com dinheiro brasileiro faziam do peso argentino a única moeda na região. Isso leva a crer que a moeda vigente dos militares era a erva mate e a madeira, as quais eram trocadas pelo dinheiro argentino, e em posse dele eram comprados os gêneros alimentícios da Argentina. Dessa forma, tornava-se mais vantajoso

²⁹⁹ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. DO GUAIRÁ AOS SALTOS DO IGUAÇU... Op. Cit. p. 25. (grifo nosso)

³⁰⁰ Idem. p. 43.

³⁰¹ Idem. p. 44.

³⁰² Idem. p. 45.

adquirir do que produzir em território brasileiro. Mais adiante em seus relatos Silveira Netto afirma:

Essa morosidade no desenvolvimento obrigou a manter-se ali, por mais tempo que deveria ser, o regime de praça de guerra que, por um lado garantia completamente a segurança da povoação contra violência, roubos, ou ataques de aventureiros, prováveis em fronteiras longínquas e pouco habitadas como aquela, por outro, a sua própria natureza de rigorosa disciplina e coerção, que poderia ser amenizada ou agravada conforme o temperamento e compreensão dos diretores militares, não favorecia o surto espontâneo do comércio e da indústria e, portanto, o ampliamiento do meio social.³⁰³

Nesse relato e em todos até agora analisados torna-se claro que a Colônia Militar, sob administração dos militares, tinha dois caminhos a seguir: o primeiro, o da ordem e do sentimento de presença da autoridade brasileira, porém essa ordem impedia as atividades comerciais e industriais da região em relação aos países vizinhos. Contudo, percebemos que a autoridade dos militares tornou-se uma vantagem para os mesmos, pois se utilizavam do marasmo social por parte da administração brasileira para desenvolver atividades conjuntamente com os comerciantes estrangeiros, especialmente relacionadas à erva mate e à madeira. Nessas condições já não interessava aos militares que a região prosperasse no seu comércio e indústria do lado brasileiro, mas que a situação permanecesse a mesma.

Tentou-se, segundo Silveira Netto, por meio de um regime fiscal e aduaneiro mais presente, determinar que as operações comerciais na região da Colônia Militar fossem realizadas com moeda nacional³⁰⁴, mas o problema estava relacionado à utilização desse dinheiro, visto que na região não havia a possibilidade de trocar essa moeda por produtos que eram mais baratos.

Ouro problema da região da Colônia Militar, apontado por Silveira Netto eram os Mosquitos:

[...] os mosquitos que meses atrás, flagelavam impiedosamente não só a espécie humana, mas animais como os de montaria, em maior porção ali, inflingindo-lhes o minúsculo e terrível inseto uma perseguição cruel e persistente a ferver em nuvens compactas sobre a cabeça e o dorso das vítimas, que se agrupam no campo, aconchegados corpo a corpo, até que em desespero de defesa se dispersam em disparo violento [...].³⁰⁵

³⁰³ SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. DO GUAIRÁ AOS SALTOS DO IGUAÇU... Op. Cit. p. 45 – 46.

³⁰⁴ Idem. p. 46.

³⁰⁵ Idem. p. 47.

As pessoas tinham como se defender. Por certo utilizavam roupas especiais ou algum outro modo de proteção contra esse inseto, mas os animais, como no relato, não tinham a mesma sorte; a única forma de tentar se livrar desse inseto era correr desesperadamente.

A presença de Silveira Netto, inspetor da Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda na região foi até os primeiros meses 1906, ano em que o rio Paraná teve uma de suas maiores cheias, causando ali grandes destroços. Mas após as cheias vieram os pernilongos, especialmente os transmissores da infecção palustre que “[...] pela primeira vez, eu e toda a minha família adoecemos naquele retiro selvático e antes magnificamente sadio [...]. O remédio para esse mal era a “[...] infusão quente de casca de limão, [...] e um medicamento italiano, isanofêles, para a malária, importado de Posadas [...].”³⁰⁶

O relato de Silveira Netto como poeta e funcionário público de carreira nos mostra outro ponto de vista sobre a colonização da região. Os fatos elencados pelo narrador diferem dos militares. Em seu livro ele destaca as questões ligadas à identidade do brasileiro naquela região, ou a falta dela para os moradores da Colônia Militar.

Outro relato analisado é o livro de memórias de Otília Schimmelpfeng. Otília Schimmelpfeng era filha de Jorge Schimmelpfeng, primeiro prefeito da cidade de Foz do Iguaçu, cuja gestão durou dez anos, nasceu em 21 de setembro de 1907. Em 1915 mudou-se para Curitiba com a finalidade de realizar seus estudos e em 1922 formou-se no segundo grau, incluindo o conhecimento das línguas inglesa e francesa e retornou a Foz do Iguaçu. A partir de 1928 tornou-se professora no Grupo Escolar Bartolomeu Mitre. Trabalhou na Prefeitura de Foz do Iguaçu, recebeu vários prêmios e homenagens na cidade e em 1991 publica um livro relatando suas memórias sobre seu pai, Jorge Schimmelpfeng, sobre a cidade e a sociedade de Foz do Iguaçu. Ela reforça os relatos de Silveira Netto:

[...] Não possuía meios de comunicação pelo território brasileiro. O acesso dava-se através da República Argentina, por meio fluvial. Posadas tornava-se, então, a metrópole do Alto Paraná, pois, dali provinha todo o abastecimento destinado à região. A moeda argentina circulava com domínio absoluto na praça. O peso se introduzia até nas repartições públicas.³⁰⁷

³⁰⁶ Idem. p. 47.

³⁰⁷ SCHIMMELPFENG, Otília. Retrospectos iguaçuenses: narrativas históricas. Foz do Iguaçu: Tezza editores, 1991. p. 22.

O relato destaca a figura de seu pai Jorge Schimmelpfeng. Segundo ela ele teria nascido em 3 de abril de 1876, em Curitiba. Em 1895, já no Exército, foi um dos integrantes da Academia Militar a vaiar o General Jacques Curique. Por este gesto foi expulso, sendo mais tarde anistiado. Voltou para Curitiba onde deu início à sua carreira política, conquistando uma cadeira na Câmara Municipal. Afastou-se da Câmara para ir trabalhar na Comissão Fiscal da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, onde, além de prefeito por dez anos, também foi Deputado Estadual, exerceu cargos de Delegado de Polícia e inspetor escolar. Destacou-se, segundo Otília Schimmelpfeng, no pioneirismo, nos trabalhos relacionados ao turismo, comércio, agricultura e indústria iguaçuense, além de ser um grande comerciante de erva mate.³⁰⁸

Jorge Schimmelpfeng é mencionado na memória da cidade de Foz do Iguaçu como um pioneiro da ocupação da região após o fim da administração dos militares na Colônia Militar, a partir de 1912, quando o problema sobre os limites fronteiriços entre os países estava solucionado e o governo brasileiro, e especialmente o paranaense, mudou a política relacionada à fronteira Oeste paranaense. Como forma de ocupação desse espaço, resolveu investir na emancipação da Colônia Militar, elevando-a para município, sendo o primeiro prefeito da então cidade de Foz do Iguaçu o ex-chefe da Agência Fiscal de Rendas do Paraná, ou seja, Jorge Schimmelpfeng.

Podemos perceber que formar uma elite local, como foi Jorge Shimmelpfeng e pessoas ligadas a ele, foi a estratégia utilizada para criar na cidade e região uma identidade local, baseada no modelo político nacional, mesmo tendo a Colônia Militar e a cidade de Foz do Iguaçu mais habitantes estrangeiros, paraguaios e argentinos, que brasileiros.

Para o historiador Antonio Marcos Myskiw:

No desempenho de suas funções, fez uso de diferentes estratégias de atuação para obter riquezas materiais e status social junto a colonos, comerciantes, negociantes argentinos e militares. Afastou-se do cargo público na medida em que a casa de comércio lhe facultava maior lucro e reconhecimento social, a ponto de ser visto como um coronel por muitos colonos.³⁰⁹

Conjuntamente com os irmãos paraguaios Gregório Charon, Estevão Charon e Felix Charon. Jorge Schimmelpfeng controlava o comércio e a exploração da erva mate na região, tornando-se o maior comprador, e conseqüentemente vendedor, desse produto para

³⁰⁸ Idem. p. 12.

³⁰⁹ MYSKIW, Antonio Marcos. *Afronteira como destino de viagem...* Op. Cit. p. 223.

exportação em terras argentinas. Myskiw aponta que Jorge Schimmelpfeng exercia tal influência na região que conseguiu, junto aos militares da Colônia Militar, que um dos irmãos Charon, seu empregado, assumisse um dos cargos de fiscalização do comércio da erva mate, enquanto os outros dois irmãos eram utilizados como “pistoleiros”, amedrontando e afugentando aqueles que não obedecessem às ordens do “coronel da fronteira”.³¹⁰

Sua filha relata também que Jorge Schimmelpfeng foi o precursor das atividades comerciais relacionadas ao turismo da região, com isso:

Foz do Iguaçu entrou na rota do turismo, aureolada pela lenda de Naipi e Tarobá... Passou pelo tempo das picadas, trilhas abertas na era Foz – Colônia, percorridas ao lombo de animais, para atingir o refugio dos lendários namorados, a fonte esplendorosa das águas, imantada de tanta beleza que iria atrair todo o mundo a seus pés, com a denominação de *Saltos do Iguaçu* ou de *Santa Maria*.³¹¹

Notamos que a grande preocupação da elite iguaçuense pós Colônia Militar, tanto Jorge como Otília Schimmelpfeng, entre outros, procuraram tornar a cidade uma região voltada especialmente para o turismo com a exploração das belezas das Cataratas do Iguaçu. Esse rumo administrativo da cidade contou com o apoio dos governos estadual e federal, na intenção de confirmar os interesses dessa elite.

Nos relatos de Otília Schimmelpfeng, ela narra um episódio importante para que o turismo se tornasse o carro chefe das rendas locais, foi a visita de Santos Dumont à cidade e às Cataratas do Iguaçu. Sobre a visita foi dito que:

[...] entre as exclamações de admiração proferidas pelo ilustre visitante, fluía seu protesto pelo fato de ser propriedade particular – de Jesus Val – as terras que orlavam o rio Iguaçu, naquele trecho. Supõe-se que houve influencia de sua parte na decisão do Governo Estadual em desapropriar toda a extensão do terreno que, mais tarde, tornou-se Parque Nacional.³¹²

Nos escritos de Otília Schimmelpfeng, percebemos que ela busca a colocar a cidade com vocação para o turismo, tendo outra visão daquela enfocada pelos militares. No entanto, percebemos como foi difícil para os primeiros comerciantes da região das Cataratas do Iguaçu levarem esse projeto adiante. Por outro lado, os argentinos, pelo seu lado das Cataratas também demonstravam interesse em explorar os recursos naturais como forma de renda:

³¹⁰ Idem. p. 208.

³¹¹ SCHIMMELPFENG, Otília. Retrospectos iguaçuenses... Op. Cit. p. 22.

³¹² Idem. p. 23 – 24.

A Argentina construiu seu grande *Hotel das Cataratas* que figurava num alto padrão de conforto, ambiente aprazível e uma completa cadeia de serviços para a manutenção de sua atividade turística, fatos que vinham obscurecer mais ainda as nossas pretensões.³¹³

Podemos perceber que a relatora toma as ações do lado argentino como um fato que prejudicaria “nossas pretensões”, que eram comerciais e não mais de defesa da nação, por isso muito dinheiro foi gasto pelos brasileiros que viviam na cidade de Foz do Iguaçu, mas seus investimentos tiveram pouco retorno efetivo. No restante da década de 1910, as ações de melhorar a infra estrutura das Cataratas foram bastante tímidas; o Parque Nacional do Iguaçu foi criado somente no ano de 1937 e é a partir desse ano que melhorias mais efetivas, visando o ecoturismo tiveram, de fato, um investimento maior.

Na década de 1920, destacamos a viagem de Jaime Ballão, de Curitiba a Foz do Iguaçu, em 28 de abril daquele ano. Ele e seu grupo partiram em quatro carros, dentro deles estavam os Deputados Romualdo Baranna, Generoso Borges, Jaime Ballão e José Pedro Trindade. Acompanhavam a viagem Moreira Garcez, representante do Presidente do estado do Paraná, o Coronel José Bevilacqua, representante do Ministério da Guerra, Humberto Pederneiras, representante do Ministério da Aviação, Alberto de Moraes Aguiar, representante do Ministério da Agricultura, Carlos Ross, Secretário Geral no Estado do Paraná e do Ex-presidente do Estado do Paraná, Affonso Camargo. Essa viagem foi realizada no intuito de inaugurar a recém reformulada estrada de Guarapuava a Foz do Iguaçu e também para os integrantes conhecerem a região e as empresas argentinas que realizavam comércio na região de Foz do Iguaçu.

A viagem de Curitiba até Laranjeiras ocorreu praticamente sem grandes dificuldades, porém a partir do Rio das Pedras, cerca de trinta quilômetros além dessa cidade, a estrada começou a se tornar um empecilho para os visitantes e para os carros. Depois de seis dias chegaram em Foz do Iguaçu. Normalmente o total da viagem duraria quatro dias, mas a chuva e a quebra de veículo atrasaram a chegada da comitiva. O motivo da viagem feita por tantas autoridades foi a inauguração da estrada e as obras de melhoramentos realizadas pelo governo, que para comprovar o sucesso da obra, foram rumo a Foz do Iguaçu. Certamente o grupo escolheu o mês de abril, por ser quase inverno e um período de poucas chuvas na região, facilitando a viagem.

³¹³ Idem. p. 24.

Ao realizar sua visita a Foz do Iguaçu, Jaime Ballão descreveu como se encontrava a infraestrutura da cidade, especialmente as do governo municipal, estadual e federal. Segundo Ballão:

A administração municipal, com os seus próprios recursos, tem construído e conserva varias estradas de rodagem e caminhos viccinaes. Entre as estradas, pela sua utilidade e importância, destacam-se as seguintes: - da cidade aos saltos do Iguassú na extensão de 30 kilometros; da cidade ao porto de Bella Vista, no rio Paraná, na extensão de 22 kilometros e ao porto Aguirre, no rio Iguassú na extensão de 8 kilometros.³¹⁴

Pelos caminhos destacados por Jaime Ballão no município podemos perceber que na década de 1920, como o prefeito era Jorge Schimmelpfeng, uma estrada para as Cataratas era mantida bem conservada, reservada ao turismo. Outra estrada conservada era a que dava acesso ao porto, demonstrando que o comércio pelo rio Paraná também era muito utilizado.

O Deputado também nos fornece um censo do município nesse período dizendo que: “a população é de 5000 almas”, no período em que ocorreu sua visita. Também relata que: “No município existem algumas indústrias, como sejam – um engenho de serra, na cidade, e uma bem montada fábrica de farinha de mandioca; [...] duas fábricas de aguardente [...].”³¹⁵ Existem ainda dois hotéis para hospedar turistas e visitantes.

Jaime Ballão relata que os alimentos continuavam vindo pelo rio, importados da Argentina, razão pela qual os mesmos eram vendidos bastante caros. No entanto, para ocupar a região da cidade de Foz do Iguaçu com colonos, para assim acabar com a dependência de tais alimentos, “[...] foram assignados contractos para a localização de colonos nacionaes e estrangeiros nas terras do município [...]”,³¹⁶ ou seja, a estratégia ainda continuava sendo a de utilizar colonos para solucionar os problemas de abastecimento na cidade.

Sobre Jorge Schimmelpfeng, Jaime Ballão relata que:

A iniciativa do Sr. Jorge Schimmelpfeng não é de um commerciante: - é de um patriota, elle não a empreende como commerciante, pois para tal teria á mão negócios com garantia de lucros immediatos, mas como paranaense, que deseja ver conhecidas as bellezas de sua terra.³¹⁷

³¹⁴ BALLÃO, Jaime. A Foz do Iguassú e as Cataratas do Iguassú e do Paraná. Descrição de uma viagem. 1920. Curytuba: Typ. d’A Republica, 1921. p. 05.

³¹⁵ Idem. p. 07.

³¹⁶ Idem. p. 08.

³¹⁷ Idem. p. 31.

Porém, o serviço de transporte que levava os turistas até as Cataratas era de propriedade de Jorge Schimmelpfeng. Além da exploração do comércio da erva mate e de indústrias na região, o turismo era uma aposta do empresário. Contudo, naquele momento, não rendia muitos lucros pela dificuldade de acesso à região das Cataratas por turistas, mas com a construção da estrada essa situação poderia mudar com a vinda de pessoas a partir de Curitiba, que poderiam se hospedar no Hotel Cassino, construído defronte às Cataratas do Iguaçu.

Mas a vida cotidiana da população iguaçuense ainda passava pelo desenvolvimento do comércio da erva mate e da madeira. Jaime Ballão elenca os portos, estradas e as principais empresas que comercializam e passavam pela cidade de Foz do Iguaçu, entre elas a de Domingos Barthe, São Francisco, Nuñez e Gybarra & CIA, Britania, Artaza de Julio Allica, Companhia Larangeiras, todas de procedência argentina, que cruzavam o rio Paraná levando mercadorias e trazendo mantimentos e pessoas para trabalhar ou para conhecer as Cataratas do Iguaçu na forma de turistas.

Percebemos que mesmo as estratégias de ocupação tendo mudado seu foco com a criação do município de Foz do Iguaçu, pouca coisa mudou no cotidiano das populações que ali viviam: a região, e especialmente a população da antiga Colônia Militar, e posteriormente do município, não mudaram suas vidas acompanhando a mudança administrativa. A erva mate e a madeira ainda dominavam o desenvolvimento da vida social e comercial dessas populações. Entretanto, um novo empreendimento despertava o interesse da nova elite iguaçuense: o turismo, como forma de alavancar outro modelo de comércio e de renda para os cidadãos abastados e também como forma de favorecer a confirmação de seus interesses políticos na cidade.

Percebemos que a administração dos militares foi para as populações que viviam nessas paragens a primeira forma de governo oficial na região fronteiriça. Os militares realizaram um trabalho que possibilitou, com o tempo, nacionalizar a região, ou seja, fazer com que as populações dessa região conhecessem e reconhecessem a autoridade dos militares e do governo brasileiro.

CONCLUSÃO

Observamos que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu aparecia em pesquisas acadêmicas de forma secundária, sendo que o principal objeto desses trabalhos resultava em problematizar a região Oeste paranaense, a colonização, entre outros aspectos. A Colônia Militar aparecia como parte do processo colonizatório e de ocupação daquele espaço. Esta pesquisa revelou que essa instituição enfrentou muitos problemas e teve constantemente o perigo de seu fechamento.

No entanto, observamos que a fundação da Colônia Militar em 1889, planejada para ocupar e posteriormente desenvolver a colonização da região por meio da administração dos militares, e que teve seu desfecho em 1910, em seus objetivos primários não deu certo. Muitos foram os fatores que contribuíram para que a Colônia Militar não promovesse sua função junto ao Ministério da Guerra e à Província do Paraná e dos próprios militares que serviram nessa região.

Verificamos que as contrariedades das matas e a dificuldade de manter um acesso entre as regiões populosas da Província à região da Colônia, o sistema econômico e de trabalho desenvolvido pelas populações que ali residiam sendo um obstáculo ao trabalho dos militares e que demonstravam que não eram os membros da Colônia Militar que ditavam as regras sociais, mas sim o trabalho de retirar as riquezas da natureza o fator de movimentação das pessoas na região.

Mesmo tendo um planejamento para realizar o processo de colonização nas regiões consideradas de sertão, o governo imperial, e posteriormente republicano, brasileiro, por meio da abertura de meios de comunicação para assim promover a colonização espontânea não conseguiu, no período em que a Colônia Militar funcionou, colonizar a região. Quanto ao governo Provincial e Estadual, que almejaram realizar a colonização por meio de colônias imigratórias, não houve interesse dos imigrantes em adentrar tão longe nas matas paranaenses.

Observamos que os vários problemas enfrentados pelos militares para fundar e fazer sobreviver a Colônia Militar, como o problema da distância o caminho a ser percorrido para se chegar à Colônia Militar somente pelo rio Paraná via Argentina, por trem também passando por terras argentinas ou pela picada, estrada estreita aberta no meio das matas onde havia o perigo das chuvas, enchentes e ataques de animais foram fatores que contribuíram para que a administração dos militares não prosperasse.

As constantes tentativas dos militares em viabilizar outra forma de economia para a região da Colônia Militar, como fabricas de tijolos, de açúcar, beneficiamento de madeira também não deram certo, assim como viabilizar uma produção agrícola que sustentasse a população da Colônia Militar e pudesse alavancar o comércio com centros mais populosos do Estado tampouco deram certo.

A exploração dos recursos naturais, especialmente a erva mate e a madeira, como principal fonte de desenvolvimento social e econômico da região colaborou como fator que prejudicou a administração dos militares na região. Esse sistema de economia impedia o desenvolvimento de outros setores, fazendo com que os moradores da Colônia Militar se voltassem quase que exclusivamente ao trabalho da extração desses recursos. Os administradores da Colônia Militar chegaram ao ponto de arrendarem parte das terras da colônia para poder cobrar e ter uma renda que pudesse dar o necessário para a sobrevivência dos militares na região.

Nesse contexto percebemos que os militares que vieram para essas terras como representantes do poder do Estado acabaram sendo aliciados pelo desenvolvimento econômico da região, ou seja, acabaram trabalhando em função da extração da erva mate e madeira, ora tornando-se comerciantes desses produtos, ora aliando-se aos interesses dos obrageros da região.

As obras dos viajantes, trabalhadores militares da Colônia Militar, engenheiros que realizaram um passeio ou foram trabalhar na região nos revelam os anseios, desejos e conflitos gerados a partir da colonização promovida pelo militares por meio da Colônia Militar. Essas fontes que, ora demonstraram os desejos de uma sociedade na visão de um militar, ora na visão de um civil, foram ricas no sentido de verificar os embates e conflitos gerados a partir da convivência de militares, obrageros e trabalhadores das matas, denominados de *mensús*.

O momento político que o Brasil vivia no período colaborou para marcar o fim da administração dos militares na região. Estes finalizaram suas atividades na Colônia Militar e deixaram a administração para os civis da então vila e posteriormente cidade de Foz do Iguaçu. Os cidadãos mais abastados procuraram um novo imaginário para fundar seu discurso de dominação política na região. Com a bandeira do turismo essa elite política também confirmou seus pioneiros.

Quem passeia pelas ruas da cidade de Foz do Iguaçu atualmente verificará que muitos dos nomes citados nesse trabalho compõem os nomes das ruas e avenidas da cidade, numa clara evidencia que a memória dos militares na região compôs a base do

pioneirismo de sua colonização. História quase que esquecida pelas novas gerações, visto que essa colonização se deu por meio de grandes problemas e conflitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. v. X, n. 218 (60), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-60.htm>>. Acesso em: 24 maio 2010.

ALVES, Claudia; OLIVEIRA, Igor Fernandes Viana de. “Soldado cidadão”? A participação de Benjamin Constant na comissão de reforma geral das escolas militares de 1888. *Cultura Escolar Migrações e Cidadania*. In: CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÕES E CIDADANIA, 7., 2008. **Actas ...** Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto). 20 a 23 de Junho 2008.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. **Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira**. Londrina: UEL, 1997.

_____. História, historiadores, regiões e fronteiras. **História: debates e tendências**. Passo Fundo: Editora/ UFP – Programa de Pós-Graduação em História, v. 3. n. 2, p. 49-63, dez. 2002.

_____. (Org.) **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: EDUEL, 2005.

BOUTIN, Leônidas. **Colônias militares na província do Paraná**. Curitiba: Separata do Boletim do IHGEP, 1977.

CARDOSO, Jaime Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chaim, 1986.

CARVALHO, Ely Bergo de. **A modernização do sertão: terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939 – 1954**. Tese (Doutorado) - UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis; Santa Catarina. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.) **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 181 – 234, 1997. Tomo III: sociedade e instituições (1889 – 1930). (História geral da civilização brasileira; v. 2, t. 3).

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução. Maria Manuela Galhardo Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo oeste paranaense (1937 – 1954)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

_____. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re) ocupação**. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, SP: 2007.

_____. Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898. **Revista de História Regional**, 12(2): 191-224, Inverno, 2007.

GOLIN, Tau. **A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LOBO, Hélio. **Rio – Branco e o arbitramento com a Argentina: a questão do Território e Palmas, também chamada de Missões**. Livraria José Olympio Editora; Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Octavio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro, 1952.

LOPES, Sergio. **O território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)**. São Paulo: Edunesp/Moderna, 1997.

_____. Uma ilha chamada Brasil. **Revista Nossa História**, São Paulo, v. 3, n. 25, p. 14 – 19, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo; Hucite, 1997. p. 145 – 203.

MCCANN, Frank. **Soldados da pátria: história do Exército brasileiro, 1889 – 1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Tradução: Laura Teixeira Motta.

MEYER, Marlyze. **Caminhos no imaginário no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1993.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Afronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais, Curso de Pós-Graduação em História 2009.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: ocupação humana e relações inter-culturais**. Maringá: Eduem, 2005.

_____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as Propostas de Integração das Comunidades Indígenas no Estado Nacional. **IN: II Reunion de Antropologia del Mercosur: Fronteras culturales y Ciudadania** - GT 27 “Etnicidades y Estados Nacionales”. Piriapolis (Uruguay), 11 a 14/11/1997. **P. 149 – 175**.

OLIVEIRA, Marcio Gimene de. **A fronteira Brasil e Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu cidade Sul – Americana**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Geografia Humana; USP, São Paulo: 2006.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e história: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. **Revista de História**, [online]. 2001, n. 144, p. 151-180. ISSN 0034-8309.

SHULZ, John. **Exército na política**: origens da intervenção militar 1850 – 1894. São Paulo, Universidade de São Paulo, – EDUSP – 1994.

_____. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacyr (eds.). O Brasil monárquico. História geral da civilização brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 235 – 258. v. 4, tomo II.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Obrageiros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. 2.ed. Curitiba: Paraná, 1987.

FONTES

Relatórios Provinciais

LIMA E SILVA, Manoel da Fonseca. Discurso Recitado pelo excellentissimo senhor Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, Presidente da Província de São Paulo, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 07 de janeiro de 1847. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847.

GÓIS E VASCONCELLOS, Zacarias de. Relatório do presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

FLEURY, André Augusto de Pádua. Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Paraná, na primeira sessão da oitava legislatura, a 15 de fevereiro de 1866, pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury. Curityba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1866.

NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná pelo Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 1863. Corityba: Typ. De Cândido Martins Lopes, 1863.

SILVA, Sebastião Gonçalves da. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Paraná, pelo 1º Vice-Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na abertura da 1ª Sessão da 6ª legislatura, em 21 de fevereiro de 1864. Curitiba: Typ. Cândido Martins Lopes, 1864.

LINS, Adolpho Lamenha. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná, no dia 15 de fevereiro de 1876, pelo Presidente da Província, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins: Província do Paraná: Typ. Da Viuva Lopes, 1876.

_____. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo presidente da província, o excellentíssimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. Da viúva Lopes, 1877.

OLIVEIRA JUNIOR, Joaquim Bento de. Relatório com que o excellentissimo senhor presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da Província do 1º Vice-Presidente, o excelentíssimo senhor conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 07 de fevereiro de 1878. Curityba: Typ. Da Viuva Lopes, 1878.

RIBEIRO, José Cesário de Miranda. Relatório que o Exm. Sr. Idelfonso Pereira Correia, 2º vice-presidente da Província, apresentou ao Exm. Sr. Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná em 30 de junho de 1888. Curitiba: Typ. Da Gazeta Paranaense, 1888.

SOBRINHO, Joaquim d'Almeida Faria. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo Exm. Snr. Dr. Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho. Curitiba: Tip. da Gazeta Paranaense, 1888.

Relatórios do Ministério da Guerra

CAMAMÚ, Visconde de. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1865.

PELÓTAS, Visconde de. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima sétima legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Pelotas. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880.

DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Franklin Americo de Menezes Dória. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1882.

FROTA, Antonio Nicoláo Falcão da. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo general da divisão, Antonio Nicoláo Falcão da Frota, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em junho de 1891. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

MOURA, Francisco Antonio de. Relatório apresentado ao Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo general Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

_____. Relatório apresentado ao vice-presidente dos Estados Unidos do Brazil pelo general Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

COSTALLAL, Bibiano Sergio Macedo da Fontoura. Relatório apresentado ao Vice Presidente pelo General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallal Ministro do

Estado da Indústria, Viação e obras Públicas e encarregado do expediente do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

VASQUES, Bernardo. Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Bernardo Vasques. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1895.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Bernardo Vasques Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

ARGOLLO, Francisco de Paula. Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Brigada Francisco de Paula Argollo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

CANTUARIA, João Thomas. Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão João Thomas Cantuaria Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

MALLET, J. N. De Medeiros. Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal J. N. De Medeiros Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

ARGOLLO, Francisco de Paula. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, em maio de 1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro de Estado da Guerra, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

FONSECA, Hermes da. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em junho de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

BORMANNO, José Bernardino. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro José Bernardino Bormanno, Ministério da Guerra, em maio de 1910. Publicado em 1910.

Manuscritos

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Instruções provisórias para o trabalho de fundação da colônia militar na foz do Iguassú. Guarapuava, 30/09/1889. 10 p. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag].

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Memória apresentada a Ex^a Snr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário d'Estado e dos Negócios da Guerra, sobre a fundação da Colônia Militar do Iguassú e Estrada para província de Matto-Grosso no mez de abril de 1888, pelo capitão de engenheiro Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Manuscrito, 19 pág. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag].

MENDONÇA LOBO, Bellarmino Augusto de. Nomeação da Comissão encarregada da fundação de uma colônia militar na foz do Iguassú e da construção das estradas estratégicas do Paraná. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1888. [Manuscrito, acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú, organizado pelo Diretor Coronel graduado Joaquim de Salles Torres Homem, e para ser apresentado ao Sr. Ministro dos Negócios da Guerra. Dezembro de 1897. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

TORRES HOMEM, Joaquim de Salles. Relatório annual sobre a Colônia Militar de Foz do Iguassú, 18 de dezembro de 1898. [Acervo particular de Liliane da Costa Freitag]

Jornais e periódicos

BARROS, Mario. “Colônia Iguassú”. O Guayra. Guarapuava, 26/03/1898. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

BORBA, Egas Morocines. “Colônia do Iguassú”. O Guayra. Guarapuava, 02/10/1897. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

JORNAL O PAIZ, “Colônia de Iguassú”. Rio de Janeiro, 11/09/1897. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

PLAISANT, Alcibiades Cezar. “Colônia Iguassú”. O Guayra. Guarapuava, 12/03/1898. [Acervo do Centro de Documentação e Memória de Guarapuava e Unicentro]

Relatos de Viagem

ABREU, Cândido Ferreira de. Visita ao Salto de Santa Maria. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. 22, 1974.

BALLÃO, Jaime. **A Foz do Iguassú e as Cataratas do Iguassú e do Paraná. Descrição de uma viagem. 1920.** Curitiba: Typ. d’A Republica, 1921.

BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR**, Curitiba, v. 32, 1977.

FRANCO, Arthur Martins. **Recordações de viagens ao alto Paraná.** 1973.

MURICY, José. **A Foz do Iguassú:** ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Foz do Iguassú em novembro de 1892. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1896.

SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. **Do Guairá aos Saltos do Iguaçu.** Curitiba: Fundação Cultural/Farol do Saber, 1995.

SCHIMMELPFENG, Otilia. **Retrospectos Iguaçuenses:** narrativas históricas de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu: Tezza Editores, 1990.